



Psicologia Social: Desafios e Ações

**Eduardo A. Tomanik e
Angela Maria Pires Caniato
(Organizadores)**



Eduardo Augusto Tomanik
Angela Maria Pires Caniato
(Organizadores)

PSICOLOGIA SOCIAL:
DESAFIOS E AÇÕES

1ª edição

Maringá
ABRAPSO
2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

P974 Psicologia social [recurso eletrônico]: desafios e ações /
 Eduardo Augusto Tomanik, Angela Maria Pires Caniato,
 organizadores. - 1. ed. - Maringá : Abrapso, 2011.

 Modo de acesso:<<http://www.dpi.uem.br/abrapso/livro>>
 ISBN 9788586472183

 1. Psicologia social. 2. Saúde coletiva. 3. Cultura e
 arte. 4. Sexualidade. 5. Infância e juventude. I. Tomanik,
 Eduardo Augusto, 1954-, org. II. Caniato, Angela Maria
 Pires, org. III. Título.

CDD 22. Ed. 302

Sumário

<i>Apresentação</i>	Desafios e ações na e para a Psicologia Social <i>Eduardo A. Tomanik</i>	1
<i>Introdução</i>	Psicologia social: no desafio das ações <i>Benedito Medrado</i>	5
Parte 1. Desafios para a Psicologia Social		
<i>Cap. 1.1</i>	Psicologia Social: fronteiras e conexões <i>Fernando González Rey</i>	12
<i>Cap. 1.2</i>	Gregory Bateson - Antropologia, Psicologia, Comunicação <i>Massimo Canevacci</i>	32
Parte 2. Saúde Coletiva e Políticas de Subjetivação		
<i>Cap. 2.1</i>	Formação em Serviço: ensaiando modos de ser e fazer em Saúde <i>Vera Lúcia Pasini</i>	42
<i>Cap. 2.2</i>	Um lugar para o psicólogo na Estratégia de Saúde da Família: uma proposta política para a consolidação da reforma psiquiátrica no Brasil através da territorialização do psicólogo <i>Magda do Canto Zurba</i>	57
<i>Cap. 2.3</i>	A loucura é universal, mas o cuidado é territorial <i>Dione Maria Menz</i>	76
Parte 3. Cultura, Arte e Tecnologias		
<i>Cap. 3.1</i>	Arte(s), Tecnologia(s), Cidade(s): Processos de Sujeição e Resistências Inventivas <i>Andrea Vieira Zanella</i>	88
<i>Cap. 3.2</i>	Superfícies usadas para mentir <i>Rafael Diehl</i>	101
Parte 4. Sexualidades no contemporâneo: afirmando multiplicidades		
<i>Cap. 4.1</i>	Por uma Psicologia do Estranho: Identidades	

	fronteiriças, territórios marginais, vontade de poder	108
	<i>Aline Hernandez e Teresa Cristina Bruel dos Santos</i>	
Cap. 4.2	<i>Psicologia, Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade?</i>	126
	<i>Henrique Caetano Nardi</i>	
Cap. 4.3	Contra-sexualidades e trans-contemporaneidade: a emergência de novos desejos, práticas e prazeres	142
	<i>William S. Peres</i>	
	Parte 5 Diferentes idades, diferentes arranjos sociais e produções discursivas	
Cap. 5.1	Arranjos sociais e produções discursivas sobre juventudes e violências: desafios da Psicologia Social	154
	<i>Irme Salete Bonamigo</i>	
Cap. 5.6	Imagens de uma infância nômade	165
	<i>Betina Hillesheim e Lílian Rodrigues da Cruz</i>	
	Sobre os Autores	

Apresentação

Desafios e ações na e para a Psicologia Social

Eduardo A. Tomanik

A Universidade Estadual de Maringá sediou, entre os dias 4 e 6 de novembro de 2010, o XIII Encontro Regional Sul da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Organizado pela Vice Presidência Regional do Paraná e pelo Núcleo Maringá da ABRAPSO, o Encontro contou com a participação de pesquisadores, estudantes e participantes de movimentos sociais dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de outros Estados, como São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A comissão responsável pela organização científica do evento foi formada por indicação dos associados da ABRAPSO dos três Estados da Região Sul e composta por 3 representantes de cada um destes Estados. Esta Comissão definiu o tema central do Encontro, os eixos temáticos ao redor dos quais foram organizadas tanto as Mesas Redondas quanto as apresentações das Comunicações Orais e Pôsteres e encarregou-se, ainda, da organização e da coordenação das Mesas Redondas e das Conferências de Abertura e de Encerramento.

Os conferencistas e os expositores das Mesas Redondas foram convidados a elaborar textos que sintetizassem ou que representassem os posicionamentos apresentados, por eles, no decorrer daquelas atividades. O presente livro é a reunião daqueles textos.

Na Introdução a estes textos, Benedito Medrado nos convida a pensar e a efetivar “... esforços na busca de produção de modos de viver mais éticos” e abre espaços para que pensemos a Psicologia Social como

um conjunto de ações e de tentativas que podem nos auxiliar neste sentido.

No primeiro conjunto temático de textos, Fernando González Rey e Massimo Canevacci apresentam críticas contundentes sobre as práticas de pesquisa e atuação atuais, tanto na Psicologia Social quanto na Psicologia de forma geral e abrem perspectivas desafiadoras para a superação daqueles processos, através da adoção de novas perspectivas teórico-metodológicas.

Na segunda parte, Vera Lucia Pasini, Magda do Canto Zurba e Dione Maria Menz abordam formas e dificuldades de atuação do Psicólogo nos processos de cuidados da Saúde, com ênfase especial na Saúde Mental. Os textos ressaltam os aspectos sociais e políticos envolvidos no combate às doenças, antes e, em boa parte, ainda hoje vistas como processos apenas biológicos e individuais.

Em seguida, Andrea Vieira Zanella e Rafael Diehl, provocativamente nos mostram como, de forma contrastante mas complementar, diferentes superfícies, utilizadas como bases para diferentes processos artísticos, podem atuar como elementos políticos de resistência e de manifestação da criatividade, ou como instrumentos de ilusão e de controle. De ambos os casos derivam indagações sobre os objetivos e as formas de atuação dos Psicólogos Sociais.

Aline Hernandez, Teresa Cristina Bruel dos Santos, Henrique Caetano Nardi e William S. Peres mergulham, com coragem e competência, no efervescente cadinho das discussões sobre a sexualidade e especialmente sobre as concepções homogeneizantes, pretensamente moralizantes, mas profundamente autoritárias, que embasam práticas repressivas frequentemente violentas e impedem o livre debate sobre os direitos e opções individuais.

Na parte final, Irme Salete Bonamigo, Betina Hillesheim e Lilian Rodrigues da Cruz nos conduzem a novas reflexões sobre os desafios trazidos, para a Psicologia Social, por situações como as de conflito com a lei ou o nomadismo de crianças e de adolescentes.

O conjunto dos textos e dos posicionamentos neles expostos permitirá, aos leitores, estabelecer um amplo leque de análises e de reflexões. Quer nos parecer, entretanto, que dois eixos de preocupações podem ser destacados e representam pontos de convergências daqueles posicionamentos.

Estes eixos envolvem preocupações científicas, mas também desafios e propostas que são, além de científicas, éticas, estéticas, ideológicas e políticas.

O primeiro deles diz respeito à substituição dos ideais reducionistas pelo reconhecimento de que a realidade em que o ser humano vive é complexa. Os ideais reducionistas têm norteado os processos de produção científica desde praticamente o início da construção desta forma de conhecimento. Graças a eles, cada objeto de estudo foi segmentado e minuciosamente dissecado; uma massa enorme de conhecimentos detalhados foi gerada e constitui a maior parte de tudo o que sabemos hoje. O conhecimento foi sucessivamente compartimentalizado em ciências específicas e cada uma destas, por sua vez, fragmentada em áreas cada vez mais específicas.

Sem desmerecer ou ignorar os avanços conquistados a partir daqueles ideais, parece que estamos em um momento no qual os cientistas despertam para a necessidade de que todos os conhecimentos já desenvolvidos sejam, agora, colocados em contato entre si, confrontados e recombinaados, gerando não apenas respostas específicas, localizadas e imediatas, mas novas formas de compreensão sobre processos e acontecimentos complexos, que abrangem escalas espaciais e temporais diversificadas e nos quais entrelaçam-se múltiplos elementos e constantes interinfluências.

Hoje percebemos que a realidade em que o ser humano vive é complexa. Assim, a compreensão e as tentativas de atuação diante desta realidade, seja em seus aspectos físicos, biológicos, sociais ou individuais, dependem da construção de corpos teóricos, de alternativas metodológicas

e de propostas políticas capazes de abarcar, tanto quanto possível, e progressivamente, aquela complexidade.

O segundo eixo envolve o abandono das concepções e da busca de construção de uma sociedade normatizada e normatizante, na qual a homogeneização entre os sujeitos e a estabilidade social eram, ao mesmo tempo e de forma complementar, ideais e ferramentas para sua própria criação e manutenção. O “normal”, cuja origem poderia ser natural, metafísica, ou meramente estatística, dependendo da situação e dos interesses, justificava e orientava a elaboração e a imposição de normas; estas, por sua vez, reafirmavam e, eventualmente, até produziam aquele “normal”. Assim, o conceito de normal servia de base para sucessivas tentativas de manutenção de formas de ordem pré-estabelecida e que envolviam a padronização de papéis, de condutas, de pensamentos e de desejos.

Em boa parte do mundo, infelizmente, ainda imperam estes ideais; em outras, eles vem sendo questionados e mesmo superados. Não faltam, porém, nestas últimas partes, os defensores de várias formas do que poderíamos chamar de bovinização humana e os saudosos das formas autoritárias de relações.

Em sentido contrário, a vida social, hoje, nos surpreende e desafia com a perspectiva das diversidades.

Este quadro é a fonte de uma série de preocupações com a (re)construção de uma Psicologia Social capaz não apenas de compreender mas também de atuar diante de uma realidade na qual o complexo, o inesperado, o individual, o diferente e o estranho se impõem não como raridades ou como desvios, mas como parte de inúmeras possibilidades de ser, de agir, de sentir e de pensar.

Afinal, como já nos alertava Caetano Veloso: de perto ninguém é, mesmo, normal.

Introdução

Psicologia social: no desafio das ações

Benedito Medrado

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar. Eduardo Galeano

Este texto foi produzido com o objetivo de contribuir aos diálogos propostos nesta publicação conjunta coordenada por três Regionais da Associação Brasileira de Psicologia (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), a partir do instigante tema “Psicologia social: desafios e ações”.

Em primeiro lugar, queria agradecer aos integrantes das Regionais, pela oportunidade de participar dessa coletânea e de poder acompanhar, ainda que à distância, o trabalho que têm produzido na Região Sul, no sentido de fortalecer a psicologia social, no encontro entre perspectivas teóricas distintas, diferentes instituições, diferentes pessoas... num exercício que costumo chamar de “militância acadêmica” ou “extensão investigativa”, aproximando campos tradicionalmente considerados dicotômicos, que remetem à insistente “di-visão” entre linguagem e ação.

Partindo do pressuposto que linguagem é ação que produz efeitos, para contribuir para o tema do encontro apresento menos um texto formal e mais um convite ao diálogo. Uma conversa na qual, como bem diz Richard Rorty (1979), “(...) a esperança de concordância nunca é perdida enquanto dure a conversação. Esta esperança não é a esperança da

descoberta de terreno comum anteriormente existente, mas simplesmente a esperança de concordância, ou ao menos, discordância interessante e frutífera” (p. 314)

Neste sentido, poder dialogar a partir do jogo entre a “os desafios e as ações”, conforme sugere o tema deste encontro é, para mim, um grande desafio, na mesma medida em que além de não conseguir definir os limites entres dois “campos”, a ultima coisa que eu gostaria aqui seria a de produzir uma fala que resultasse num suposto conjunto de princípios acabados ou de uma versão oficial sobre o assunto. Assunto este que tem ocupado, à algum tempo, diálogos que tenho desenvolvido seja diretamente na Abrapso (junto à direção nacional ou aos jovens integrantes da “Abrapsinho”), seja no meu grupo de pesquisas sobre gênero e masculinidades na UFPE, seja no Instituto Papai, ONG que ajudei a fundar e que atua com homens a partir de princípios feministas.¹

Neste texto, apresento, por assim dizer, algumas “inscrições” que gostaria de desenvolver com vocês mobilizado pela participação, na condição de presidente da ABRAPSO, nos encontros da Abrapso em Vitória, Recife, Fortaleza, Goiânia, Minas Gerais, São Paulo, Maringá e Petrolina.

Assim, começo compartilhando com vocês um incômodo e certa saia-justa, daquelas que dificultam bastante uma boa caminhada, que se traduz na dificuldade/desconforto ou simplesmente impossibilidade de definir o que é psicologia social (ponto de partida do tema do encontro). Costumo dizer que Psicologia social nada mais é do que aquilo que os *psicólogos e psicólogas sociais fazem*. Neste *fazer* estou defendendo a multiplicidade de “modos de viver” a psicologia social inscritas em trajetórias e contextos específicos que, no caso da ABRAPSO, vão muito

¹ O Instituto PAPAÍ é uma ONG que atua com base em princípios feministas e defende a idéia de que uma sociedade justa é aquela em que homens e mulheres têm os mesmos direitos. Assim sendo, considera fundamental o envolvimento dos homens nas questões relativas à sexualidade e à reprodução. Seu objetivo é promover a desconstrução do machismo e a revisão dos sentidos da masculinidade e dos processos de socialização masculina em nossa sociedade. Mais informações: www.papai.org.br.

além da idéia de divisão territorial por núcleos, regionais ou nacional. Esta aposta no *fazer* e não no *ser* se inscreve na resistência a qualquer tentativa de criar uma identidade abrapsiana, afinal se resgatamos a etimologia encontramos algo que certamente não agradaria a vocês: “o mesmo”, idêntico, “muito parecido; análogo, semelhante”; “que em nada difere de outro ou de outros”; “que em nada difere de si próprio, por comparação com outra ocasião ou situação; imutável, inalterável”. Prefiro a idéia de posicionamento abrapsiano do que identidade abrapsiana, pois como dizem *Davies* e *Harré* “Quem sou?” é uma pergunta aberta com múltiplas respostas situadas a partir do lugar onde estou, com quem falo e qual o jogo de posicionamentos em questão.

Isso significa que, em certos momentos, adotar uma “identidade” pode ser útil num jogo de posicionamento (como bem defende a feminista Chantal Mouffe), desde que não pressuponha a idéia apriorística, prescritiva e regulatória de um ser estável, uniforme e linear, condicionando possibilidades e restringindo criatividade.

Como bem destaca Mouffe (1996), o que podemos produzir são fixações parciais, formas precárias de identificação que proporcionem a base para uma identidade e uma luta.

Aceitando, assim, o convite da Dona Haraway (1995) para pensar ciência, creio que podemos também construir “saberes localizados” sobre psicologia social em sua relação com a sociedade brasileira e, neste sentido, devemos adotar uma postura feminista, muito bem descrita por Haraway quando diz que “não basta mostrar a contingência histórica radical e os modos de construção de tudo” (P. 15). Como ela, acredito que não podemos ser “inocentes” em nossas leituras.

Devemos construir constantemente leituras e fazeres ou simplesmente práticas discursivas que sejam implicadas, implicantes e impertinentes; nas quais *linguagem* seja entendida não como mediação entre pensamento e ação, mas como uma prática social que produz efeitos. Ao mesmo tempo, essa leitura se interessa não somente pela forma como as pessoas “pensam” ou representam o mundo ou como essas

peças produzem sentidos em suas vidas, mas especialmente sobre as condições de possibilidades de produção de sentidos na vida cotidiana ou como bem descrevem Garay, Iñiguez e Martinez (2005), inspirado em Foucault: devemos buscar compreender como determinadas práticas discursivas constituem e regulam modos de ser (ou de viver) e produzem regimes de verdade que restringem e oprimem possibilidades.

Essa leitura implicada, implicante e impertinente, do meu ponto de vista, deve se interessar, portanto, pelos processos sociais, a partir dos quais construímos regimes de verdades, naturalizando e essencializando ou mais precisamente, encapsulando a diversidade da experiência humana.

Nesta perspectiva, considero muito útil a leitura psicossocial da vida em sociedade proposta em Spink e Medrado (1999), a partir da articulação entre três dimensões de produção de práticas sociais: Dimensão relacional: que compreende o tempo da interação; Dimensão cultural: que remete ao tempo longo da história e das formações culturais; Dimensão institucional: que compreende nosso tempo vivido e os diferentes processos de institucionalização.

Nosso esforço deve ser por buscar uma compreensão dessas três dimensões como extensões umas das outras e não como complementares. Ou seja, devem ser pensadas como indissociáveis, por princípio. Assim como indissociáveis deveriam ser, do meu ponto de vista, três campos de atuação da psicologia social: 1) a pesquisa, entendida aqui como prática política situada, como bem nos ensina Dona Haraway; 2) a formação acadêmica, entendida, conforme Paulo Freire, como compromisso com a dúvida e com a mútua aprendizagem; 3) a atuação pública, como estratégia de defesa dos direitos, contra qualquer forma de dominação, compreendendo, como defendem há vários anos as feministas que “o privado é político”, rompendo com essa insistente dicotomia público-privado, afinal, como afirma o filósofo Jose Luis Pardo (1998)², em um

² PARDO, Jose Luis – Políticas de la intimidad: Ensayo sobre la falta de excepciones. *Logos: Anales del Seminario de Metafísica*, Nº 32, 1998, p. 145-196

MEDRADO, B. Psicologia Social: no desafio das ações. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

texto originalmente publicado com o curioso título é “Políticas de la intimidad: ensayos sobre la falta de excepciones”....

Cidade e intimidade são conceitos mutuamente irreduzíveis, porém radicalmente inseparáveis; ali onde não há política, não pode haver, em sentido estrito, intimidade; e ali onde a intimidade está ameaçada, estas ameaças expressam uma crise do espaço civil (p. 46).

Sem querer então fazer aqui uma distinção equivocada entre privado e público, convido vocês a pensarmos estes campos simbólicos e materiais como espaços em que se forjam, se produzem pessoas e realidades, em que se constroem estratégias de opressão, mas também de transformação. A transformação cultural e simbólica é assim o desafio maior que me proponho, nosso não lugar, nosso não topos, nossa u-topia.

E para isso, precisamos concentrar esforços na busca de produção de modos de viver mais éticos. Precisamos rever nossas práticas institucionalizadas que valorizam, promovem, alimentam matrizes liberais, sexista, racistas, machista entre tantas formas de discriminação que excluem e/ou limitam possibilidades, baseadas muitas vezes numa noção cristalizada de “identidade”.

Como “horizonte político”, que não diz o que é, mas como pode ser a relação da psicologia social com a sociedade brasileira, gostaria de defender algumas estratégias ou caminhos. Primeiro, um descolamento da psicologia do projeto que lhe deu origem. Do lugar de reguladora e reprodutora da vida em sociedade, para o lugar de crítica de si mesmo e de suas práticas de adequação do “sujeito” à “sociedade”. Segundo, uma ruptura progressiva, mas radical dessa idéia fragmentada e fragmentária de *disciplina* que aposta nos limites territoriais que, do meu ponto de vista, termina por produzir iguais e, portanto, limita a diversidade, além de impedir a entrada do outro. Precisamos, talvez, ir além até da idéia de interdisciplinas ou multidisciplinas e começar a pensar em indisciplinas, cujo limite é dado na relação e não por decreto ou acordo prévio.

E, para finalizar, gostaria de destacar seis compromissos que ousaria inscrever como projeto político de uma gestão da Abrapso que

nasce do afeto e da utopia de pessoas que, simplesmente, gostam de estar juntos, de se realizar com o outro ou *no* outro. Um projeto político: 1) que defende a perspectiva da descentralização da psicologia social dos grandes “centros” de produção de conhecimento, mas também dos domínios disciplinares da Psicologia e dos centros “tradicionais” de produção de conhecimento; 2) que aposta numa hibridização dos campos de saber-poder; 3) que defende uma estética provocativa, que relê a história de forma bela e provocantemente “vermelha”; 4) que usa e ousa metodologias de “re-uniões” criativas, que se inscreve não apenas em formatos (Mesas, Grupos de Vivência, Grupos de Trabalho, Conferências, Rodas de Conversa, Rodas Gigantes), mas, especialmente, na dinâmica que se propõe; 5) que se expõe publicamente, pois só assim também se permitirá ser avaliada e posicionada; 6) que se situa também como “entidade científica” não na busca de reproduzir um modo já instituído de fazer ciência, mas sim de aposta as fichas no exercício da reflexividade das ciências e da valorização da “perspectiva parcial” dos saberes localizados, não generalizáveis e inscritos em jogos de saber-poder. 7) que entende *memória* não como o resgate do antigo, do velho, mas como um exercício retórico de produzir futuro.

Que, portanto, as idéias e provocações presentes nesta produção alusiva ao encontro de Maringá, bem como a comemoração dos 30 anos de história produtiva e crítica da ABRAPSO não sejam entendidos como um “resgate” daquilo que foi produzido, mas sim da lembrança mobilizadora que se produz na certeza de que a resistência está ali onde se inscreve o poder.

Referências

DAVIES, B.; HARRÉ, R. Positioning: The Discursive Production of Selves. *Journal for the Theory of Social Behaviour* 20 (1):43–63, 1990.

GARAY, A.; IÑIGUEZ, L. e MARTÍNEZ, L. M. La perspectiva discursiva em Psicologia Social. *Subjetividad y Procesos Cognitivos*, 2005 (7), pp. 105-130.

HARAWAY, D., “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, *Cadernos Pagu*, (5), 1995:07-42.

MOUFFE, C. Feminismo, cidadania e política democrática radical. Em MOUFFE, C. *O regresso do político*. Lisboa: Gadiva, 1996.

PARDO, J. L. Políticas de la intimidad: Ensayo sobre la falta de excepciones. *Logos: Anales del Seminario de Metafísica*, N° 32, 1998, p. 145-196.

RORTY, R. *A Filosofia e o espelho da natureza*. Tradução de Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1979.

SPINK, M. J. e MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para a análise das práticas discursivas. Em SPINK, M. J. (Org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, p. 41-61, 1999.

Capítulo 1.1

Psicologia social: fronteiras e conexões

Fernando González Rey

Introdução

A emergência da psicologia como ciência particular é reconhecida a partir do laboratório de psicologia experimental, fundado por W. Wundt, em Leipzig no ano de 1875. Mesmo que o laboratório tenha tido como principal objetivo o estudo experimental das diferentes funções da consciência, Wundt nunca pretendeu reduzir o campo empírico da investigação psicológica ao estudo experimental da consciência, deixando claro que existia um importante campo da psicologia orientado ao estudo dos comportamentos sociais e culturais dos povos (Volkerspsychologie), que não era passível de estudo através do experimento.

Porém, o auge da psicologia empírica nos Estados Unidos nos primórdios do século XIX, fortemente estimulado pelo desenvolvimento acelerado do capitalismo nesse país, implicou num destaque dos aspectos empíricos e práticos na cultura dominante, que estava centrada na eficiência e na produtividade em todas as áreas da vida.

No campo intelectual esse imaginário se nutriu no pragmatismo como corrente filosófica, doutrina muito complexa e com múltiplos desdobramentos e consequências a serem exploradas, mas que trouxe uma ênfase aos aspectos processuais da vida e da ação humana em detrimento da complexidade da teoria, ainda que o pragmatismo seja em si um importante movimento teórico e com importantes desdobramentos

epistemológicos que estão bem além da ideia de ciência empírica que terminou por dominar a psicologia norte americana.

A procura pela objetividade, a precisão e o controle foram preocupações essenciais daquela psicologia, que terminou colocando no método o princípio de cientificidade e fez do comportamento seu principal tema de trabalho. A psicologia norte americana se institucionaliza nessa primeira metade do século XX essencialmente como uma psicologia naturalista, empírica e individual. O culto ao empírico, ao método e à quantificação relegou o desenvolvimento de modelos teóricos e se afirmou numa definição ontológica comportamental da psicologia. Esse panorama foi decisivo para o distanciamento entre a psicologia e a filosofia e entre outras ciências sociais, definindo sua pretensão de ser considerada uma ciência natural. Esse momento de institucionalização da psicologia experimental, que por muitos anos monopolizou a definição de psicologia científica, foi responsável pelas enormes barreiras e poucas conexões da psicologia com o resto das ciências sociais e pela própria fragmentação da psicologia.

A psicologia social apareceu assim como um momento do paradigma empírico instrumental que caracterizou o desenvolvimento da psicologia norte americana nessa primeira metade do século XX. As ideias centrais desse paradigma hegemônico aparecem claras nessa afirmação daquele que é reconhecido como o fundador da psicologia social norte americana, F. Allport, que definiu o objeto da psicologia social como segue:

não há nenhuma psicologia de grupos que não seja essencial e totalmente uma psicologia de indivíduos. A psicologia social não deve ser apresentada em contraposição à psicologia dos indivíduos, ela é uma parte da psicologia do indivíduo, cujo comportamento estuda em relação àquela parte do ambiente que compreende os seus semelhantes. (1924, p.4).

Na citação anterior o autor deixa claro que a psicologia social se institui como objeto específico da psicologia pelo tipo de comportamento que estuda; o comportamento em relação àquela parte do ambiente que compreende os seus semelhantes. Portanto a psicologia social empírica norte americana não reconheceu nem a especificidade dos processos

psíquicos propriamente sociais, nem a especificidade ontológica da sociedade, que não passa de ser mais um ambiente que integra às outras pessoas. A psicologia social termina assim se definindo pelo tipo de variáveis independentes que estuda, as quais estão situadas num ambiente onde as outras pessoas estão presentes. O tipo de variável dependente continua sendo o comportamento humano, sendo que o caráter de social é dado pela especificidade das variáveis que aparecem nesse ambiente formado por outras pessoas.

Essa definição de psicologia social é compartilhada por muitos pesquisadores atuais da área, como se evidencia em muitos trabalhos que continuam aparecendo até hoje nos jornais da disciplina no mundo todo. Uma posição muito semelhante daquela mantida por Allport em 1924 é defendida em data recente por W. McGuire, que escreveu:

uma estratégia é definir a psicologia social por suas variáveis independentes como “o ramo da psicologia que estuda o pensamento, sentimento e ações humanas na medida em que eles são afetados por outras pessoas”. No entanto, esse critério deixa de fora alguns tópicos arquetípicos que estariam incluídos se nós definíssemos o campo em termos de variáveis dependentes, bem como das independentes, em algo como o estudo dos pensamentos, sentimentos e ações humanas, na medida em que elas afetam ou são afetadas por outras pessoas. (1992, p.558).

Este autor conserva, setenta anos depois, os princípios norteadores básicos defendidos por Allport, mostrando como único avanço em relação a ele que as variáveis dependentes também afetam as independentes. Setenta anos para fazer esse aporte numa publicação tão relevante como essa em que apareceu o trabalho de McGuire é a melhor expressão da pouca riqueza teórica e ideativa que caracteriza esse paradigma até hoje, onde o dado é o elemento central da construção, desconhecendo-se a relevância das ideias. Pensar que o dado é na sua condição empírica portador de um significado da realidade é a pedra angular do empirismo ingênuo que sustenta essa forma de pensar a psicologia.

No presente capítulo, irei analisar as fronteiras e conexões da psicologia social desde algumas matrizes de pensamento que tem se destacado nesse campo. Mesmo com as mudanças nas posições teóricas e

epistemológicas que tem caracterizado o desenvolvimento dessa área, a separação da psicologia social de outras áreas da psicologia tem se mantido até os dias atuais, o que em grande parte expressa a despreocupação ontológica e epistemológica que tem caracterizado a psicologia como disciplina científica.

O distanciamento da psicologia em relação à filosofia poderia ser definido como uma das “epistemopatias” que S. Koch (1992) atribui ao conhecimento psicológico. Esse distanciamento é em grande parte responsável pela lógica objetivo-instrumental que passou a hegemonizar essa área, para a qual o objeto universal da psicologia é o comportamento e a pesquisa é o processo de relacionar variáveis dependentes e independentes até o infinito, dentro de um modelo único e estagnado, cuja legitimidade científica se apóia numa metodologia também considerada universal. Como as mudanças que esse modelo reconhece só vêm dos dados, as reflexões teóricas e epistemológicas nunca formaram parte de suas preocupações. Só isso poderia explicar a proximidade das posições de Allport e McGuire, citados antes, com quase setenta anos de diferença entre a obra de um e outro.

Em contrapartida ao lugar secundário em que os representantes dessa psicologia empírica atribuíram ao teórico, eu penso que o desenvolvimento de novas representações teóricas é a fonte de acesso às novas realidades empíricas que, com frequência, estão além de qualquer tipo de evidência empírica imediata (González Rey, 2005). A representação de como um fenômeno é produzido pelo saber é o que defino como ontologia. A crítica pós-estruturalista à ontologia aparece carregada das próprias limitações desse pensamento que, destacando a processualidade dos fenômenos, ignora completamente a sua natureza qualitativa, apresentando assim o termo ontologia fixado em sua conotação metafísica, associada à natureza universal do ser. O pensamento pós-estruturalista passou a ignorar a diversidade de registros que desafiam o conhecimento dos diferentes processos humanos, hipertrofiando assim a definição discursiva de todo fenômeno (González Rey, 2002, 2004, 2005,

2009a, 2009b).

Os limites e as conexões da psicologia social desde olhares ontológicos diferentes

Moscovici & Markova (2006) escolhem a epistemologia como cenário central para estabelecer a diferença entre as duas tradições que eles defendem em sua análise sobre a história da psicologia social: a Indígena-Americana e a Euro-Americana. Ainda que colocando de forma explícita que a diferença entre ambas as tradições foi essencialmente epistemológica, o que é de grande importância, os autores não destacam o aspecto ontológico envolvido nessas tradições, o qual, em minha opinião, é inseparável da discussão epistemológica. Não considerar esse aspecto levou os autores a conclusões que considero incorretas.

Desde muito tempo antes, Moscovici (1986) definiu:

acho que na atualidade, depois do abandono do behaviorismo, o número daqueles que concordariam com a definição que estabeleci em 1970 seria mais elevado. Eu formularia, escrevi naquele momento, como objeto central, exclusivo da psicossociologia, todos os fenômenos relacionados com a ideologia e a comunicação, ordenados segundo sua gênese, estrutura e função (1986, p.19).

A definição de uma psicologia social sociológica explicada através dos vínculos da psicologia social com a sociologia, e não com a psicologia geral, é um atributo essencial na diferenciação que, em 2006, Moscovici & Markova continuam destacando como outro elemento importante para discriminar as duas tradições destacadas por eles. Foi certo que a tradição Euro-Americana, organizada logo depois da Segunda Guerra Mundial e influenciada pela elevada migração de psicólogos sociais europeus aos Estados Unidos, se caracterizou pela procura de suas relações com a antropologia e a sociologia, o que representou um momento de ruptura com as fronteiras em que se fechou a psicologia social empírica norte americana. Porém é errado pensar que o problema da psicologia social empírica-instrumental estava nos seus vínculos com a psicologia geral. O problema estava na definição ontológica daquela psicologia geral que, na

GONZALEZ REY, F. Psicologia Social: fronteiras e conexões. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

realidade, era uma psicologia do comportamento, o que determinou tanto a sua impossibilidade de se integrar com as outras ciências sociais, quanto as suas definições epistemológicas.

A definição da psicologia social sociológica ignorou os importantes avanços da própria teoria das representações sociais sobre o caráter social da mente, centrando-se nos processos da construção social da realidade, termo que mais tarde ficaria na moda com o construcionismo social, mas que na realidade já tinha aparecido na teoria das representações sociais e na obra de Berger e Luckman, mesmo que com um sentido diferente de como foi compreendido depois pelo construcionismo social.

A transcendência dos limites da psicologia social com as outras disciplinas sociais não pode levar à criação de novos limites, desta vez com a psicologia como ciência. Pelo contrário, eu penso que a consequente abertura das relações da psicologia social com a sociologia e a antropologia vai depender da capacidade de ir além da compreensão do comportamento como definição ontológica central da psicologia. Nessa superação a psicologia social começa a se relacionar com práticas e processos simbólicos cuja definição é parte de uma ruptura ontológica com o tipo de processos e formações a serem estudados pela psicologia.

O conceito de variável, - que de fato ficava prisioneiro de um conteúdo único, pois a variável só pode definir uma qualidade do fenômeno de cada vez, - levou a definir como critério de legitimidade científica no plano epistemológico a significação estatística da relação entre variáveis, o qual representava um ato completamente a-teórico. O tipo de variável se converteu assim no conceito central que definiu as diferentes áreas da psicologia que permaneceram unidas apenas pela homogeneidade ontológica das variáveis, ou seja, as dependentes, definidas como comportamentos e as independentes consideradas ambientais. A construção teórica com capacidade explicativa sobre como se organiza o comportamento humano dentro da simultaneidade de eventos diferentes da vida social foi ignorada nessa representação. Entretanto, essa complexidade, passível de ser apreendida só pela

construção teórica, não passou despercebida a Durkheim, um dos fundadores das ciências sociais positivistas.

Mesmo empenhado na defesa da necessidade de reduzir as formas complexas em elementos para transformá-las em objeto da ciência, Durkheim mostra um agudo pensamento teórico nos diferentes momentos de sua obra. Assim, pensando sobre a organização dos fenômenos sociais escreveu:

na vida social, esse estado primitivo de não divisão é bem mais surpreendente ainda. A vida religiosa, por exemplo, é rica em uma multiplicidade de formas de pensamentos, de atividades de todos os tipos. No âmbito do pensamento ela compreende: 1) Os mitos e as crenças religiosas; 2) uma ciência iniciante; 3) um certo tipo de poesia. No âmbito da ação encontramos: 1. Os ritos; 2. Uma moral e um direito; 3. As artes, os elementos estéticos, particularmente cantos e música. Todos esses elementos estão reunidos em um todo e é muito difícil separá-los; ciência e arte, mito e poesia, moral, direito e religião, tudo isto está confundido ou, mais exatamente, fundido um no outro. Podemos fazer a mesma observação a propósito da família primitiva: ela é, ao mesmo tempo, grupo social, religioso, político, jurídico, etc.(2004, pp.205-206).

Durkheim consegue representar a complexidade da realidade social, porém a considera só como uma forma primitiva dessa realidade, sua forma bruta, e considera que a evolução progride no sentido da diferenciação dos distintos elementos que, num primeiro e mais primitivo momento, faziam parte de uma totalidade caótica.

Mesmo defendendo o processo de separação da realidade em seus elementos, Durkheim não compreende essa separação como um ato metodológico, mas como definição ontológica, como a forma em que a realidade existe e se desenvolve, embora sua compreensão sobre essa realidade fosse completamente realista, algo que aparece claramente quando ele afirma: “A necessidade de distinção, de separação está, então, nas coisas: não é somente uma necessidade do espírito”, porém, continua o autor: “há elementos discerníveis, pois eles tendem por si próprios a se separar, sem jamais conseguir se libertar totalmente um dos outros” (2004, p.207).

Durkheim defende a ideia da separação da realidade em elementos

no processo de conhecimento, fundamentando-a numa complexa reflexão teórica sobre a natureza dessa realidade e, a partir dessa representação teórica, procura legitimar metodologicamente esse processo, sem desconhecer que esses elementos têm inúmeras relações entre si. Todavia acredita que o conhecimento deve se orientar a conhecer o momento de diferenciação dos elementos que integram a realidade. Para o empirismo que hegemonizou a psicologia a discussão ou representação do tipo de realidade à qual se orienta a produção do saber foi ignorada, tornando o uso dos procedimentos instrumentais independentes de qualquer reflexão teórica.

A consideração da realidade em elementos permite especificar o lugar de cada ciência segundo o tipo de elemento que estuda: cada ciência se dedicaria ao estudo de uma “parcela” dessa realidade. Porém, quando se desconhece a discussão teórica sobre a natureza da realidade estudada, o processo de saber se transforma num uso irreflexivo do método que gradativamente leva ao fetichismo metodológico que caracterizou e caracteriza até hoje uma parte importante da produção em psicologia. A própria definição de ciência empírica é um grande paradoxo, pois como o próprio Durkheim evidencia nas suas reflexões sobre a realidade, toda definição metodológica se apóia numa representação teórica.

Os princípios epistemológicos que se desenvolveram a partir de visões diferentes da realidade são incompatíveis entre si, conduzindo a processos metodológicos também diferentes. As teorias que se apóiam em elementos estão centradas em medir e demonstrar, sempre através de procedimentos implicados com variáveis, separando de forma radical o “certo” do “errado”, e as teorias orientadas a estudar sistemas complexos capazes de integrar fenômenos muito diferentes numa nova qualidade, enfatizam a mobilidade e as relações constantes entre sistemas diferentes. Moscovici & Markova (2006) tem definido esses dois tipos de teorias como estáticas e dinâmicas, mesmo que eles se centrem, ao definir as teorias dinâmicas, na relação. Em minha opinião, a contraposição se dá entre

elemento e sistema, sendo o sistema sempre um processo integrador em movimento, mas que se define por uma qualidade nova de auto-organização e desenvolvimento que não se reconhece na soma dos elementos, como defendido por Morin, Castoriadis e outros autores que partilham o referencial teórico da complexidade.

Moscovici & Markova destacam que:

além disso, nas 'teorias estáticas' o objetivo final do cientista é, acima de tudo, clareza e precisão. Em contraste com isso, no pensamento dinâmico ele interpreta; a interpretação implica procura por uma infinita variedade de relações com outras regiões da realidade que podem ser explicadas pela interpretação (2006, p.43).

Essa diferença que os autores enfatizam é destacada por mim na distinção que faço entre a minha proposta de uma metodologia qualitativa construtivo-interpretativa e as metodologias qualitativas centradas na descrição e na indução (González Rey, 2005). O estudo de sistemas complexos, onde as formas de expressão do sistema são inseparáveis de sua própria organização, só pode ser desenvolvido através das interpretações e construções teóricas do pesquisador as quais, se organizando em hipóteses formuladas sobre expressões diferentes do sistema estudado, permitem gerar modelos teóricos sobre o funcionamento e a organização desse sistema. Em contraposição ao que pensava Durkheim, as categorias do pensamento não se correspondem com a realidade; elas são significados capazes de gerar inteligibilidade sobre a realidade dentro do sistema teórico em que estão inseridas.

As fronteiras e conexões da psicologia social não são algo geral que possa ser discutido fora de uma definição teórico-epistemológica. Eu acredito que é justamente essa definição que nos permite pensar as fronteiras e conexões da psicologia social. A transdisciplinaridade que tem caracterizado as rupturas epistemológicas associadas ao pensamento complexo se define pela emergência de campos de saber complexos, que estão além da definição empírica imediata do estudado. A transdisciplinaridade abre o caminho a uma ciência dos modelos teóricos complexos, dentro dos quais se articulam questões que antes estavam

separadas de forma rígida pelas disciplinas. A transdisciplinaridade enfatiza mais as conexões que as fronteiras, abarcando o que está para além das disciplinas estanques.

Ainda que não possamos falar de uma organização transdisciplinar das ciências sociais atuais, o certo é que os avanços de uma forma transdisciplinar de pensamento na sociologia e na psicologia já vêm do século XX e têm se reafirmado com força no século XXI. Já N. Elias tinha escrito:

por mais certo que seja que toda pessoa é uma entidade completa em si mesma, um indivíduo que se controla e que não poderá ser controlado ou regulado por mais ninguém, se ele próprio não o fizer, não menos certo é que toda a estrutura do seu autocontrole consciente ou inconsciente, constitui um produto reticular formado numa interação contínua de relacionamentos com outras pessoas, e que a forma individual do adulto é uma forma específica de cada sociedade (1994, p.31).

Na citação anterior o autor articula de forma magistral a especificidade da pessoa e seus processos com sua configuração social. N. Elias e outros sociólogos como Touraine, Ferraroti e Giddens, entre outros, tem avançado mais na complexa articulação entre o individual e o social do que a própria psicologia social. Na psicologia devemos destacar os trabalhos de Castoriadis e sua definição do imaginário social. A definição de Elias de que cada adulto é uma forma específica de cada sociedade, abre espaço para um princípio epistemológico destacado por mim na Epistemologia Qualitativa; o valor do estudo da singularidade para o conhecimento científico. Nesse sentido o estudo de caso com sujeitos individuais passa a ter uma especial importância para a psicologia social se levarmos em conta que cada pessoa é uma fonte de informação única e diferenciada da realidade social em que vive.

O lugar cada vez mais importante que a sociologia atribui à pessoa, ao sujeito e a seus processos psicológicos é uma importante evidência transdisciplinar que vêm acompanhando à sociologia ao longo do século XX (Weber, Marx, Elias, Ferraroti, Touraine. Giddens, entre outros). Em sintonia com a citação anterior de Elias, Touraine nos diz:

se dispusesse ainda de alguns anos mais para me dedicar à investigação daria prioridade a um novo conjunto de intervenções sociológicas que se centrariam muito mais nos indivíduos, tentando estabelecer relações interpessoais com eles, mas que de qualquer modo fariam que os grupos reflexionassem sobre experiências individuais, e se esforçassem por fazer que cada um sugasse o sentido de suas próprias preocupações pessoais. As pessoas são muito mais importantes que seus atos e palavras. (2000, p. 118).

O lugar atribuído às pessoas e ao valor de suas expressões para o estudo da sociedade é um princípio importante da sociologia atual. A sociedade não pode se conhecer independente das pessoas que vivem nela, ainda que ela não se reduza à soma das pessoas. Indivíduo e sociedade mantêm um relacionamento recursivo. Toda experiência pessoal é uma produção social, mas é, ao mesmo tempo, uma produção subjetiva individual, diferenciada, processos esses que se desdobram em sentidos subjetivos diferenciados na subjetividade social e na individual (González Rey, 2002). Esses sentidos subjetivos que se organizam nas configurações atuais da pessoa que vive uma experiência são uma fonte apreciável para o estudo da sociedade; a sociedade está presente nesses sentidos subjetivos metamorfoseada em seus efeitos na produção subjetiva da pessoa, daí que a interpretação e a construção do pesquisador sobre as informações e expressões múltiplas do sujeito são a única via de acesso a esse saber.

Essa complexa relação não tem encontrado uma definição ontológica apropriada nas ciências sociais, nas quais não ficam claros quais são os processos da pessoa que integram a experiência social num outro nível qualitativo, o que romperia o relacionamento mimético e determinista que tem dominado a representação sobre a relação entre o social e o individual. A subjetividade como definição ontológica da psique humana nas condições da cultura é uma das opções para demonstrar essa qualidade específica dos fenômenos humanos em que o social e o individual têm formas múltiplas de integração, desenvolvimento e conflito através das produções simbólico-emocionais que se geram nas experiências de vida e que, simultaneamente, acontecem nos indivíduos e

na sociedade: esses processos subjetivos e seus sistemas de auto-organização encontram uma definição em meus trabalhos nos conceitos de sentidos subjetivos e configurações subjetivas. (González Rey, 2002, 2005, 2009).

A subjetividade numa perspectiva histórica, cultural e social define um tipo particular de fenômeno, de realidade humana que não foi considerada em outras definições ontológicas do fenômeno psicológico. A subjetividade se diferencia do simbólico e do cognitivo no sentido que integra as emoções na sua capacidade geradora na vida psíquica e na ação da pessoa. Na subjetividade as emoções existem em relações inseparáveis com o simbólico, mas sem que um desses processos seja a causa do outro. Foi essa relação inseparável e em processo permanente, responsável de uma nova qualidade do psiquismo humano, que defini como sentido subjetivo. (González Rey, 1999, 2002, 2007, 2009).

Os sentidos subjetivos são uma expressão única e diferenciada das pessoas e das realidades sociais em que acontece o processo atual da experiência, pois eles emergem nas configurações subjetivas que se organizam no curso dessa experiência vivida, as quais são inseparáveis de outras configurações subjetivas da pessoa e desses espaços sociais e que, por sua vez, definem os sistemas da subjetividade individual e da subjetividade social. Nesses sistemas subjetivos a história das pessoas, assim como das sociedades, aparece nas configurações subjetivas do momento presente de cada pessoa e de cada espaço social concreto. Esses processos escapam a qualquer lógica racional que pretenda encontrar as “causas objetivas” dessa produção subjetiva.

Toda função psíquica individual que implique a emocionalidade do indivíduo representa a expressão de uma configuração subjetiva que transcende o caráter cognitivo, simbólico e instrumental da função, e com isso transcende qualquer separação possível entre sujeito e realidade. A partir dessa ótica toda função humana é sempre uma produção subjetiva diferente de outros aspectos da realidade envolvidos nela.

Na psicologia atual, mesmo sem consciência teórica sobre isso, duas

novas ontologias emergem como dominantes; a subjetividade numa perspectiva sócio, histórico e cultural complexa, separada de qualquer ideia de essência humana, tendência que aparece hoje em certas posições da psicanálise como os estudos psicossociais e algumas tendências identificadas como pós-psicanálise, orientadas a superar tanto as metáforas mecanicistas intrapsíquicas da psicanálise freudiana como o estruturalismo do pensamento lacaniano (Castoriadis, Green, Deleuze, Guattari, Elliott, Frosh, entre outros). Outros desenvolvimentos sobre o tema da subjetividade numa perspectiva sócio, histórica e cultural complexa vêm da psicologia cultural histórica (Chudnovsky, Abuljanova, e González Rey, entre outros). O tema da subjetividade começou a aparecer nesse enfoque nos finais do período soviético, mas só num nível teórico mais geral. Nos meus trabalhos o tema se especifica em conceitos teóricos particulares e se aprofunda em suas implicações epistemológicas e metodológicas, encontrando um amplo espaço na pesquisa empírica.

A outra definição ontológica geral que caracteriza a psicologia atual é o conceito de práticas discursivas e de discurso, este último assumido desde perspectivas diferentes. Nessa família de teorias se integram o construcionismo social, as psicologias narrativas, algumas posições que se identificam com a hermenêutica e certas tendências pós-lacanianas.

As diferenças entre essas duas tendências tem sido objeto de análise em vários trabalhos meus anteriores (González Rey, 1997, 2002, 2004, 2007, 2009, entre outros), razão pela qual me centrarei neste texto em destacar apenas algumas diferenças que, no meu entender, são irreconciliáveis entre ambos os marcos teóricos, para passar logo a analisar as fronteiras e conexões da psicologia social desde essas duas perspectivas teóricas e epistemológicas.

As diferenças entre esses referenciais, em minha opinião, estão dadas por:

- Todas as teorias orientadas ao desenvolvimento da subjetividade destacam conceitos relacionados com a psicologia, atendendo a processos que não se reduzem nem ao discurso, nem às práticas

discursivas. Essa tendência pode se encontrar inclusive no sistema carregado de metáforas de Deleuze e Guattari, metáforas essas que nem sempre facilitam enxergar o sistema de pensamento que está por trás das categorias que propõem.

- Todas as teorias orientadas ao desenvolvimento da subjetividade num novo paradigma teórico reconhecem a importância de formações não conscientes, presentes tanto nos processos sociais como nas pessoas, assim como o lugar das emoções e do corpo nas expressões humanas. Para as teorias centradas nas práticas discursivas tanto o corpo como os processos psíquicos representam somente produções discursivas.
- As teorias orientadas ao desenvolvimento da subjetividade compreendem a sociedade organizada em complexos sistemas de natureza subjetiva que são parte da produção das pessoas, destacando outros complexos sistemas que a compõem que não são de natureza subjetiva, mas que tomam diferentes expressões subjetivas nas diferentes relações sociais e em seus processos de institucionalização. As teorias centradas nos processos discursivos não dão atenção às complexas formações não discursivas da organização das sociedades, nem às relações que elas têm com as produções subjetivas sociais e individuais.
- As teorias orientadas ao tema da subjetividade trazem a discussão do tema do sujeito, enquanto nas psicologias discursivas o sujeito é eliminado.

As fronteiras e conexões da psicologia social na perspectiva da subjetividade e das psicologias discursivas

As práticas discursivas e a subjetividade representam posicionamentos ontológicos que, pela sua própria natureza, são transdisciplinares, pois estão presentes em todos os cenários sociais e nos indivíduos. Para as psicologias discursivas os indivíduos são apenas momentos de convergência de certas práticas discursivas que não tem

uma expressão diferenciada em nenhum tipo de sistema individual que seja relativamente independente dessas práticas. As práticas discursivas têm uma natureza social e relacional. Para as teorias que tem como ponto de encontro o tema da subjetividade como sistema complexo que integra num novo nível qualitativo a vida social e cultural, assim como a organização psíquica diferenciada da pessoa, na qual suas histórias são tão relevantes como sua vida social atual, a subjetividade se organiza na relação recursiva permanente dos processos da subjetividade social e individual, porém, esses dois níveis, o social e o individual, aparecem em configurações subjetivas diferentes que, ainda que se constituam reciprocamente, mantém relações tensas, com grande sensibilidade para a emergência de contradições para a mudança.

Castoriadis defende com força a ideia desse sujeito singular que cria e transforma dentro das pressões da sociedade em que vive, cujos efeitos colaterais aparecem nas configurações desse sujeito que a desafia e a subverte. Sobre essa capacidade subjetiva do sujeito individual Castoriadis escreve:

em outras palavras, a formação de uma instância reflexiva e deliberante, da verdadeira subjetividade, libera a imaginação radical do ser humano singular, como fonte de criação e alteração. E a formação dessa instância faz com que ele atinja uma liberdade efetiva, que pressupõe certamente a indeterminação do mundo psíquico e sua permeabilidade ao sentido (2006, p.141).

Na citação o autor destaca algo essencial: o caráter gerador do sujeito singular que leva à indeterminação do mundo psíquico ante o fato de que esse sujeito produz sobre os processos sociais que vive, gerando alternativas de expressão não explicáveis apenas pelo caráter da experiência social vivida. Esses processos subjetivos e as configurações subjetivas que se organizam no curso da vida social da pessoa são gerais a todas as esferas de sua vida social. A dimensão subjetiva é geral a todas as ciências sociais, assim como também a dimensão discursiva.

Quais são então as fronteiras e conexões de uma psicologia social definida a partir dessas definições ontológicas? Eu penso que as psicologias discursivas na realidade não reconhecem nenhuma fronteira

GONZALEZ REY, F. Psicologia Social: fronteiras e conexões. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

com as ciências sociais; elas não se reconhecem mais no campo psi. De fato os trabalhos de linguistas, antropólogos e psicólogos identificados com o construcionismo social são quase idênticos, todos dedicados ao estudo das práticas discursivas associadas a diferentes questões. O desconhecimento de algo como a psique é comum a esses autores.

O campo da subjetividade também se caracteriza pela sua natureza transdisciplinar, pois a subjetividade é uma dimensão no estudo dos diferentes processos que ocupam hoje às ciências sociais de forma geral. Entretanto, o estudo das configurações subjetivas de processos pontuais, como a aprendizagem de um jovem na escola e a forma em que o social participa no desenvolvimento dessas configurações particulares, não encontra hoje outro espaço que não seja a psicologia. O social se apresenta através de processos muito variados nas diferentes atividades humanas, estando presente na gênese das configurações subjetivas dessas atividades.

A formação dos processos subjetivos individuais e sua articulação com o funcionamento social é uma ênfase da psicologia. Isso não quer dizer que essa ênfase seja um critério universal e invariável para definir campos específicos das ciências sociais. A divisão das disciplinas tem histórias próprias que foram se institucionalizando nos espaços institucionais diversos que dominam os processos de produção de conhecimento. Essa identidade e a própria subjetividade desenvolvida pelas pessoas nesses guetos disciplinares, associadas com as tradições das diferentes áreas das ciências sociais, são também elementos importantes na preservação dos campos disciplinares.

Hoje a psicologia social tem grande urgência em especificar o lugar do psicológico e do subjetivo em seus trabalhos, pois um dos riscos da disciplina é o desconhecimento do fenômeno psicológico nos cenários sociais. O avanço na direção do interdisciplinar primeiro, e agora no transdisciplinar, só é possível a partir de disciplinas que tem conseguido aportes relevantes para os problemas abrangentes que enfrenta uma família de ciências. A pobreza teórica e epistemológica da psicologia se

evidencia na facilidade em que ela foi subsumida pela produção de outros saberes sociais e filosóficos que levaram a ignorar a especificidade da psique nas práticas humanas.

O compromisso da psicologia social com a prática e com a sociedade passa por uma elaboração séria de opções teóricas e epistemológicas que facilitem modelos cada vez mais complexos de inteligibilidade sobre o conjunto de aspectos diversos que se integram ao curso dos processos sociais em geral. O compromisso social não pode ser um slogan, mas um fazer consequente e dedicado que permita modelos teóricos com múltiplas repercussões nos processos sociais. A teoria das representações sociais permitiu gerar inteligibilidade sobre práticas simbólicas compartilhadas que ficavam ocultas à consciência dos protagonistas e que participavam ativamente do comportamento social.

Já Martin Baró, com o pensamento agudo que o caracterizava, tinha alertado sobre dois extremos que prejudicam a psicologia social: "... se há algo que pode nos fazer dano é pretender encobrir a superficialidade com 'slogans' políticos, ou a análise crítica com os dogmas ideológicos" (1986, p.73). A ciência não pode se poupar da criação teórica e do desenvolvimento de suas epistemologias, algo que tem caracterizado bastante certa psicologia social que, com um discurso crítico demasiado geral, não avança em propostas novas orientadas ao estudo de novas questões.

Algumas reflexões finais

Hoje não se pode continuar falando de psicologia social, como de nenhuma outra área da psicologia, como algo definido por critérios bem estabelecidos, associados a instrumentos e conceitos compartilhados. O critério de especificação de uma disciplina passou da definição estreita de um objeto único compartilhado, para o campo teórico-epistemológico que essa disciplina compartilha dentro de um determinado sistema teórico. Dessa forma a psicologia social inspirada na psicanálise é parte desse

campo teórico e não de uma psicologia social em abstrato. A psicanálise ganhou visibilidade nas ciências sociais de forma geral pela ausência de teorias psicológicas capazes de aportar a dimensão subjetiva dos processos sociais que outras disciplinas precisavam. É por isso que diferentes autores da psicanálise são muito mais citados nas ciências sociais do que os psicólogos sociais que se desenvolveram numa psicologia social empírico instrumental.

As fronteiras das ciências sociais são a expressão de uma cultura que se estendeu no mundo atual que, mesmo que tenha começado com a definição positivista de objeto, foi além e cresceu nas formas em que hoje aparecem as matrizes das diferentes disciplinas sociais, suas formas de institucionalização e a abrangência de suas práticas e problemas de estudo. Porém, como se demonstra no presente capítulo o desenvolvimento de definições ontológicas mais complexas, como as práticas discursivas e a subjetividade, abre temas complexos e abrangentes que geram um movimento para além das fronteiras tradicionais das ciências sociais. Pela sua separação histórica das questões teóricas e epistemológicas, a psicologia hoje corre o risco de ser substituída pelos discursos de outras ciências teóricas e perder a sua possibilidade de se abrir a novas áreas, problemas e campos de atuação no agudo debate pelo qual passam hoje as ciências sociais.

Observa-se atualmente em muitos trabalhos da psicologia social uma orientação empírico-descritiva, orientada a descrever determinadas questões pontuais, sem o mínimo desenvolvimento teórico nem metodológico. Acho que se está produzindo uma banalização ao apresentar em termos de pesquisa determinados fatos que são processados e construídos num nível de senso comum. Se estudarmos as referências bibliográficas de muitas das revistas da área na América Latina vamos ficar impressionados pela pobreza de citações, pela ausência de clássicos, pela adesão a uma moda atual do pensamento.

As fronteiras e conexões da psicologia social dependem do sistema teórico desde onde nos definimos como “fazendo psicologia social”. Essas

fronteiras hoje são mais o resultado de processos de institucionalização que se tem tornado uma cultura compartilhada, do que uma expressão necessária da construção do saber. Penso que avançamos no desenvolvimento de modelos teóricos diferentes, com capacidade abrangente de inteligibilidade, desde os quais as diferenças entre disciplinas vão se minimizando, mas este é um processo histórico que nos ainda nos trará múltiplas surpresas.

Referências

- ALLPORT, F. *Social Psychology*. Boston: Houghton-Muffin, 1924.
- CASTORIADIS, C. *O mundo fragmentado. As encruzilhadas do labirinto III*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- DURKHEIM, E. *Pragmatismo e sociologia*. Florianópolis: Editora UFSC, 2004.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- GONZÁLEZ REY, F. *Epistemologia Cualitativa y Subjetividad*. São Paulo: EDUC, 1997.
- GONZÁLEZ REY, F. *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. México: Thomson, 2002
- GONZÁLEZ REY, F. *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GONZÁLEZ REY, F. *Subjetividade e pesquisa qualitativa: os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson, 2005.
- GONZÁLEZ REY, F. *Psicoterapia, subjetividade e pós modernidade: uma aproximação histórico – cultural*. São Paulo: Thomson, 2008.
- KOCH, S. The Nature and Limits of Psychological Knowledge: Lesson of a Century qua “Science”. Em KOCH, S. e LEARY, D. (Eds). *A Century of Psychology as Science*. Washington: APA, 1995.
- MARTÍN BARÓ, I. e DOBLES, I. (1986). Psicologia social desde Centroamérica. Entrevista con el doctor Ignacio Martín Baró. *Revista Costarricense de Psicología*. Ano 5. Vol. 5-6, 1986.
- MCGUIRE, W. Toward Social psychology’s Second Century. Em MCGUIRE, W. (Ed.). *A Century of Psychology as Science*. Washington: APA, 1995.
- MOSCOVICI, S e MARKOVA, I. *The Making of Modern Social Psychology*. Cambridge: Polity, 2006.
- TOURAINÉ, A. e KHOSROKHAVAR, F. (2002). *A la búsqueda de si mismo. Diálogo sobre el sujeto*. Barcelona: Paidós, 2002.

Capítulo 1.2
Gregory Bateson -
Antropologia, Psicologia, Comunicação

Massimo Canevacci

Uma breve introdução

As relações entre antropologia e psicologia (ou psicanálise) se iniciam com Malinowski, fundador do método etnográfico, baseado na pesquisa direta no campo, na observação participante, em colher o ponto de vista nativo. Ele elabora o método do funcionalismo, através do qual critica alguns importantes paradigmas de Marx e Freud. Sobre as idéias deste último, ele demonstra como numa sociedade matrilinear, onde a transmissão geracional é feita por linha materna, a autoridade se baseia no tio materno. Como consequência, o complexo de Édipo não seria um processo universal. Os estudos de Malinowski mostram que a leitura freudiana tem uma substância relativa ao contexto europeu e a um tipo de família patrilinear e patriarcal. Nas ilhas Trobriand (onde ele fez sua célebre pesquisa) o mecanismo psicológico funcionaria de uma maneira bem diversa. Nasce, assim, o relativismo cultural, outro conceito básico da antropologia. Segundo ele, cada elemento cultural precisa ser colocado no interior específico da sociedade e os conceitos universais, nesse sentido, são muitos problemáticos.

Nesta mesma época, numa célebre fotografia, Malinowski aparece em pé, na frente do seu “objeto” de pesquisa (um jovem trobriandês), as mãos no cinto, óculos escuros, olhar direto, de quem mantém o domínio da situação. Claramente ele nunca foi um colonialista, mas ao mesmo tempo a disciplina inteira da antropologia (eu diria, das ciências humanas em geral) pertencem

a um contexto histórico caracterizado pelo colonialismo. Assim, esta foto nos sugere que as dinâmicas psicológicas no interior do pesquisador são tão importantes quanto as relações psicológicas externas dos sujeitos “pesquisados”. E a relação dialógica e conflitual entre os dois níveis, assim como se manifesta no *fieldwork*, é parte constitutiva do processo de conhecimento. Neste campo fluido de interação híbrida se coloca a aliança entre etnografia e psicologia. A geração seguinte apresenta uma determinante mutação, na qual assoma como figura emergente um jovem antropólogo britânico que entra em crise vertical com o funcionalismo malinowskiano hegemônico.

Itinerários oblíquos pessoais

O meu itinerário na antropologia cultural é oblíquo. Formei-me na *Escola de Frankfurt*, com dedicação particular à “dialética do Iluminismo”. Neste sentido, o conceito de cultura, no qual me iniciei, é aquele de *Kultur*, isto é, a cultura humanística, eurocêntrica, aquela que se inicia com a filosofia grega e chega à catástrofe dos Estados autoritários. Uma cultura que tem necessidade de misturar diversas disciplinas e que apresentava, então, uma novidade fundamental: a reflexão filosófica aplicada na pesquisa empírica. Uma filosofia social cujo *telos* – o escopo final – consistia em transformar o mundo segundo a célebre *XI tese sobre Feuerbach*, de Marx. Depois, por um acaso, logo que me formei, o professor de Antropologia Cultural me chamou para colaborar na Faculdade de Sociologia, pois queria conhecer a *nossa* cultura antes de estudar a cultura dos “outros”. Nesse começo, e devido a um novo acaso, fui convidado a ensinar no Brasil, em 1984, e o meu ponto de vista começou a mudar profundamente. Eu descentralizei a *grande cultura* ocidental como *uma* das culturas e filosofias possíveis. Deixei dolorosamente, diria traumáticamente, a minha formação

clássica: foi um presente precioso que o Brasil me deu. Assim dei início a uma pesquisa espontânea, e depois mais metodológica, sobre São Paulo.

Sempre tive uma paixão irrefreável pelo cinema em particular e pela comunicação e as artes visuais em geral. Por isso, decidi realizar, fazendo uso de diversos métodos, uma pesquisa empírica sobre a comunicação visual acerca da metrópole de São Paulo. Utilizei para isso o conceito de polifonia, que integrei ao título final de minha pesquisa: *A cidade polifônica* (Canevacci, 2004) – uma miscelânea de escrita ensaísta, narrativa, etnopoética e imagens. Comecei essa pesquisa fotografando alguns lugares de São Paulo, seguindo a hipótese de quatro centros: a Faria Lima chegando à avenida Berrini era uma possibilidade distante e de interconexão necessária e, para mim, ali emergia outro centro de estilo pós-industrial. Depois de fotografar alegorias, estátuas de pedra, seringueiras, trabalhadores da construção suspensos em andaimes, evangélicos pregando na rua, elegi os grandes edifícios modernistas, aqueles de Lina Bo Bardi, que amo, desmistificando a pirâmide da Fiesp na Paulista. Em suma, os trabalhos sobre e com as imagens eram dialógicos com a escrita.

Posteriormente, e de novo por acaso, encontrei um cacique xavante – Domingos Mahoro'e'ó –, que me convidou para visitar sua aldeia. Então, finalmente comecei a fazer pesquisas indígenas no Mato Grosso, entre os Xavantes e depois entre os Bororos. A participação nos rituais xavantes de furação das orelhas e no funeral bororo foram as experiências da minha vida. As imagens foram sempre decisivas, mas, para minha grande surpresa, no começo eram como um desafio e se transformaram em um prazer. Entre essas duas culturas, havia pessoas como Divino (xavante) e Paulinho (bororo) que usaram o vídeo. Daí a minha posição atual com base na *autorrepresentação* (Canevacci, 2009 e s/d.), ou melhor, uma tensão dialógica e até de conflitos entre auto e heterorrepresentação. No fim de meu atual projeto, o pressuposto que considero fundamental para muitos pontos

de vista é a relação aldeia-metrópole. Ou seja, uma etnografia que transita entre as culturas indígenas e urbanas para encontrar pontos de contato ou de diferença, de conflito, de sincretismo cultural. Assim, comunicação-cultura-consumo desempenham um papel sempre mais importante na metrópole contemporânea e, simetricamente, o conceito de *moderno* está em evidente declínio.

Gregory Bateson: etnógrafo da complexidade

Por tudo isso, meu trabalho é diretamente influenciado por Gregory Bateson. Admiro-o e, ao mesmo tempo, tento identificar algumas limitações em seu contexto histórico e cultural. O livro de autoria de Bateson que mais me impressionou foi *Balinese Character* (Bateson e Mead, 1942) – na minha opinião, a melhor pesquisa etnográfica já realizada com uma câmara de filmar e fotografar. Insuperável. O conceito de uma sequência que define um traço cultural (por exemplo, o aleitamento ou o transe) constitui a base para minha pesquisa e meu ensino. Sempre que o mostro a sala de aula forma-se um silêncio atento para o processo de investigação, ponto de partida para o desenvolvimento posterior de conceitos fundamentais, como o duplo vínculo (*double bind*) e a ecologia da mente. O primeiro conceito – o duplo vínculo – foi especialmente aplicado à comunicação visual, por meio da publicidade, da internet, do cinema e da política. Trata-se de um conceito que perpassa a psicologia, a etnografia, a comunicação, com um projeto de libertação. Todos os alunos (inclusive eu) estão cheios de duplos vínculos. Fixá-los e tentar dissolvê-los criativamente é a grande lição de Gregory Bateson que tento aplicar nos fetichismos visuais atuais.

Já *Ecologia da mente* (Bateson, 1972) é mais articulado: há muitas limitações genéricas que se tornam estilos comuns, como o filme *Avatar* (2009), de James Cameron, no qual alguns críticos (e não só) conseguiram

enxergar algo de Bateson. E, talvez, estejam certos, o que se deve também a ele. A trama que liga (*patterns which connects*) é sem dúvida importante, embora descambe facilmente para um *hippie* místico zen, *trip-ayuasca*, uga-uga e coisas do tipo. Isso me deixa desconfiado em relação ao seu conceito de holístico, que considero perigosíssimo: a totalidade inclui e explica uma parte ou os diversos elementos empíricos. Em todo caso, reivindico a subjetividade - de um novo tipo a que chamo de *multívíduo* - como não unificável em uma totalidade ecológica. Este é um erro de Bateson: a ansiedade de perder a si mesmo ou unificá-lo holisticamente com o *todo*.

Bateson me influenciou na percepção da ligação entre etnografia e cultura digital: a sua participação no nascimento da cibernética com Wiener foi muito importante. Daí a minha pesquisa sobre a internet e o sincretismo digital. Queria sublinhar que a cultura digital tem uma história que sempre esteve interligada à antropologia. E o autor de referência nessa conexão é Bateson.

Na entrevista realizada por Steward Brand, publicada em *Per l'amor di Dio, Margaret!* (2004), Bateson revela a escolha de colaborar com o fundador da cibernética, Nobert Wiener, no ano de 1946, quando então abandonou a “disciplina” para incluir a cibernética na área da antropologia.

Bateson já tinha elaborado nos anos '30 o conceito de *schismogenesis* (*cismogenesis*, do grego: *schisma* = divisão + *genesis* = nascimento) durante suas primeiras pesquisas etnográficas na Nova Guiné; para ele, os processos comportamentais e interativos no interior de um grupo em relação ao *ethos* (como uma cultura enfrenta e resolve as emoções) podem favorecer seja competição ou rivalidade, seja inibição ou submissão. Ambas poderiam ser auto-destrutivas para as duas facções internas do grupo ou resolver-se numa divisão mais ou menos dramática: por isso, se criam mecanismos de autocorreção que freiam as relações de tipo conflitual. Quero sublinhar a importância não só conceitual, mas também pragmática, da relação entre

schismogenesis e *autocorreção* por este motivo: dez anos depois e por outros itinerários epistemológicos, Norbert Wiener elabora o modelo de retroação – o *feedback* – como afim ao modelo de *autocorreção cismogenética*. Tudo isso significa uma aliança profunda (ou conexões psico-culturais) entre *feedback* e *schismogenesis* no sentido de verificar como as tecnologias podem ser aplicadas na criação projetual da primeira inteligência artificial. E justamente a *cibernética* nasce do encontro entre um pesquisador etnográfico isolado (Bateson) e uma equipe de pesquisadores informáticos (Wiener). Tal aliança entre as chamadas *duas culturas* (científica e humanística, segundo Edgar Snow) torna-se ainda mais significativa quando Bateson e Wiener criticam os cientistas que isolam o *input-output* sem retroação, analisando o “objeto” mas ficando fora dele. Wiener e Bateson utilizam a metáfora da caixa (*box*): o cientista precisa ficar dentro da caixa, isto é, fora da metáfora, no interior do *fieldwork* etnográfico. E este *fieldwork* apresenta afinidades (não identidade!) entre o *ethos* do Iatmul na Nova Guiné e a inteligência artificial na *cibernética*, baseadas na *autocorreção*. Quero sublinhar de novo como estas metodologias etnográficas são muito parecidas com aquela da psicanálise. O/a psicanalista precisa ficar dentro da relação com o paciente, não pode ficar observando-o ou escutando-o de fora. A caixa é também o *set* psicanalítico onde se cria uma contínua retroação autocorretiva entre os dois sujeitos envolvidos. O *feedback* envolve tanto o psicanalista quanto o paciente e as metodologias psicanalíticas traduzem este *feedback* nos seus próprios conceitos (por exemplo: transferência e contra-transferência). Recíprocas *autocorreções* criam um complexo vínculo entre os dois durante a “interminável” terapia e assim se apresenta o novo conceito elaborado mais recentemente, para o qual o pensamento de Bateson tornou-se fundamental: o da *complexidade*.

Von Foerster explica: “o que se precisa agora é uma descrição do *descriptor*, ou, em outras palavras, precisamos de uma teoria do observador”

(em Brand, 2004: p. 152); isso significa uma aliança necessária, ainda mais profunda e complexa entre antropologia e psicanálise, no contexto do desafio trans-disciplinar da complexidade. *Descrever, interpretar e transformar o descritor*. E se um cientista “exato” fala assim, me parece que esta aliança esta já estabelecida e sendo praticada. O que ainda hoje precisa ser colocado na caixa é a *descrição do observador*, tanto etnógrafo como psicanalista ou epistemólogo: isto, para mim, significa aprender a fazer pesquisa *com* (e não *sobre*) os sujeitos envolvidos no processo empírico, seja nativo, paciente ou um síncroton. A “descrição do descritor” é uma mudança de cultura epistemológica, comunicacional e política que envolve, no processo compositivo ou terapêutico, cada sujeito da pesquisa.

Tudo isso precisa ser aplicado também na cultura digital. Nas conexões e influências entre etnografia, psicanálise e cibernética – uma *psico-etnografia da web* – nascem as possibilidades de mudar a internet e uma “coisa” ainda mais ampla: a composição do sujeito contemporâneo. Assim, agora se apresenta o problema não resolvido – político e epistêmico – dos *softwares* produzidos como resultado de elaborações informáticas. Uma nova elaboração de software não baseada sobre a lógica binária poderia ser produzida a partir desta aliança da complexidade transdisciplinar. E o digital cruza etnografia, psicanálise e comunicação.

Por isso, precisamos que as disciplinas se conectem, por meio dos fluxos da comunicação digital, cuja aliança com os profissionais da informática – frequentemente fechados como muitos cientistas sociais em mundos encastelados – poderia favorecer soluções progressivas além do web 2.0 (importante pelo *social network* mas ainda centralista) em direção do web 3.0, um *software* mais descentrado e pluralista. É necessário, portanto, dissolver os poderes econômicos do web 2.0; envolver cada cibernauta nos processos elaborativos multilógicos e multissensoriais; favorecer um processo de *autopoiesi* por cada sujeito *multividual*. A aliança entre etnografia e

psicanálise atual precisa enfrentar também – as vezes principalmente - esta nova composição do *multividuo digital*, entre novas patologias e inovações comunicacionais libertadoras.

Enfim, eu li *Naven* (1936), outro livro de Bateson, em 1988 e desde o início essa obra influenciou minha *cidade polifônica*: sua concentração de escolha metodológica foi voltar ao mesmo ritual com pontos de vista disciplinar e oticamente diferenciados, numa diferenciação epistêmica sem-fim, enquanto um fato empírico como um ritual nunca poderia *ser compreendido* em sua totalidade através de *um* método ou *uma* monoescritura. Em suma, a multiplicação de pontos de vista dos pesquisadores sobre o próprio *objeto* de pesquisa tem sido decisiva.

Devo dizer que, devido a isso, se desenvolveu em mim a necessidade de ver a dimensão subjetiva do objeto, para dar voz à individualidade que a antropologia cultural, mesmo que batesoniana, silencia, ignora ou até mesmo remove. Minha intenção é encontrar a individualidade no trabalho de campo, ainda que sem nome e voz. Neste sentido, o excesso de “objetivismo” ligado ao excesso de um naturalismo *transcendente* é o seu limite. Como já disse antes, o conceito de *ethos* – de que forma as emoções são produzidas, fixadas e modificadas culturalmente – é outra importante categoria aplicada à pesquisa e ao pesquisador. O estudo etnográfico das emoções e dos desvios patológicos comunicacionais é um dos grandes méritos de Bateson, fato que provocou a dura crítica de um Malinowski bloqueado no funcionalismo e que favoreceu a sucessiva pesquisa sobre o duplo vínculo e a esquizofrenia.

Naven contribuiu para a crise da objetividade na pesquisa, para a aproximação constante a um núcleo de verdade etnográfica que sempre foge, que irá se mover cada vez para mais longe, enquanto o mesmo ritual e as pessoas que o praticam mudam, assim como o sujeito que faz a pesquisa é sempre diferente.

Enfim, a etnografia é acabável e inacabável, como diria Freud para a análise. Talvez se possa afirmar que Bateson se sentisse limitado pela disciplina, motivo pelo qual teria influenciado muitas pessoas que não se tornaram antropólogas no sentido restrito. Na minha experiência, posso dizer que ele me influenciou profundamente, que a leitura e a visão atenta de *Naven*, de *Balinese character* e de *Ecologia da mente* me formaram.

Devo mencionar também um autor contemporâneo de Bateson, totalmente diferente dele (ambos nunca se encontraram física nem cientificamente). Refiro-me a Walter Benjamin. Aqui sinalizo outro aspecto metodológico inerente a ambos, além de um certo “misticismo imanente”. Bateson diz, no célebre posfácio de *Naven*, que o método está em colocar junto os dados – o que é fundamental em toda pesquisa contemporânea, eu acho. Benjamin, mais sensível ao cinema e à tecnologia reproduzível, afirmava que o método está na montagem. Portanto, a *composição* é para mim o conceito mais adequado ao lugar da escrita, a fim de dar sentido à pesquisa de campo: uma montagem de fragmentos escritos, ensaísticos, literários, poéticos, icônicos, sônicos, para a qual uma composição fluída consegue dar um sentido parcial e temporâneo, oblíquo e profundo.

Referências

- BATESON, G. e MEAD, M. *Balinese character. A photographic analysis*. New York: Academy of Sciences, 1942.
- BATESON, G. *Naven. A survey of the problems suggested by a compositive picture of the culture of a new guinea tribe drawn from three points of views*. Standford: University Press, 1936 (1985 ed. italiana).
- BATESON, G. *Steps to an ecology of mind*. New York: Ballantine, 1972.
- BRAND, S. Per l'amor di Dio, Margaret! Entrevista a Bateson e Mead. In *Studi Culturali*, nº 1, 2004.
- CANEVACCI, M. *A cidade polifônica*. São Paulo: Nobel, 2004.
- CANEVACCI, M. *Comunicação visual*. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- CANEVACCI, M. *A linha de pó*, São Paulo: Annablume (em curso de tradução, s/d).

Capítulo 2.1

Formação em Serviço: ensaiando modos de ser e fazer em Saúde

Vera Lúcia Pasini

Embora processos de formação multiprofissionais em serviço, já se constituíssem como uma possibilidade de especialização no campo da saúde para diferentes profissões, além da medicina, desde o final dos anos 70 - especialmente no Rio Grande do Sul -, é somente no início dos anos 2000, com a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), no âmbito do Ministério da Saúde, que a proposta das Residências em Saúde se amplia para todas as profissões das chamadas profissões da saúde (BRASIL, 2006).

As Residências Multiprofissionais ou em área profissional da saúde, modalidade de ensino de pós-graduação *lato sensu*, que foi instituída em 30 de julho de 2005, pela lei nº 11.129 (Brasil, 2005a) e regulamentada pela portaria nº 45 (Brasil, 2007), de 12 de janeiro de 2007, são voltadas para a educação em serviços e visam formar profissionais que integram o campo da saúde, a partir da perspectiva da interdisciplinaridade.

A especialização médica, na modalidade residência, já possui regulamentação própria desde 1977, quando foi instituída pelo decreto nº 80.281 (Brasil, 1977), e as discussões atuais no campo da formação profissional apontam para um movimento importante dos Ministérios da Saúde, da Educação e do Conselho Nacional de Saúde na consolidação do avanço em direção a uma formação que tenha como eixo constitutivo à lógica da integralidade da atenção em saúde.

As residências multiprofissionais e em área profissional da saúde, como refere o texto da lei 11.129 (Brasil, 2005), buscam “favorecer a

inserção qualificada dos jovens profissionais da saúde no mercado de trabalho, particularmente em áreas prioritárias do SUS”, oferecendo bolsas através de projetos aprovados pelo Ministério da Saúde para profissionais das áreas de odontologia, enfermagem, nutrição, fisioterapia, farmácia, terapia ocupacional, serviço social, psicologia, biologia, biomedicina, entre outros, envolvidos em programas na modalidade multiprofissional e interdisciplinar, com ênfases em diversos âmbitos de atenção dos serviços de saúde, de acordo com as necessidades locais regionais.

As Residências em Saúde se caracterizam por ser uma formação pós-graduada, realizada em serviço, sob supervisão docente-assistencial. Concretamente, isso significa que, desde os primeiros dias de ingresso nos programas de Residências, os profissionais selecionados para a realização do processo de dois anos farão uma imersão em torno de 48 horas semanais em um (ou mais) serviço de saúde, de acordo com a área que constitui a ênfase de formação. Neste período, serão acompanhados cotidianamente, em todas as atividades desenvolvidas, pelos profissionais contratados, que se constituem em seus preceptores ou orientadores de serviço¹.

Os residentes se inserem a maior parte do tempo em serviços que têm como característica a atenção a uma determinada gama de problemas de saúde que configura uma *especialidade*, e complementarmente em

¹ Na Residência Integrada em saúde do Grupo Hospitalar Conceição (RIS/GHC), cenário do qual emerge minha experiência, são definidos como preceptores os profissionais de saúde que desenvolvem atividades de orientação docente-assistencial, recebendo para tanto uma complementação financeira, sob a forma de Função Gratificada. São considerados orientadores de serviço todos os demais profissionais do serviço que não possuem designação formal de preceptoria, mas desenvolvem no cotidiano dos serviços atividades de orientação docente/assistencial por conta da dinâmica do trabalho em equipe. A Portaria nº 1.111/GM de 05 de julho de 2005, que “fixa normas para a implementação e a execução do Programa de Bolsas para a Educação pelo Trabalho” (Brasil, 2005b) define as funções de preceptoria, tutoria e orientação, que se diferenciam pela inserção ou não na equipe local de assistência e as responsabilidades no processo de formação. A função de preceptoria no GHC se aproxima da função de tutoria definida por esta Portaria.

outros serviços com os quais estes estabelecem relações de referência e contra-referência.

A imersão nos cenários de práticas visa a possibilitar aprendizagem das diferentes tecnologias de cuidado, que Merhy (2002) descreve como leves, leves-duras e duras. Considera-se tecnologias duras aquelas tradicionalmente usadas para designar equipamentos ou algo de materialidade semelhante (aparelhos usados para diagnósticos e tratamentos – raios X, ressonância magnética) –, bem como sistemas computadorizados de registro de histórias clínicas ou outros arquivos sobre o usuário com os quais estamos trabalhando. As tecnologias leves-duras referem-se aos conhecimentos sistematizados e estruturados, como a clínica e a epidemiologia, que se expressam nas práticas clínicas dos diferentes profissionais que trabalham nos serviços de saúde, implicando relações entre os usuários e os trabalhadores, individual ou coletivamente. A partir destas relações, definem-se formas específicas de intervenção que vinculam os conhecimentos estruturados da clínica com as necessidades dos usuários. As tecnologias leves, por sua vez, referem-se aos encontros que se dão entre trabalhadores e usuários, que sempre produzem efeitos nos envolvidos neste processo de cuidado.

Merhy (1995) considera que o modo de operar os serviços de saúde é definido como um *processo de produção do cuidado*. É um tipo de serviço que possui peculiaridades, pois se fundamenta na relação que se estabelece entre pessoas e, portanto, a eficácia dos *atos de cuidado* depende dos vínculos que se estabelecem entre os envolvidos.

Podemos, então, dizer que é através dos modos como se estabelece esta produção de cuidados que os objetivos de cura, promoção e/ou proteção da saúde se configuram como possibilidade, estando os trabalhadores de saúde completamente implicados neste processo. O trabalho em saúde é uma atividade que não se realiza sobre coisas ou sobre objetos, mas *com* pessoas, havendo *compartilhamento* entre o usuário e o profissional, sem o qual a tarefa de definição dos

procedimentos terapêuticos e o sucesso de sua ação ficam prejudicados e, em muitas situações, inviabilizados.

Neste sentido, os processos de produção de cuidado constituem-se também em *processos pedagógicos de ensino/aprendizagem*. Logo, é crucial, como aponta Ceccim (2005a), “o desenvolvimento de recursos tecnológicos de operação do trabalho perfilados pela noção de aprender a aprender, de trabalhar em equipe, de construir cotidianos eles mesmos como objeto de aprendizagem individual, coletiva e institucional” (p. 163).

A Educação Permanente em Saúde é entendida como central em processos de formação em saúde por sua “porosidade à realidade mutável e mutante das ações e dos serviços de saúde” (p. 162),

sua ligação política com a formação de perfis profissionais e de serviços, a introdução de mecanismos, espaços e temas que geram auto-análise, autogestão, implicação, mudança institucional, enfim, pensamento (disruptura com instituídos, fórmulas ou modelos) e experimentação (em contexto, em afetividade – sendo afetado pela realidade/afecção). (Ceccim, 2005a, p. 162)

A formação em serviço constitui-se assim como um ensaio deste processo de produção de cuidados (sejam de prevenção, promoção ou recuperação da saúde) junto a outros profissionais com maior experiência, nos diferentes cenários de práticas, atravessado pela perspectiva da Educação Permanente em Saúde (Ceccim, 2005a) como “orientadora das iniciativas de desenvolvimento dos profissionais e das estratégias de transformação das práticas de saúde” (p. 165).

Ensaio, “que é necessário entender como experiência de si no jogo da verdade, e não como apropriação simplificadora de outrem para fins de comunicação (...) um exercício de si, no pensamento” (Foucault, 1984, p. 13), supõe a problematização da racionalidade que orienta determinadas práticas, para produzir diferença.

E de que diferença se trata no caso das Residências Multiprofissionais de Saúde? Daquela que possibilita interrogar o presente e as formas como são constituídas as práticas vigentes de cuidado, que permite interrogar através da crítica sistemática, da problematização das verdades instituídas, os acontecimentos que repetimos por aliança a

determinada racionalidade, possibilitando a emergência de novas práticas virtualmente possíveis.

Ensaiai-se, então, nos processos de produção de cuidado aciona uma série de efeitos heterogêneos. Por um lado, é uma oportunidade de *aprender a fazer, fazendo com*, ou seja, de ter alguém a acompanhar os primeiros passos de uma trajetória profissional que se inicia, caracterizando um certo *modelo* a seguir. Por outro, coloca em cena diferentes concepções e modos de fazer e aprender.

O fato de os residentes, na maioria das vezes, não terem muitas experiências anteriores de trabalho em saúde no SUS não significa que não tenham opiniões sobre as práticas estabelecidas como verdadeiras pelos *profissionais mais experientes*. Ao contrário, o maior tempo de inserção em um determinado serviço é algumas vezes visto como um obstáculo na abertura ao novo, para a produção de estranhamentos que produzam diferença, invenção.

Portanto, o argumento dos preceptores ou orientadores de serviço pelo uso de determinada tecnologia, ou quanto à maneira de operar o processo de trabalho ou de gestão, não gera necessariamente segurança frente ao desenvolvimento de uma ação de cuidado. Pelo contrário, pode mobilizar questionamentos referentes a determinados modos de fazer instituídos, que são pouco problematizados sobre sua pertinência naquela situação/contexto. Esta atitude está em consonância com o argumento de Ceccim (2005a) de que,

para produzir mudanças de práticas de gestão e de atenção, é fundamental que sejamos capazes de dialogar com as práticas e concepções vigentes, que sejamos capazes de problematizá-las – não em abstrato, mas no concreto do trabalho de cada equipe – e de construir novos pactos de convivência e práticas, que aproximem os serviços de saúde dos conceitos da atenção integral, humanizada e de qualidade, da equidade e dos demais marcos dos processos de reforma do sistema brasileiro de saúde, pelo menos no nosso caso (p. 165)

A maior ou menor disponibilidade de abertura para estas situações de tensão e as diferentes possibilidades de desfechos produzidas a partir das mesmas, relaciona-se aos modos como se entende o processo de

aprendizagem, ou conforme refere Kastrup (2005, 2007), as diferentes *políticas cognitivas* que orientam o processo de ensino/aprendizagem.

Caso o processo de formação esteja orientado por uma política que se configure como a possibilidade de aprender com um modelo, a aprendizagem que se espera decorrer da inserção neste processo de formação em serviço será alinhada àquela da lógica da representação. A intenção aqui é conseguir fazer o mais parecido possível com o modelo, podendo ser considerado *cópia fiel*. Afinal, aprende-se para conseguir um saber, para solucionar problemas pré-existentes, que nos são apresentados por algum agente externo.

Segundo Kastrup (2005), este é um tipo de política de aprendizagem, a de *reconhecimento*, que se polariza entre uma *atitude realista* – que espera que lidemos com o mundo como se ele pré-existisse – e uma *atitude idealista e individualista*.

Agimos como se tivéssemos um eu, como se fôssemos o centro, a fonte e o piloto do processo de conhecimento. O que prevalece é a crença de que o conhecimento é configurado pelos esquemas cognitivos, pelas regras e pelo saber anterior. Seja fundamentando o conhecimento nas formas de um mundo pré-existente, seja na forma do sujeito cognoscente, a atitude realista e a idealista/individualista apresentam-se como duas faces da mesma política da *reconhecimento*, que toma o conhecimento uma questão de representação. (Kastup, 2005, p. 7)

Caso a política de aprendizagem que se encarne seja a da *invenção*, a experimentação, a descoberta, a *invenção com o outro* de maneiras possíveis de produzir ações em saúde, é o que será buscado.

Como alerta Kastrup (2005),

somente entendendo a *cognição* como *invenção* podemos dar conta do fato de que algumas formas cognitivas, forjadas pelas nossas práticas concretas, resultam em subjetividades que encarnam o funcionamento inventivo, e outras resultam em subjetividades cognitivas, que se limitam a tomar o mundo como oferecendo informações prontas para serem captadas. As primeiras, que encarnam a política de *invenção*, exercitam a problematização, são afetadas pela novidade trazida pela experiência presente e tomam o conhecimento como *invenção* de si e do mundo. Ainda que as práticas cognitivas configurem regras, estas são tomadas como temporárias e passíveis de reinvenção. (p. 7)

Essas duas políticas de aprendizagem coexistem nos processos de formação das Residências Multiprofissionais em Saúde. Temos alguns processos que seguem modelos estruturados, tanto na organização das atividades de formação teórica quanto na formação em serviço, em que estes dois elementos não são entendidos como interfaceados e produtores de efeitos um sobre o outro. Configuram momentos de aprendizagem distintos, um voltado para a teoria e outro para a prática, demarcando espaços diferenciados para a aprendizagem do *porquê* e do *como fazer*.

Entretanto, temos também processos em que os como e os porquês coexistem e co-produzem-se, constituindo territórios híbridos onde se transita da prática à teoria e da teoria à prática, possibilitando que uma seja afetada pela outra.

Pela possibilidade de afirmação de experiências orientadas pela *política inventiva*, é que ousamos afirmar a potência da formação em serviço nas Residências Multiprofissionais em Saúde. A cada nova turma são outras apostas e nenhuma certeza além da necessidade de questionar as formulações que tomam a teoria e a prática como territórios separados, sem interferências e *coengendramento*, como as que costumam caracterizar os processos de graduação dos profissionais de saúde.

Romper com a dicotomia entre teoria e prática e, poder *aprender fazendo* ou *fazer-se aprendendo*, é uma experiência produtora de muitos desassossegos àqueles que se agarram à necessidade de ter respostas (teorias) prontas para os acontecimentos que, como tal, são inusitados e exigem sempre uma nova resposta a cada emergência.

No cotidiano dos serviços de saúde, aprendemos que as perguntas vão ser diferentes a cada vez que pensamos ter construído uma resposta. Assim, o *domínio da técnica* e o desenvolvimento de *competências* não garantem necessariamente o *sucesso* quando se trata do cuidado em saúde. Neste campo, geralmente se aprende mais *com* do que *sobre* algo ou alguém. É preciso que a técnica, o procedimento faça sentido para quem cuida e para quem é cuidado, para que se alcance o objetivo, e isso

vale para todos os espaços de atenção em saúde, da atenção primária/básica aos serviços hospitalares.

Apesar de um aparente consenso, na cultura ocidental, sobre a idéia de que o pensamento seria estruturado pela linguagem verbal, alguns pensadores contemporâneos problematizam esta assertiva. O pensamento, para autores como Deleuze, Guattari, Foucault, Bergson – para tomar apenas alguns de meus intercessores teóricos –, não se limitaria a uma linguagem verbal. Ele constitui-se tanto de componentes verbais – palavras – como de componentes não-verbais – imagens, sons, cheiros, sensações, impressões, intuições.

Associarmo-nos a esta concepção implica aceitar que existem outras maneiras de se transmitir vontades, desejos, idéias, que escapam à linguagem das palavras (os signos), e que, portanto, não podem ser reduzidas à análise lógico-lingüística. A forma de os signos nos tocarem podemos chamar de *afetos* ou *afecções*.

Mesmo que se parta do reconhecimento de que “as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação” (Larossa, 2002, p. 21), é preciso afirmar que das vivências, decorrem muitas aprendizagens para quem consegue ver sentidos nos diferentes modos de vida que as atravessam e não apenas fazer a avaliação dos resultados em termos da adesão aos planos terapêuticos formulados pelos profissionais.

Porém, nem todos terão esta oportunidade. Alguns estarão mais preocupados em manter-se neutros e justamente em *não se deixar afetar* pelos efeitos que os acontecimentos produzem. Estes poderão saber muito da técnica e dos resultados esperados, caso esta seja seguida, mas pouco estarão dispostos a reformular a questão, quando a resposta não funcionar como o previsto. Aliás, não verão nisto um problema para si; este é um problema do *outro*, provavelmente conseqüência da não-adesão *ao prescrito, à palavra de ordem*.

Por isso, nunca temos certeza quanto ao *resultado* do processo de formação que se inicia a cada ano. Talvez nem devêssemos formular a

questão deste modo, mas sim no sentido de *efeitos*. Eles dependerão das formas como cada residente que ingressa no Programa se implica com o vivido, como se permite ensaiar-se, no sentido de problematizar a si mesmo e o vivido (Larossa, 2002). “(...) pensar não é somente ‘raciocinar’ ou ‘calcular’ ou ‘argumentar’, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece” (Larossa, 2002, p. 21)

O que é significativo para alguns pode não ser para outros; o que instiga alguns é frustrante para outros. A interação entre estas diversidades e a maneira como cada um se sente acolhido em suas necessidades de aprendizagem nos processos de formação pode ter efeitos diferentes em termos do quanto o dia termina com a sensação de se ter ganhado ou perdido muito.

Por isso, Larossa (2002) nos alerta, ao discutir o modo como concebemos a palavra *experiência*, de que

nomear o que fazemos, em educação ou em qualquer outro lugar, como técnica aplicada, como práxis reflexiva ou como experiência dotada de sentido, não é somente uma questão terminológica. As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras. (p. 21)

Tomar a experiência como “o que nos passa, o que nos acontece” (Larossa, 2002, p. 21), e não como o que se passa, o que acontece, o que toca, faz toda a diferença quando se trata dos processos de aprendizagem como os que estão propostos pelas , pois apostamos que os residentes não apenas se apropriem das diferentes tecnologias de trabalho em saúde, mas em uma *produção de subjetividade* na qual a experiência com o SUS afete de algum modo, produza alguns afetos, inscreva algumas marcas, deixe alguns vestígios, alguns efeitos, produzindo novas maneiras de aproximação ao sistema de saúde.

A formação em serviço, neste sentido, exige *exposição*, exige *arriscar-se*, pois como afirma Larossa (2002), “é incapaz de experiência aquele a quem nada lhe passa, a quem nada lhe acontece, a quem nada lhe

sucede, a quem nada o toca, nada lhe chega, nada o afeta, a quem nada o ameaça, a quem nada ocorre” (p. 25).

Por isso, podemos dizer que a *experiência* produz *processos de subjetivação*, a partir de *agenciamentos coletivos de enunciação* (Guattari, 1992). A subjetividade, neste sentido, se definiria – como foi proposto provisoriamente por Guattari (1992) – como “o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como *território existencial* auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva” (p. 19, grifo do autor).

Neste processo de produção de subjetividade, os profissionais do serviço, que acompanham os residentes através das ações docente/assistenciais, têm fundamental importância, pois ao observar criteriosamente o processo singular de cada residente e subsidiar pedagogicamente o processo de aprendizagem, se oferecem como mediadores da produção de conhecimento. Isso implica, muitas vezes, mais do que conhecimento teórico e atitude técnica adequada, exigindo uma capacidade de acolhimento das mais sensíveis, capaz de dar suporte às novas configurações subjetivas emergentes.

É através deste suporte acolhedor que a definição dos momentos e tempos necessários para o desenvolvimento de autonomia na aproximação e no uso das diferentes tecnologias e da participação nos processos de decisão das equipes no cotidiano dos serviços se faz possível, mas algumas vezes não é desde esta perspectiva que os residentes são avaliados.

De certa forma, se poderia dizer que estas definições são freqüentemente pautadas na necessidade dos serviços (já que na maioria das vezes os residentes dividem as tarefas de modo mais ou menos equitativo com os contratados dos serviços) e não nos processos singulares de cada um.

Durante esses seis anos, nos deparamos com alguns episódios de muito sofrimento por parte de alguns residentes em sua inserção em

alguns espaços de formação, chegando em alguns casos ao limite da insuportabilidade e promovendo o abandono do Programa. Esses acontecimentos em geral foram avaliados desde o ponto de vista da “incapacidade” ou da “inadequação” do residente para ocupar um lugar naquele processo de trabalho, sem que se problematizasse de forma consistente o *processo de trabalho em si* e seus efeitos sobre a produção de subjetividade.

A formação em serviço tem sua força colocada justamente na possibilidade de ensaiar outros modos de fazer no cotidiano dos serviços, na relação que se estabelece entre os profissionais que convivem no campo, os usuários que procuram os serviços ou que são interpelados pelo mesmo, e os gestores e os modos de conceber a organização do processo de trabalho em saúde. A partir desta *mistura*, e dos atravessamentos que a compõem vão se desenhando ações de saúde, tecnologias de cuidado e políticas de gestão.

Os serviços se configuram, assim, como *oficinas de invenção de trabalhadores*, no sentido de que ali se encontram linhas mais ou menos duras e linhas fortemente cristalizadas, que se misturam, em um processo de afetação mútua, produzindo ações, formas de pensar, perceber, ouvir, enunciar, desejar. No movimento coletivo incessante dessas linhas, são engendrados novos territórios existenciais, possibilitando outras experimentações.

Garantir espaços de inserção nos serviços, para a realização de processos de formação nos diferentes âmbitos da formação em saúde (Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado) é, portanto, fundamental se desejamos produzir fissuras na lógica dicotômica que separa teoria e prática, estabelecendo espaços restritos onde se “teoriza” e outros onde “se faz”, como se não fosse imprescindível que esses dois componentes da aprendizagem estivessem sempre em conexão, um produzindo o outro.

Da mesma forma, consideramos a importância de reforçar projetos que proponham o trabalho em equipe, pois esta estratégia de interferência

das diferentes profissões, umas sobre as outras, permitem formulações de conceitos, ações de saúde, políticas de gestão que emergem *entre* as disciplinas (em sintonia com o proposto por Ceccim, 2005b), sem necessidade de serem nomeados como multidisciplinares ou interdisciplinares, pois se constituem justamente no efeito de uma disciplina em seu contato com outra(s), não podendo pertencer a nenhuma delas, nem gerando uma nova identidade. Assim, importa pouco a quantidade de disciplinas dos processos de formação, desde que os envolvidos se disponham à interferência por outros saberes circulantes, na promoção de outros modos de ser e fazer, menos apegados às fronteiras impostas pelas disciplinas.

Este continua sendo um movimento muito lento nos processos de ensino/aprendizagem que acompanhamos. Vemos muitas equipes que reúnem diferentes profissões, configuram-se como multiprofissionais e até produzem interfaces buscando ampliar suas perspectivas sobre um mesmo objeto, mas geralmente pouco se visualiza efeitos na direção da composição de diferenças nos modos de pensar e fazer produzidos na intercessão que se efetuou neste encontro. Assim, apesar de a inserção em equipes ser uma aposta que entendemos como potencializadora de mudanças, precisamos promover desestabilizações nas convicções impostas pelos núcleos profissionais de que a transmissão de conhecimentos e habilidades baseados nos últimos avanços técnico-científicos é suficiente para uma prática profissional efetiva.

A emergência do SUS amplia o conceito de saúde e conseqüentemente exige que as práticas profissionais colocadas à disposição dos usuários também se ampliem, e que o olhar dos profissionais avance para além dos *problemas individuais*, podendo compreender saúde/doença como processo de produção coletiva, no qual comparecem elementos específicos do campo da saúde, mas também outros que se delinham fora dele e no qual estão envolvidos muitos atores e não somente usuários e trabalhadores de saúde.

As Residências Multiprofissionais em Saúde – mais que um espaço de absorção de informações, conhecimentos, modelos, que resulte em especialistas – precisam se oferecer aos futuros profissionais do SUS como um tempo de *ruminar*, de *dar tempo* para a reinvenção de si e do mundo, através da crítica ao modelo de racionalidade moderna que orienta a atenção em saúde e os processos de ensino/aprendizagem na saúde.

Este texto não pretendeu esgotar a discussão a respeito da formação em serviço nas Residências Multiprofissionais em Saúde, mas apontar, com os argumentos que foram se produzindo ao longo de seu traçado, a importância da mesma nos processos de ensino/aprendizagem das Residências Multiprofissionais em Saúde, no sentido dos *efeitos* e das *afecções* que se produzem *em ato*, no cotidiano dos serviços, configurando algumas possibilidades de composição subjetiva aos trabalhadores de saúde inseridos nesta proposta de formação que tem como característica a *formação em serviço*.

Referências

- BRASIL. *Decreto nº 80.281*, de 5 de setembro de 1977. Regulamenta a Residência Médica, cria a Comissão Nacional de Residência Médica e dá outras providências. Brasília, 1977.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de assuntos Jurídicos *Lei Nº 11.129, de 30 de Junho de 2005*. Brasília, 2005a. Acesso em 30/5/2007, em: https://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm
- BRASIL. *Portaria nº 1.111/GM* de 05 de julho de 2005. Fixa normas para a implementação e a execução do Programa de Bolsas para a Educação pelo Trabalho. Ministério da Saúde. Brasília, 2005b.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. *Residência Multiprofissional em Saúde: experiências, avanços e desafios*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. *Portaria Interministerial Nº 45, de 12 de Janeiro de 2007*. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro, 2007. Acesso em 30/05/2007, em: <http://www.in.gov.br/materias/xml/do/secao1/2525314.xml>
- CECCIM, R. B. Educação permanente: desafio ambicioso e necessário. *Interface-Comunicação, Saúde e Educação*, 9(16), 161-177, 2005a.
- CECCIM, R. B. Equipe de saúde: a perspectiva *entre-disciplinar* na produção dos atos terapêuticos. In R. Pinheiro & R. A. Mattos (Orgs.). *Cuidado: as fronteiras da integralidade*. Rio de Janeiro: CEPESC/UERJ, ABRASCO, 2005b.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. (7 ed.) Rio de Janeiro: edições Graal, 1984.
- GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- KASTRUP, V. Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre. *Educação & Sociedade*. Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1273-1288, Set./Dez, 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20 de agosto de 2008.
- KASTRUP, V. *A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- LARROSA, J. B. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, (19), Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.
- MERHY, E. E. *O SUS e um dos seus dilemas: mudar a gestão e a lógica do processo de trabalho em saúde* (um ensaio sobre a micropolítica do trabalho vivo). Rio de Janeiro: CEBES, 1995.

MERHY, E. E. *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. São Paulo: HUCITEC, 2002.

Capítulo 2.2

Um lugar para o psicólogo na Estratégia de Saúde da Família: uma proposta política para a consolidação da reforma psiquiátrica no Brasil através da territorialização do psicólogo

Magda do Canto Zurba

Neste trabalho realizamos uma breve exposição do que pode ser o papel contemporâneo do psicólogo nas políticas públicas de saúde. Revisitamos alguns acontecimentos históricos que marcaram a entrada das práticas psicológicas no contexto da saúde pública brasileira, focando principalmente sobre o papel do psicólogo na atenção primária em saúde, no contexto da Estratégia de Saúde da Família (ESF).

Como o leitor perceberá, nossos argumentos levam a defesa da inserção do psicólogo na equipe mínima de saúde, através de uma série de motivos que apresentamos, cujas bases são tanto epistemológicas quanto teóricas: ambas levam à consolidação de um modelo de psicologia da saúde que inclui os princípios da psicologia sócio-comunitária como pressupostos da prática do psicólogo no território da atenção primária.

Uma das proposições desse artigo é de que a efetiva consolidação da reforma psiquiátrica brasileira implica que o fazer psicológico ocupe seu lugar político junto às intervenções de promoção e prevenção em saúde segundo uma ótica sócio-comunitária, fato este que presume a “territorialização” do profissional e, portanto, a entrada do psicólogo na equipe mínima de saúde. Segundo o modelo atual, o profissional de psicologia atende muitas equipes de ESF ao mesmo tempo – praticamente

sem possibilidades de reconhecer os atores sociais e os determinantes históricos de saúde nos territórios onde atua. Desta forma, entendemos que, ao psicólogo, tem se tornado praticamente inviável utilizar os recursos da psicologia sócio-comunitária em suas intervenções, uma vez que a área de abrangência de suas ações está definida como demasiada ampla – o que pode o levar a permanecer apenas um dia por semana em cada posto de saúde em que atua.

A esta imensa proporção populacional que o psicólogo está habituado a atender, os gestores costumam nomear de “território ampliado”. Contudo, os sentidos de território e de “territorialização”, tão fecundamente inspirados nos ensinamentos de Milton Santos (1996) – e que estão presentes na concepção do SUS (Sistema Único de Saúde, Brasil: 1990) – neste formato dito “ampliado” perde seu sentido. O psicólogo apenas “visita” as comunidades na qual atua, sem de fato inserir-se de maneira territorializada, sem efetivamente acompanhar a leitura dos diferentes atores sociais (escola, associação de moradores, etc..) que atuam na gênese da produção de sintomas em saúde mental.

Esse modelo subsiste, contudo, porque a premissa consiste em situar o psicólogo na condição de especialista – tal qual um profissional de referência na ESF (Estratégia de Saúde da Família), ou seja, de apoio às equipes.

Vale salientar que essa concepção tem conduzido, na prática, os psicólogos da atenção primária a atenderem casos “críticos” - nos curtos períodos em que se encontram em cada comunidade -fortalecendo a visão de que o fazer psicológico destina-se a atendimentos exclusivamente clínicos, de caráter ambulatorial e focados para pessoas com sérios problemas em saúde mental. Desta forma, a presença da prática psicológica na atenção primária tem permanecido, no Brasil, sob a condição de especialidade em saúde mental, atendendo contingências que ficam no meio do caminho entre a atenção básica e a média complexidade.

Este trabalho é propositivo. Lançamos a proposta de que o psicólogo deve ocupar o lugar histórico de atuar em atenção primária a partir da noção de território, pois somente assim poderá exercer as efetivas funções de promoção e prevenção em saúde mental, reconhecer os atores sociais de uma comunidade, dialogar com a família, a escola, a associação de moradores, etc. Para que isto ocorra - preservando as especificidades que o cuidado em saúde mental exige - entendemos que o território deve ser mínimo, e não ampliado.

É visível que a reforma psiquiátrica tem gerado novos impactos nos serviços de saúde de modo geral, pois os pacientes que anos atrás estariam enclausurados nos manicômios, hoje circulam na vida das cidades, ocupam seus lugares de moradores no território. E justamente ali, em seu lugar de moradia, não existe um profissional de saúde mental na equipe mínima, que esteja efetivamente territorializado para acompanhá-lo em suas redes sociais imediatas.

Assim, entendemos que um caminho sólido em direção à consolidação da reforma psiquiátrica no Brasil implicaria na inclusão de psicólogos na equipe mínima da ESF, bem como na capacitação dos outros membros das equipes multiprofissionais para atuarem a partir da noção de integralidade em saúde mental nos diferentes níveis de atenção.

Concepção de território e intervenção

Na perspectiva da Estratégia de Saúde da Família (ESF), o conceito de território é central. É a partir do “território” que se configura o *a priori* profissional de todos os membros da equipe. O paciente é atendido e entendido a partir de seu lugar de moradia, de suas redes sociais mais diretas. Neste sentido, é importante salientar que território não pode ser descrito apenas como o local físico de moradia: não se trata de entender um mapa e suas ruas.

O conceito de território, tal como inserido na proposta do SUS, surgiu a partir da categoria “território” do geógrafo Milton Santos. Contudo, Santos (1996) alertava para o cuidado em não confundirmos *espaço* e *território*: embora este perpassasse aquele, o território resulta em uma categoria política para o espaço no qual se dá a existência do homem.

Neste sentido, a psicologia social nos ajudou, anos a fio, a compreender o território na concepção da vida cotidiana - segundo os modos de subjetivação coletiva pelos quais os homens se constituem a si mesmo e sua história, através de fazeres particulares onde se tece aquilo que denominamos como “comunidade”. Assim, compreender a noção de território da ESF não é tarefa muito difícil para o psicólogo iniciado em conceitos da psicologia social. Contudo, este não é o olhar através do qual as equipes costumam identificar o profissional da psicologia.

A seguir, faremos um breve esboço das referências teóricas que permeiam nosso olhar sobre as práticas em saúde coletiva, incentivando o leitor a repensar as possibilidades do lugar do fazer psicológico no âmbito da Estratégia de Saúde da Família.

Saúde, Estado e Sociedade

De antemão, assinalamos que toda atenção psicológica em saúde depende de um olhar sociológico sobre a constituição de sujeito e produção de sintomas. Um foco interessante de análise, por conseguinte, consiste em sobrepor, a esta premissa, a configuração das políticas públicas de saúde e o papel do Estado na regulação dos diferentes fazeres profissionais.

Neste sentido, é necessário observar como a saúde aparece na pauta dos programas das políticas públicas, seja na agenda política dos nossos governantes, seja na ação indireta que os diferentes órgãos da sociedade civil realizam, pressionando as práticas públicas. Ocorre que, em qualquer sociedade, podemos pensar a saúde como mais um item do cenário sócio-

político. E uma vez que estamos em uma sociedade capitalista, é sob a ótica desse funcionamento sistêmico que necessitamos considerar a questão da saúde. Ou seja, as formas como funcionam os ingredientes de uma sociedade como a nossa, pode tornar a saúde, além de um “direito”, também um produto de consumo.

Durante muitos anos, a maior parte dos movimentos sociais da América Latina defendia que o direito à saúde e à igualdade fosse, antes de tudo, uma missão do Estado. Ao longo da década de 70 pudemos perceber, em toda América Latina, o regime centralizador do Estado apoiado, visivelmente, sobre o poder autocrático de governo. De modo geral, mesmo nos regimes democráticos, o próprio Estado foi, e ainda têm sido, ator ativo dos movimentos sociais na América Latina. Desta forma, o Estado é visto como o principal mantenedor das promoções de saúde, tanto do ponto de vista legal, como no âmbito das representações sociais (Jovchelovitch, 2000).

Por outro lado, conforme Alain Touraine (1989), o protagonismo do Estado nos movimentos sociais acontece na América Latina porque ainda constituímos um tipo de sociedade dependente. Neste sentido, nossa dependência garantiu, durante muitos anos, que o Estado fosse o principal agente do desenvolvimento econômico – inclusive quanto à organização das reivindicações sociais. Apontando o papel centralizador no desenvolvimento nacional dos países latino-americanos, Touraine salienta que o Estado:

(...) intervém na sociedade civil, e até tão profundamente que, nas sociedades dependentes, não há separação clara entre Estado e a sociedade civil, ainda que esta não seja inteiramente absorvida por aquele, como em outros regimes. (Touraine, 1989: p. 183)

Aproximadamente nas últimas três décadas, surgiram importantes alterações a respeito do papel do Estado na dinâmica do mercado internacional, cujas conseqüências pareceram afetar profundamente os movimentos sociais na América Latina e em todo mundo - inclusive sobre o tipo de expectativas que as pessoas comuns criam a respeito do Estado

ou da política. Se por um lado, as abordagens sustentadas no modelo pluralista, por exemplo, não distinguem adequadamente os atores da sociedade civil dos demais grupos de interesse - perdendo de vista aquilo que há de próprio e específico na ação destes; por outro lado, no Brasil, o papel desempenhado pelos movimentos sociais, muitas vezes, implicou em avanços na introdução de novos temas na agenda política. Neste sentido, como decorrência dos esforços dos movimentos sociais, é especialmente notável o caráter público de questões que antes eram estritamente tratadas no âmbito privado. Como exemplo destas questões, temos o tema do aborto.

Por outro lado, sabemos que durante a consolidação do modelo neoliberal no Brasil - ao longo de toda década de 90 - vivemos um largo enfraquecimento das organizações da sociedade civil. Profundamente marcados pela dependência do Estado, nossos movimentos sociais encontraram-se desprovidos de organização suficiente para confrontá-lo. Ocorre que, durante toda década de 90, percebemos um deslocamento do poder controlador, que antes esteve nas mãos do Estado, para as mãos do “mercado regulador”. Ou seja, se antes o Estado mobilizava as empresas e até grupos de operários na América Latina, agora são as empresas que mobilizam e controlam as atividades do Estado. Tal fato parece ter confundido e, muitas vezes, imobilizado boa parte dos movimentos e organizações da sociedade civil em todas as suas esferas de ações.

De acordo com Chomsky (1998), atualmente são as grandes corporações que, de fato, “governam” o mundo, definem os rumos de capitais, as decisões de guerra, os acordos internacionais, e mesmo as eleições em determinados países ditos “democráticos”. Segundo o autor, o maior vilão dos interesses comuns da sociedade civil não é mais o Estado, mas as grandes corporações.

Conforme o capitalismo de estado se desenvolveu na era moderna, os sistemas econômico, político e ideológico foram, progressivamente, controlados por numerosas instituições de tirania privada que estão bem próximas do ideal totalitário como qualquer

outra que os humanos até agora construíram. (Chomsky, 1998: p. 86)

Compartilhamos com Chomsky sua visão crítica. Entendemos que os severos ataques efetuados às instituições estatais nos últimos anos têm, muitas vezes, cunho de interesse privado, escamoteados pela defesa da liberdade individual. Neste sentido, embora determinados aspectos da autoridade de Estado constituam ações ilegítimas, é necessário considerar que algumas instituições do Estado são ainda, muitas vezes, as únicas capazes de incluir a participação pública em detrimento da hipervalorização do lucro, principalmente na sociedade latino-americana. Um exemplo disso é o próprio serviço público de saúde, que quanto mais deixa a desejar no atendimento à população, mais legitima a apologia aos planos privados de saúde. Assim, a contundente defesa de um Estado forte, realizada pelos movimentos sociais, culminou fortalecendo a lógica do liberalismo: se o Estado não provê saúde, as agências privadas irão promover saúde àqueles que podem pagar. Assim, equivocadamente, a idéia de um serviço público de saúde para todos os cidadãos, acabou resultando – em muitas regiões – em um modelo de atendimento para “pobres”, em contraposição ao modelo de serviços de saúde privado.

Por outro lado, de modo geral, é o próprio Estado quem fornece os caminhos de mercado para os interesses privados. As corporações privadas necessitam do Estado, mas este também zela pelas corporações. Uma vez que o giro de mercado hoje se baseia na especulação financeira (*capital financeiro*) - e não mais na produção (*capital industrial*) – o simples deslocamento de aplicações financeiras pode alterar o câmbio, elevar taxas de juros e causar danos significativos na economia de um país, e mesmo “quebrar” uma tradição política de governabilidade. Neste sentido, o Estado governa a favor das corporações, antes de tudo, como uma forma de receber apoio recíproco no jogo das especulações financeiras.

Assim, considerando que os interesses privados passam a exercer efetivo poder sobre as atividades do Estado, é com muita cautela que necessitamos analisar as intervenções que o Estado promove nas políticas

públicas de saúde. Entendemos, dessa forma, que as diferentes conceituações e práticas de saúde estão permeadas destas relações de poder que se estabelecem no interjogo de ações da sociedade. Tal conjunto de relações de poder nos dificulta a realização da tarefa em responder: como promover saúde na conjuntura contemporânea?

Poderíamos, portanto, começar indagando: o que é a saúde? E obteríamos inúmeras respostas “sérias”, desde o tradicional conceito promulgado pela Organização Mundial de Saúde em 1948 (OMS, 2010), até a Lei Orgânica de Saúde promulgada em 1990 pelo Ministério de Saúde brasileiro (Brasil, 2010). Entretanto, nenhuma dessas respostas nos elucidaria o processo lógico do próprio estabelecimento destes conceitos.

Assim, seguiremos tentando entender *como* a saúde acontece, antes de nos atermos aos conceitos formais propriamente ditos.

Vida cotidiana: algumas implicações no conceito de saúde coletiva

Podemos dizer, de modo geral, que a saúde tem uma história na vida cotidiana das pessoas e das comunidades. Neste sentido, estamos empregando o termo “vida cotidiana” além do simples conceito de “vida diária”. Vida cotidiana implica, efetivamente, na realidade social onde os homens produzem e reproduzem constantemente suas condições de existência.

Agnes Heller (1994), a partir de Georges Lukács (1978), empreendeu um vasto trabalho de compreensão ontológica, onde descreveu a vida cotidiana a partir da lógica dialética do singular, particular e universal.

O conceito de “homem *particular*” descrito por Heller (1994) entende que ele somente pode existir em sociedade e, inclusive, somente pode se apropriar da natureza pela mediação da sociedade. Além disso, nesta perspectiva, embora a vida cotidiana do homem se objetive de diversas formas, o raio de ação das objetivações da vida cotidiana sempre irá se

apoiar no homem particular e em seu ambiente imediato. Assim, a categoria *particular* implica no fato de que, este particular, somente existe na relação dialética com a *universalidade* e com a *singularidade*.

Realizando uma metáfora simples, a fim de elucidar tais categorias, vejamos: o mundo, sua imensa população, suas redes sociais e todo o modo genérico como a vida contemporânea se organiza, está no âmbito da *universalidade*. Mas uma comunidade específica deste mundo genérico, constitui uma categoria *particular*, em relação dialética com a universalidade (mundo). Entretanto, a comunidade particular, não pode existir sem o homem. Este “homem”, suas questões individuais, encontra-se na esfera da *singularidade* (sua economia, sua rotina, sua saúde, etc...).

São muitos os modos pelos quais a dialética de universal e particular se manifestam na realidade histórico-social. Mas Heller assegura que há distinção entre a situação particular do homem como pura existência e a situação individual – o homem que desenvolve as forças da essência – a partir do ponto de vista do trabalho e da consciência. Daí que, sob uma perspectiva dialética, pensar na saúde do homem em sua singularidade, implica necessariamente em pensar no âmbito da experiência coletiva, uma vez que a singularidade do homem somente é possível a partir da relação dialética com o universal e com o particular.

O homem, em sua particularidade, planeja e concretiza o cotidiano por meio da atividade vital consciente. Conforme Heller, a “atividade vital consciente” é a categoria central da vida cotidiana. É ela a propriedade fundamental que distingue o homem do animal enquanto ser genérico, de modo que sua própria vida pode ser objeto para ele. Esta categoria deve recair sempre sobre o homem como ser particular.

A aranha executa operações que lembram as de um tecelão, e as caixas que as abelhas constroem no céu poderiam envergonhar o trabalho de muitos arquitetos. Mas mesmo o pior arquiteto difere da mais hábil abelha desde o princípio, pois antes de ele construir uma caixa de tábuas, já a construiu em sua cabeça. No término do

processo de trabalho, ele obtém um resultado que já existia em sua mente antes que ele começasse a construir. O arquiteto não apenas muda a forma dada a ele pela natureza, dentro dos limites impostos pela natureza, mas também leva a cabo um objetivo seu que define os meios e o caráter da atividade ao qual ele deve subordinar sua vontade. (Marx, citado em Luria, 1990: p. 66)

Entendemos que a atividade vital do homem compreende determinada esfera de atividades que ele realiza na vida cotidiana e que, por este meio, o homem pode produzir a si mesmo como homem na sociedade. São estas as atividades relacionadas à constituição intersubjetiva, nas quais tecemos nossa raiz cultural e social: as atividades de desenvolvimento de linguagem, de culinária, de vestimenta, o modo como aprendemos a morar, a dormir, enfim, o modo como aprendemos a viver como homens em sociedade.

Por outro lado, desde o advento do capitalismo, o trabalho alienado que se sobrepõe à atividade vital consciente, faz com que a atividade vital do homem se torne, muitas vezes, apenas um meio para sua existência. Cabe, portanto, ao campo particular, desempenhar a *mediação* entre homens singulares e sociedade. Neste sentido, a vida individual e a vida genérica não são distintas. Entretanto, a vida individual pode apresentar modos mais particulares ou mais gerais de vida genérica, e a vida genérica pode se mostrar na forma mais particular ou mais geral de vida individual. Ou seja, a atividade do homem somente seria possível no campo das determinações que a universalidade, a particularidade e a singularidade se colocam mutuamente.

Assim, entendemos que a saúde na vida cotidiana é, portanto, uma resultante deste permanente exercício dialético (singularidade/particularidade/universalidade) onde os sujeitos produzem e reproduzem a si mesmos e as suas condições de sobrevivência. Desta forma, os homens particulares se reproduzem, a si mesmos, como particulares - ao mesmo tempo em que recriam a reprodução social. Justamente neste processo de “vir a ser” do homem na comunidade, se trama aquilo que encontramos como saúde coletiva.

Por conseguinte, a promoção de saúde não pode ser neutra ou indiferente às questões cotidianas, pois, da mesma forma, a vida comunitária não pode ficar à margem das experiências imediatas, que oferecem significados e criam novos contornos. Neste sentido, constituída na dimensão da particularidade, a experiência cotidiana de saúde necessita considerar diferentes aspectos das relações humanas: a história, a política, a economia, o preço do arroz, do feijão, da carne, ou mesmo como cozinhamos tudo isso...

Implicações no conceito de “saúde”

A partir das influências ontológicas descritas até aqui, construímos uma direção que metodologicamente tem orientado nossas ações em psicologia da saúde: a compreensão de saúde no âmbito da vida cotidiana. A história nos mostra que, na vida cotidiana, a condição particular de sujeito pode acarretar em diferentes experiências de saúde ou doença.

Essa história pode ser bem compreendida através da obra de árduo levantamento construído por Hahner (1986), onde a autora, uma historiadora pertencente à Fundação de Pesquisas da Universidade de Nova Iorque, obteve informações precisas sobre o modo de vida e organização dos trabalhadores do Brasil desde o tempo do Império, utilizando-se de arquivos, bibliotecas e coleções privadas. O estudo constatou que, pelo menos desde o início do século, já poderíamos encontrar situações de miséria e trabalho infantil nas zonas urbanas do País, e como os índices de enfermidades aumentavam nestes meios.

Segundo a autora, crianças e adolescentes trabalhavam em longas jornadas, recebendo salários significativamente inferiores aos dos adultos. As fábricas de tecidos geralmente empregavam famílias inteiras, de forma que lá poderiam ser encontradas crianças pequenas, que eram remuneradas com um salário ínfimo. Em outras situações, as crianças eram incumbidas das tarefas de casa e também trabalhavam como

ajudantes sem remuneração nas oficinas domésticas, onde produziam estoques para o mercado.

As famílias não poderiam sobreviver sem o trabalho das mulheres e crianças. (...) Em 1913, o maior sindicato têxtil do Rio de Janeiro calculou que a média das despesas mensais de um trabalhador solteiro totalizava 110\$000 (110 mil-réis), enquanto uma família com duas crianças gastaria 210\$000 (210 mil-réis). (...) um operário adulto ganhando 4 mil réis por dia, a média mais alta de salários, (...) não era suficiente para comprar um quilo de arroz, feijão, banha de porco, açúcar e café. (HAHNER, J. 1986: p.223)

A utilização que as famílias faziam do trabalho infantil, já no início do século XX, não era propriamente uma opção, mas uma imposição econômica que possibilitava a sobrevivência. Principalmente com o final da I Guerra Mundial, quando a produção brasileira avançou, os salários ficaram abaixo do custo de vida, ao mesmo tempo em que aumentava a jornada de trabalho. Assim, os trabalhadores foram coagidos a diminuir as despesas, que já eram quase mínimas. Um estudo do ministro do Tesouro, em 1919, mostrou que o trabalhador pobre já não vivia em casas confortáveis, nem com eletricidade, não tomava chá e nem comia vegetais frescos. Mas como ainda assim viam-se obrigados a cortar despesas, passaram a viver em favelas em vez de casas alugadas.

Tal fusão, da problemática da saúde atrelada às questões de ordem econômica, apareceu pela primeira vez, de maneira objetiva, no processo de reivindicações apresentadas pelo Comitê de Defesa do Proletariado, durante a primeira greve geral dos trabalhadores na história do Brasil, em 1917. Entre outras reivindicações, o Comitê exigia o término do trabalho das crianças. Apesar de nenhuma providência imediata ter sido tomada pelo Estado em relação àquela solicitação, a questão da saúde do trabalhador passou a emergir de forma mais contundente no cenário nacional. Os trabalhadores brasileiros continuaram sofrendo de sérias deficiências nutricionais, que acrescidas ao excesso de trabalho culminavam em diferentes problemas de saúde.

Segundo Mendes & Costa Dias (1994), data de 1919 a primeira legislação específica na área de saúde do trabalhador, focalizando a

ZURBA, M. do C. Um lugar para o psicólogo na Estratégia de Saúde da Família: uma proposta política para a consolidação da reforma psiquiátrica no Brasil através da territorialização do psicólogo. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

questão dos acidentes de trabalho. Após muitas reformulações, essa questão é atualmente contemplada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), enfocando também as condições de Segurança e Medicina no Trabalho, as Normas Regulamentadoras, o trabalho da mulher e do menor.

Saúde coletiva no Brasil de hoje

Hoje, a Lei Orgânica da Saúde (Brasil, 2010) prevê as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde. Além disso, estabelece as competências do Sistema Único de Saúde (SUS) em relação à Saúde do Trabalhador e a inserção dos Serviços Especializados de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) nas empresas.

Apoiado na Constituição de 1988, o Ministério da Saúde criou em 1993 o Programa Saúde da Família (PSF), cujo principal objetivo era oferecer um modelo de saúde distribuído, consolidando os princípios do SUS. Atualmente este modelo se consolidou para além de um “programa”, sendo reconhecido como a estratégia fundamental nas políticas de atendimento na atenção primária, a Estratégia de Saúde da Família (ESF).

Por sua vez, os princípios fundamentais do SUS são: universalidade, equidade de atenção e integralidade das ações. O primeiro princípio tende a garantir o acesso aos serviços de saúde por qualquer cidadão; a equidade visa assegurar a igualdade de direitos perante o SUS; e o princípio da integralidade focaliza a atenção integral à saúde, combinando ações de prevenção, promoção e recuperação.

Desta forma, segundo os princípios do SUS, a ESF consiste no eixo das ações profissionais nas unidades de saúde pública da atenção primária. Geralmente, cada equipe de ESF é constituída por um médico, um enfermeiro, dois auxiliares de enfermagem, um auxiliar administrativo e seis agentes comunitários de saúde. A idéia geral é de que a equipe funcione de forma cooperativa. Deste modo, a princípio, esperava-se que a

atenção primária oferecida pelas unidades básicas de ESF deveriam ser capazes de resolver 85% dos problemas de saúde da comunidade, diminuindo assim os índices de internação e a procura pelos centros de excelência em saúde. Entretanto, sabemos que as equipes de ESF's não dão conta de cumprir esta expectativa. Por outro lado, inúmeras vantagens surgiram no cenário da saúde a partir da implantação deste modelo.

Embora não exista a figura do psicólogo como membro da equipe mínima, já há pelo menos uma leitura interdisciplinar do fenômeno da saúde, colocando esse lugar da prática psicológica como referência para várias equipes de ESF a partir do modelo NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), que vem sendo implantado desde 2008.

Cada NASF é constituído por equipes multiprofissionais que atuam em parceria e em apoio às equipes de ESF. Um NASF atende cerca de 5 a 20 equipes de ESF, e deve ser composto por no mínimo cinco diferentes campos profissionais da saúde: especialidades médicas (acupuntura, homeopatia, ginecologia, pediatria e psiquiatria); assistente social; farmacêutico; profissional de educação física; fisioterapeuta; fonoaudiólogo; nutricionista; terapeuta ocupacional e psicólogo. Assim, nem todo o NASF conta com a prática psicológica, e quando conta, o psicólogo costuma atender em média cerca de 13 equipes de ESF, ou seja, segundo a lógica de território ampliado, e não de equipe mínima.

Considerações finais: a questão da saúde e a Psicologia

O lugar que o psicólogo ocupa atualmente na rede de atenção primária é, portanto, de “referência”. Desde 2008 essa lógica se consolidou através dos NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), consagrando a exclusão do psicólogo do âmbito equipe mínima de ESF. Contudo, a exclusão do psicólogo do eixo da equipe mínima sempre foi tema de controvérsias, principalmente porque o próprio Conselho Federal de

Psicologia adotou posição contrária a entrada do psicólogo na equipe mínima em momento histórico em que teria sido oportuna nossa inclusão, no início da década de 90.

Então, este é o debate que precisamos levantar. Por que o psicólogo está fora da equipe mínima de ESF justamente no momento histórico em que identificamos importantes pontos de convergência entre a ESF e o modelo que norteia a reforma psiquiátrica no Brasil? Em ambos os modelos - tanto na ESF como no modelo da reforma psiquiátrica - identificamos o foco na saúde e não no adoecimento, assim como o fortalecimento das redes sociais, a inclusão de aspectos culturais, políticos e econômicos no processo de cuidado à saúde, etc.

Entendemos que a manutenção do psicólogo no contexto do NASF, fora da equipe mínima, implica em prejuízos para a consolidação da reforma psiquiátrica, pois a ESF se tornou ponto fundamental de articulação na rede de saúde mental, bem como no processo de superação do modelo asilar (Oliveira e cols. 2007).

Por outro lado, sabemos que existem razões epistemológicas e históricas que levaram a Psicologia a se colocar e ser colocada nesse lugar, no modelo atual de saúde. Uma dessas razões inclui a forte perspectiva de clínica individual, amplamente consolidada no Brasil nos anos da ditadura militar. Ao psicólogo brasileiro das décadas 60 e 70, eram vedadas as práticas clínicas em grupos comunitários, bem como atividades de redes sociais com perspectivas de mudanças, etc.

Cecília Coimbra (1999) aponta como, no Brasil, tais fatores de repressão do Estado levaram a Psicologia a se aliar à ditadura e ao regime militar durante os anos 60 e 70, influenciando as práticas psicológicas que se consolidaram no país durante toda a segunda metade do século XX. Neste sentido, é observável que, por volta de 1965, boa parte do mundo democrático já contava com psicoterapia de grupos em comunidades e centros comunitários, principalmente nos Estados Unidos

e Europa (Evans, 2007), mas nós brasileiros – e boa parte da América Latina - pouco sabíamos como proceder a este respeito (Ciornai, 1997).

Passamos os anos subseqüentes à instalação dos regimes militares latinoamericanos restritos a atendimentos individuais, proibidos pelo Estado de realizar agrupamentos comunitários. Não foi por mera coincidência que vivenciamos o tardio ingresso da prática psicológica nas políticas públicas de saúde, bem como o frágil emprego da psicoterapia grupal no cotidiano do trabalho psicológico por muitos anos.

Assim, tais questões históricas - aliadas às dificuldades epistemológicas (Foucault, 1998) entranhadas no próprio conceito de clínica psicológica – levaram a psicologia a estar hoje, no lugar de “referência” na ESF, o que pode nos levar - em longo prazo - a perder o bonde da história no momento propício em que poderíamos colaborar para a consolidação da reforma psiquiátrica no Brasil. Entendemos que a reforma psiquiátrica não está conclusa, mas se encontra hoje em pleno processo de inflexão paradigmática no país, causando tensionamentos exatamente enquanto oferece outras formas de intervenção em saúde mental. Assim, os serviços substitutivos estão sofrendo críticas e, por vezes, falta de destinação de recursos pelos municípios, em demonstrações por vezes ostensivas e por vezes discretas de resistência a mudanças ou ações em prol do modelo asilar.

Por conta destas considerações, propomos que o psicólogo da saúde em atenção primária precisa se apropriar de sua prática a partir da noção de território, inserindo seu fazer a partir de um paradigma que permita entender o paciente na rede de saúde mental, em processo dialético (singular, particular, universal/genérico), tal como expusemos detalhadamente em outro trabalho a respeito (Zurba, no prelo).

Assim, no contexto da atenção primária, a prática psicológica em saúde mental, desde o âmbito da clínica, não pode perder de vista seu olhar de interface com as questões da psicologia social; nem a intervenção

em psicologia sócio-comunitária consegue promover saúde mental sem levar em considerações aspectos do manejo clínico.

Referências

- BRASIL, *Lei Orgânica da Saúde 8080* de 19 de setembro de 1990, Ministério da Saúde, DF. Acesso em 05/12/2010:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm
- CHOMSKY, N. *Os Caminhos do Poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- CIORNAI, S. Gestalt-terapia no Brasil Apresentado na mesa *Gestalt-terapia na América Latina*, II Congresso AAGT – Association for the Advancement of Gestalt Therapy, San Francisco, EUA, 1997. (acesso em 24/05/2010)
http://www.gestaltsp.com.br/textos/gestalt_terapia_no_brasil.htm)
- COIMBRA, C.M.B. Práticas psi no Brasil do milagre: algumas de suas produções. Em: JACÓ-VILELA, A.M.; JABUR, F. & RODRIGUES, H.B.C. *Clio-psuché: histórias da psicologia no Brasil*. cap.6, Rio de Janeiro: UERJ, NAPE. 1999. (acesso em 24/05/2010)
<http://www.cliopsyche.uerj.br/livros/cliol/praticaspsinobrasildomilagre.htm>)
- EVANS, K. Living in the 21st Century: A Gestalt Therapist's Search for a New Paradigm. *Gestalt Review*, 11(3): 190-203, 2007.
- FOUCAULT, M. *O Nascimento da Clínica*. 5ª.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- HELLER, A. *Sociología de la Vida Cotidiana*. 4ª.ed. Barcelona: Ediciones Península, 1994.
- JOVCHELOVITCH, S. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- HAHNER, J. *Poverty and Politics: the urban poor in Brazil – 1870-1970*. Mexico: University of New Mexico Press, 1986.
- LUKÁCS, G. *Introdução a uma Estética Marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LURIA, A.R. *Desenvolvimento Cognitivo*. São Paulo: Ícone, 1990.
- MENDES, R. e COSTA DIAS, E. Saúde do Trabalhador. In: ROUQUAYROL, M. Z. *Epidemiologia e Saúde*. 4º ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1994.
- OLIVEIRA, I. F.; DANTAS, C. M .B.; COSTA, A. L.; SILVA, F. L.; ALVERGA, A. R.; CARVALHO, D. B.; e YAMAMOTO, O. H. O Psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: formação acadêmica e prática profissional. *Interações*, 9 (17), 71-89, 2004

OMS. *Bibliography for the History of the World Health Organization*. World Health Organization (Organização Mundial de Saúde) 2010.

http://www.who.int/global_health_histories/bibliographies/ghh.pdf

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1996.

TOURAINÉ, A. *Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.

ZURBA, M. C. (no prelo) Contribuições da Psicologia Social para o Psicólogo na Saúde Coletiva, Aceito para publicação na *Revista Psicologia e Sociedade*, em 21/07/2010.

Capítulo 2.3

A loucura é universal, mas o cuidado é territorial

Dione Maria Menz

O homem e a serpente

Uma fabula oriental conta a história de um homem em cuja boca, enquanto dormia, entrou uma serpente. A serpente chegou ao seu estomago, onde se alojou e passou a impor ao homem a sua vontade, privando-o assim da liberdade. O homem estava a mercê da serpente: já não se pertencia. Até que uma manhã, o homem sente que a serpente havia partido e que ele era livre de novo. Então se dá conta de que não sabe o que fazer da sua liberdade, pois no longo período de domínio absoluto da serpente, ele se habituara de tal maneira a submeter-se à vontade, aos desejos e aos impulsos dela, que havia perdido a capacidade de desejar, de tender para qualquer coisa e de agir autonomamente. Em vez de liberdade, ele encontrara o vazio, porque, junto com a serpente, saíra a sua nova essência, adquirida no cativeiro, e não lhe restava mais do que reconquistar, pouco a pouco, o antigo conteúdo humano de sua vida (Citado em Amarante, 2002).

Introdução

A frase que dá título a este artigo foi dita por um usuário de Saúde Mental, militante da Reforma Psiquiátrica e do Movimento de Luta Antimanicomial, que há anos convive com a condição do sofrimento mental, e que em 2009 foi ganhador do prêmio do MS “Loucos pela Diversidade – Edição Austregésilo Carrano”.

Antes de um diagnóstico ou membro de um “Programa de Saúde Mental”, que melhor dizendo deveria ser chamado de “Programa de Doença Mental”, tendo em visto que em grande parte deles só há a entrega da medicação e tratamento centrado na doença, esta pessoa é um artista, um poeta, que tem sonhos, desejos e determinação para sobreviver às barreiras que lhe são impostas a cada dia, sejam elas as da segregação

familiar, da desqualificação das equipes de saúde, onde nós psicólogos também estamos inseridos e nem sempre fazemos a diferença, tendo em vista que, por vezes, acabamos por nos deixar levar por práticas “psicologizantes” e de questionável compromisso ético-político para com os “loucos”.

A referência a “loucos”, acima feita, não tem caráter pejorativo ou discriminatório, mas refere-se a uma categoria social; parafraseando Paulo Amarante (2002), histórico psiquiatra militante da reforma, “todos partilhamos desta categoria, afinal somos ‘loucos pela vida’, ‘loucos pela causa’, ‘loucos de alegria’”.

Neste sentido, este artigo se propõe a fazer uma discussão sobre as possibilidades das práticas da psicologia nos espaços dos serviços de saúde, fundamentados nos preceitos da reforma psiquiátrica e nas políticas de saúde mental que se sedimentam na perspectiva da territorialização do cuidado, na construção da cidadania, na garantia dos direitos humanos e na superação do modelo hospitalocêntrico.

Um passeio pela Reforma Psiquiátrica no mundo

Discutir a reforma psiquiátrica brasileira é, antes de tudo, compreender seus fundamentos teórico-metodológicos, fortemente influenciados pela experiência francesa, conhecida como “Psicoterapia Institucional”, a inglesa, também chamada de “Comunidade Terapêutica” e em especial a “Psiquiatria Democrática Italiana” (Amarante, 2002; 2003, Vol. 2).

Comunidade Terapêutica

Um dos expoentes da Comunidade Terapêutica foi Maxwell Jones, que nos anos 50, na Inglaterra, acreditava que a transformação do modelo de cuidados na psiquiatria passaria pela mudança nas relações dentro da instituição psiquiátrica. Neste sentido estas mudanças estariam mediadas por relações democráticas, com intensa participação de todos os

MENZ, D. M. A loucura é universal, mas o cuidado é territorial. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

envolvidos da instituição, em especial os internos, a equipe de saúde e os administradores.

Dentre as várias contribuições desta proposta para a reforma psiquiátrica, estava a denuncia sobre a forma degradante como eram tratados os “pacientes psiquiátricos”, submetidos ao abandono, maus tratos e desassistência, e que em muito esta condição se assemelhava a dos prisioneiros dos campos de concentração. Ressalta-se que este período corresponde à reconstrução da Europa no pós guerra, e que esta semelhança era insuportável, já que sociedade repudiava as relações de abuso, estabelecendo um contexto sócio político que levasse à mudanças na forma de cuidar dos manicômios.

Psicoterapia Institucional

A psicoterapia institucional, fortemente influenciada pela psicanálise e por Lacan, trazia como novidade a perspectiva de se considerar que as próprias instituições tinham características doentias, de forma que deveriam ser tratadas. Esta proposta fazia críticas ao poder médico e a verticalidade das relações intra- institucionais. Para este fundamento teórico, todos integrantes do hospital tinham uma função terapêutica no processo de tratamento.

Importante destacar que tanto a comunidade terapêutica quanto a psicoterapia institucional estruturaram-se a partir da crença de que seria possível tratar o indivíduo na instituição psiquiátrica, ou seja: a proposta de cuidado estava mediada pela instituição asilar, que deveria mudar, mas seria mantida como espaço de acolhimento e tratamento da loucura.

Estas idéias podem ser compreendidas como uma “humanização do hospital psiquiátrico”, já que para Tosquelles, também nos anos 50, e um dos pensadores da psicoterapia institucional, o hospital havia perdido sua função de cuidar, sendo necessário resgatar o papel terapêutico desta instituição, retornando à proposta inicial de Esquirol, discípulo de Pinel, que na história da psiquiatria é tido como o precursor do hospital psiquiátrico, quando, ainda no século 18, libertou os loucos do Asilo de

MENZ, D. M. A loucura é universal, mas o cuidado é territorial. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

Bicetre, destinando a eles um espaço de cuidado, o “hospital psiquiátrico”. (Amarante, 2002; Desviat, 1999)

Psiquiatria Democrática Italiana

Para encerrar o passeio pela Reforma Psiquiátrica no mundo, é fundamental discutir a reforma psiquiátrica italiana, também conhecida como “Psiquiatria Democrática Italiana”, e um de seus idealizadores, Franco Basaglia, que nos 70 esteve no Brasil e em visita ao Hospital Psiquiátrico de Barbacena (MG), comparou-o aos campos de concentração nazistas.

Basaglia era um professor universitário, que em 1961, abandonou a Universidade de Pádua para administrar o Hospital Psiquiátrico de Gorizia. Logo em sua entrada experimentou algo que o marcou profundamente, este fato está relacionado à sua experiência como prisioneiro durante a Segunda Guerra. Basaglia relata que ao entrar no Hospital de Gorizia, reviveu a experiência de “presidiário”, percebendo que os pacientes estavam submetidos às mesmas regras das instituições totais, vagavam pelos pátios de uniformes, e eram “depositados” em salas com grades, havendo inclusive os espaços destinados às “celas-solitárias”.

Sua administração foi marcada por mudanças radicais na forma de cuidar, sendo que já no ano seguinte, abriu para a comunidade o primeiro pavilhão deste hospital, adotando medidas que resgatavam a dignidade e garantiam os Direitos Humanos dos loucos, através da participação ativa de médicos, equipe de enfermagem e dos próprios internos.

As propostas de reforma psiquiátrica instituídas pela “Comunidade Terapêutica” e pela “Psicoterapia Institucional” marcaram inicialmente sua gestão, no entanto no decorrer do trabalho ele percebeu que o hospital não seria o espaço adequado de tratamento, ou seja “reformular o hospital” não bastava, era necessário transformar as concepções frente a loucura e desenvolver um atitude crítica dos profissionais e dos internos no que se refere à instituição psiquiátrica, são elas:

- 1) a relação de interdependência entre a psiquiatria e a justiça, a partir da evidência das várias funções de natureza jurídica e policial exercidas pela psiquiatria na manutenção da ordem pública;
- 2) a discussão sobre a origem de classe das pessoas internadas ,na medida em que o hospício hospedava, em sua grande maioria, indivíduos dos estratos sociais mais carentes;
- 3) a não-neutralidade da ciência, questionando o saber e as práticas ditas terapêuticas da psiquiatria.
- 4) a função e o papel social dos técnicos como agentes de poder e do controle institucional.

A partir destas reflexões, Basaglia propunha a superação do “reformismo psiquiátrico”, abrindo espaço para o que passou a ser conhecido como “Psiquiatria Democrática Italiana”, e que teve seu auge em 1978, com a aprovação da Lei 180, referente a Reforma Psiquiátrica na Itália que fundamentou a extinção progressiva dos manicômios, substituindo-os por uma proposta de cuidado de base territorial, com organização de diversos serviços como: cooperativas de trabalho, Centro de Saúde Mental 24h, hotel/residência para egressos de instituições asilares, entre outros serviços.

A construção da Reforma Psiquiátrica no Brasil

A reflexão que envolve a construção da Reforma Psiquiátrica no Brasil, passa pelos anos 70 e pela organização do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), quando profissionais ligados à Divisão Nacional de Saúde Mental, responsável pela formulação destas políticas no Ministério da Saúde, fizeram denúncias sobre as condições de atendimento das instituições psiquiátricas.

Este movimento constituiu-se como um espaço de luta, debatendo proposta para a transformação da assistência psiquiátrica, envolvendo diversos atores deste setor, dentre os quais as entidades de classe, os

profissionais de saúde mental e movimentos sociais comprometidos com esta causa.

Também é necessário se reportar aos anos 80 e ao processo de redemocratização do país, onde houve o retorno de alguns “pensadores de saúde”, dentre eles Sergio Arouca, estrategista da 8ª Conferencia Nacional de Saúde, que em 1986, em Brasília, reuniu 5.000 delegados para discutir uma nova proposta para o Sistema de Saúde do Brasil, tendo em vista que passávamos pelo processo “Constituinte”. O relatório final esta conferencia serviu de base para o capítulo da Saúde na Constituição Federal de 1988, também conhecida como constituição cidadã, já que garantiu uma série de direitos sociais. Nela propôs-se, no capítulo da Seguridade Social, que é composto pelo tripé Saúde, Previdência e Assistência Social, as bases do Sistema Único de Saúde (SUS), com as características de universalidade, integralidade e equidade.

Neste período, em 1987, também aconteceu a I Conferencia Nacional de Saúde Mental, que solidificou a Reforma Psiquiátrica, através dos eixos:

1. Economia, sociedade e Estado: impactos sobre a saúde mental;
2. Reforma sanitária e reorganização da assistência à saúde mental;
3. Cidadania e doença mental: direitos deveres e legislação do doente mental.

Algumas das recomendações desta conferência indicaram para o combate à psiquiatrização das questões sociais, democratização dos serviços de saúde mental, participação da sociedade civil na construção da reforma psiquiátrica e priorização dos investimentos nos serviços extra-hospitalares (Amarante, 2002; 2003, Vol. 1).

Já a II Conferencia Nacional de Saúde, ocorrida em dezembro de 1992 em Brasília, teve como eixos:

- 1) Rede de atenção em saúde mental;
- 2) Transformação e cumprimento de leis;
- 3) Direito à atenção e direito à cidadania.

Importante destacar que esta conferência ocorreu em um contexto influenciado pelo II Encontro Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental, onde em 1987 em Bauru-SP, propôs-se a mudança das premissas teóricas e éticas da assistência psiquiátrica. Neste período também ocorreu a Conferência de Caracas, na Venezuela, organizada pela OMS, que em 1990 propôs as bases da assistência psiquiátrica para a América Latina. Além de “Bauru” e de “Caracas” também ocorreu a IX Conferência Nacional de Saúde, que em agosto 1992 aprovou o fortalecimento da luta pela vida, ética e municipalização da saúde, com ênfase no controle social, definindo o nível local como estratégico na democratização do Estado e das políticas sociais.

Outro fato que contribuiu para o contexto da II Conferência de Saúde Mental, foi o Projeto de Lei Paulo Delgado (3.657/89), que propunha a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais, bem como a regulamentação da internação psiquiátrica involuntária. Este projeto foi aprovado em 2001, após receber um substitutivo, fazendo uma série de modificações à proposta original, dentre as quais a exclusão do artigo que propunha a extinção progressiva do hospital psiquiátrico.

Há que se considerar que este contexto de intensos debates da assistência em saúde mental, pós regulamentação do Sistema Único de Saúde, foi fundamental para a solidificação da reforma psiquiátrica, que encontrava uma série de resistências para a sua implementação, em especial os partidários da contra-reforma, adeptos da modelo “hospitalocentrico”.

Após um período de 9 anos, em 2001, ocorreu a III Conferência Nacional de Saúde, com o tema: “Cuidar, sim. Excluir, não. – Efetivando a Reforma Psiquiátrica com acesso, qualidade, humanização e controle social.”. Esta conferência reafirmou os princípios da reforma psiquiátrica brasileira, e culminou com a promulgação pelo MS das portarias 251/02 que tratou sobre as diretrizes e normas da assistência hospitalar em psiquiatria e estruturando sua porta de entrada, e a 336/02 que

MENZ, D. M. A loucura é universal, mas o cuidado é territorial. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

regulamentou o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), ordenando a porta de entrada da rede territorial de assistência em saúde mental.

Somente agora, em junho 2010, ocorreu a IV Conferência Nacional de Saúde Mental, que teve como tema central a “Intersetorialidade” com a participação dos setores afins, envolvendo não só as políticas de saúde, mas também as da Assistência Social e Direitos Humanos, tendo como eixo de discussão: “Saúde Mental direito e compromisso de todos: consolidar avanços e enfrentar desafios”. Os temas centrais discutidos a partir dos três eixos temáticos, foram:

- I - Saúde Mental e Políticas de Estado: pactuar caminhos intersetoriais;
- II - Consolidar a rede de atenção psicossocial e fortalecer os movimentos sociais;
- III - Direitos humanos e cidadania como desafio ético e intersetorial;

As Políticas de Saúde Mental e as práticas de subjetivação

A loucura, objeto de meus estudos, era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; começo a suspeitar que é um continente (Machado de Assis - O Alienista)

São necessárias algumas considerações relativas à construção das políticas de saúde mental no Brasil, a primeira delas diz respeito a forte influência da “Psiquiatria Democrática Italiana”, que pode ser observada sob vários ângulos, um deles aponta para a organização do cuidado de base territorial, afinal, se as pessoas moram nas cidades é fundamental que a atenção dispensada a elas ocorra próxima à sua moradia. Mais do que uma racionalidade de gestão, este princípio implica no respeito à cidadania do portador de sofrimento psíquico, pois na medida em que é cuidado no próprio território, seja pela equipe de saúde da família, ou do CAPS de referência, ele passa a ser reconhecido como parte desta comunidade, como um cidadão de direitos, e porque não dizer por alguém que é construído e construtor deste espaço geopolítico.

Outro aspecto a ser considerado é o fato de que a re-organização dos serviços de saúde mental propostos pelo movimento da reforma, ocorreram antes do aparato jurídico-legal que a sustentasse, já que a portaria ministerial que estruturou o CAPS (“336) foi emitida somente em 2002, enquanto que este serviço já estava em funcionamento desde 1990. Um exemplo desta afirmativa é o CAPS, à época NAPS, construído em Santos, SP, após a intervenção no Hospital Anchieta (Capistrano, 1995), tido como ícone da nossa Reforma Psiquiátrica Brasileira, tendo em vista que a “Invasão do Anchieta” revelou à sociedade a forma degradante e o (des)cuidado dirigido a esta população, além da pouca eficácia da lógica “hospitalocentrica” ,que tem como referencial o lucro e não o tratamento.

Ressalta-se que embora a Lei Paulo Delgado tenha sido aprovada em 2001, há mais de 10 anos os serviços já estavam sendo estruturados, o que nos indica que o movimento social que sustentou a reforma foi de fato fundamentado na construção social e não no aparato jurídico legal.

Importante destacar que além do idealismo, traduzido no MTSM, houve, dentro do campo da saúde mental, uma forte influencia das Conferencia Nacionais de Saúde Mental, destacando a importância deste tema para a construção e garantia de um SUS que de fato respondesse às questões de saúde mais prevalentes em nossa população. Corroborando com esta afirmação é significativo analisar os dados do MS no que diz respeito ao nosso perfil epidemiológico de saúde, onde: 12% da população brasileira (ou seja, 23 milhões de pessoas) necessitam de algum atendimento em saúde mental e pelo menos 3% (cerca de 5 milhões) sofrem com transtornos mentais graves e persistentes. (Machado e Dominguez, 2010)

Na medida em que a construção do modelo assistencial está mediada pelas conferencias nacionais, este, mais do que uma decisão técnica passa a se constituir enquanto uma proposta organizada em consonância com a sociedade civil, traduzida pela participação dos usuários da saúde mental e dos profissionais relacionados a esta atenção, e aqui cabe uma reflexão sobre o envolvimento das universidades na

MENZ, D. M. A loucura é universal, mas o cuidado é territorial. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

formação dos recursos humanos qualificados para esta forma de cuidar. Será que formamos psicólogos para o SUS e para os serviços de saúde mental previsto nas políticas do MS, ou permanecemos nas discussões “psicologizantes” da condição humana?

Os espaços de cuidado previstos pelas políticas de saúde mental implicam em um novo assistir, onde o conhecimento de psicopatologia é só uma ferramenta para compreensão do sujeito em sofrimento, e as intervenções envolvendo a família e a comunidade passam a assumir um lugar de destaque, mediado por uma compreensão deste sujeito enquanto ativo em seu processo de retomada da identidade, por vezes perdida e desqualificada nas instituições totais (manicômios), afinal para estas instituições, centradas no modelo médico e na Classificação Internacional da Doenças (CID10) ou DSMIV, toda manifestação do “ser no mundo” é vista como um comportamento próprio do seu diagnóstico psiquiátrico.

A reflexão que envolve as práticas de subjetivação nos equipamentos de saúde mental passa pela discussão dos grandes temas desta área, complexos e multifacetados, como aqueles que envolvem a dependência química ou a política de prevenção do suicídio. Neste sentido, não há como pensar estratégias de enfrentamento destes fenômenos se não nos inserirmos em ações que, para além do cuidado de base territorial, precisam articular-se com os outros espaços da política pública, aqui compreendidas como a assistência social, educação e direitos humanos. Portanto, o olhar interdisciplinar, mais do que uma prática profissional, passa a ser entendido enquanto uma ação intersetorial, que nos qualifica para um compromisso ético e técnico para com a construção de ações humanizadas e de respeito à diversidade, aqui traduzida como “respeito à loucura”.

É neste contexto histórico de organização das políticas de Saúde Mental marcadas pelas Conferências Nacionais de Saúde Mental, por avanços e retrocessos, e por segmentos sociais que se opõem a ela, como o da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, é que se inserem as práticas cotidianas das equipes de Saúde Mental, que corriqueiramente precisam

desafiar as lógicas da exclusão e da psiquiatrização dos fenômenos sociais, especialmente marcados pelo fenômeno do Crack. Estas práticas precisam reinventar-se e fugir do espaço comum do “vitimizar” o portador de sofrimento mental, tratando-o como um “pobre coitado” ou despotencializá-lo, no sentido de desqualificá-lo enquanto sujeito de sua própria história.

Para construção desta nova forma de cuidar, novas práticas deverão ser construídas pelos psicólogos, agora não mais centradas no paradigma da doença, e sim na retomada do “ser no mundo”, na valorização do sujeito e na compreensão do sofrimento mental enquanto construção sócio-histórica. Voltando a fábula que inicia este artigo, é necessário retomar o sentido para aqueles cuja existência foi marcada pela desqualificação, onde a única categoria de identidade era a loucura e o espaço de manifestação restringia-se à instituição psiquiátrica, espaço dos excluídos e daqueles que nem se sempre se dobram ao discurso da normalidade, afinal como disse Bispo do Rosário: “Os doentes mentais são como beija-flores. Nunca pousam. Estão sempre a dois metros do chão”.

Referências

AMARANTE, P. *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002

AMARANTE, P. *Saúde Mental, políticas e instituições: programa de educação a distancia*, volume 1. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003

AMARANTE, P. *Saúde Mental, políticas e instituições: programa de educação a distancia*, volume 2. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003

AMARANTE, P. *Saúde Mental, políticas e instituições: programa de educação a distancia*, volume 3. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003

CUNHA, G.T.. *A construção da clínica ampliada na atenção básica*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

DESVIAT, M. *A reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Ed Fiocruz, 1999

CAPISTRANO, D. F. *Da saúde e das cidades*. São Paulo: Ed Hucitec, 1995

MACHADO, K; DOMINGUEZ, B. A palavra é intersetorialidade. *Radis*, Rio de Janeiro, n. 97, p. 12-17, set. 2010

Capítulo 3.1

Arte(s), Tecnologia(s), Cidade(s):

Processos de Sujeição e Resistências Inventivas

Andrea Vieira Zanella

Em *Ricreazioni*, livro que entretetece palavras em suas dimensões semânticas e imagéticas com imagens que também veiculam/provocam/produzem sentidos, o sociólogo Vincenzo Susca e a designer gráfica Claire Bardainne apresentam ao leitor uma aproximação ao contexto efervescente e caótico em que vivemos, contexto esse que entretetece sociedade, estética e tecnologia.

Afirmam estes autores que

sem saber, estamos todos nos transformando em cyborg. De um lado estendemos o nosso sistema nervoso central para fora do nosso cerebelo nas memórias digitais, nos esquemas audiovisivos, nos depósitos de informações on-line... e de outro o reabsorvemos de modo dilatado na nossa pele por meio de dispositivos portáteis como os celulares, os palms, os leitores de mp3, as microtecnologias e os chamados wearable computer. Isso acontece ao mesmo tempo de modo natural e inconsciente: sabemos como resgatar os detalhes de nossa existência em um palm mas ignoramos o processo pelo qual isso é possível (Bardainne e Susca, 2008, p.45).

As modificações que Bardainne e Susca apontam são possibilitadas pelo desenvolvimento tecnológico que vem engendrando, de certo modo sem fazer alarde mas com conseqüências irreversíveis, verdadeiras revoluções em variados âmbitos e contextos. É possível citar os corpos que se transformam em razão de necessidades tanto terapêuticas como estéticas: corpos modelados, re(de)gerados, cybercorpos como nos revelam as fotografias fantásticas de Shane Willis (<http://www.radactphoto.com/thegallery.php>). Os recursos digitais que o artista utiliza para criar a atmosfera surreal que circunda os corpos ou mesmo os institui também são recursos que, se não hoje logo mais,

possibilitarão transformar a ficção fotográfica em corpos transfigurados, transmutados.

Na esfera das lutas políticas essas mudanças também se evidenciam: desde a guerra do Golfo, no início dos anos 90, assistida em tempo real com os disparos a se assemelhar a luzes de festim rasgando os céus, a tecnologia é onipresente tanto em grandes conflitos bélicos como nas lutas cotidianas, nas manifestações e protestos via rede, nas micropolíticas em que questões locais são trazidas à tona e se conectam com outros e outros locais, revelando sua dimensão glocal. Abaixos-assinados e manifestos proliferam velozmente assim como os boatos e as piadas sobre políticos e acontecimentos eleitorais, as quais dão um tom jocoso a pressupostas verdades proferidas e evidências que se diluem com a entonação que explicita suas contradições.

Essas práticas são carnavalescas, diria Bakhtin, autor que reconheceu a importância do carnaval como

espetáculo sem ribalta e sem divisão entre atores e espectadores. No carnaval todos são participantes ativos, todos participam da ação carnavalesca. Não se contempla e, em termos rigorosos, nem se representa o carnaval mas *vive-se* nele, e vive-se conforme as suas leis enquanto estas vigora, ou seja, *vive-se uma vida carnavalesca*. Esta é uma vida desviada da sua ordem habitual, em certo sentido uma “vida às avessas”, um “mundo invertido” (Bakhtin, 2008, p.140 – grifos do autor).

A carnavalização, nesse sentido, é prática em que o discurso oficial é confrontado e o cotidiano se afirma em sua potência criadora, assim como se afirmam as pessoas anônimas como importantes protagonistas da vida em comum.

Nestas últimas semanas do segundo turno das eleições presidenciais de 2010 convivemos à exaustão com essas práticas, as quais contribuíram para de certo modo modificar o tom das exaltações e denúncias e evidenciar o complexo jogo das produções de verdades a serviço de interesses os mais variados. Charges, jogos de atirar o papel na cabeça, fotomontagens, piadas travestidas de verdades e verdades transformadas

em piadas... Várias produções que deram visibilidade à condição inventiva de protagonistas anônimos que inventivamente reinventam a própria política.

Outra transformação possibilitada pelas tecnologias da informação e da comunicação diz respeito às relações entre pessoas, cada vez mais pautadas pela comunicação em rede: redes sociais que expandem sem limites espaciais e temporais os contatos com outros, tal como rizoma a se espriar imprevisivelmente e transformar o solo fértil que se apresenta como sua condição de possibilidade.

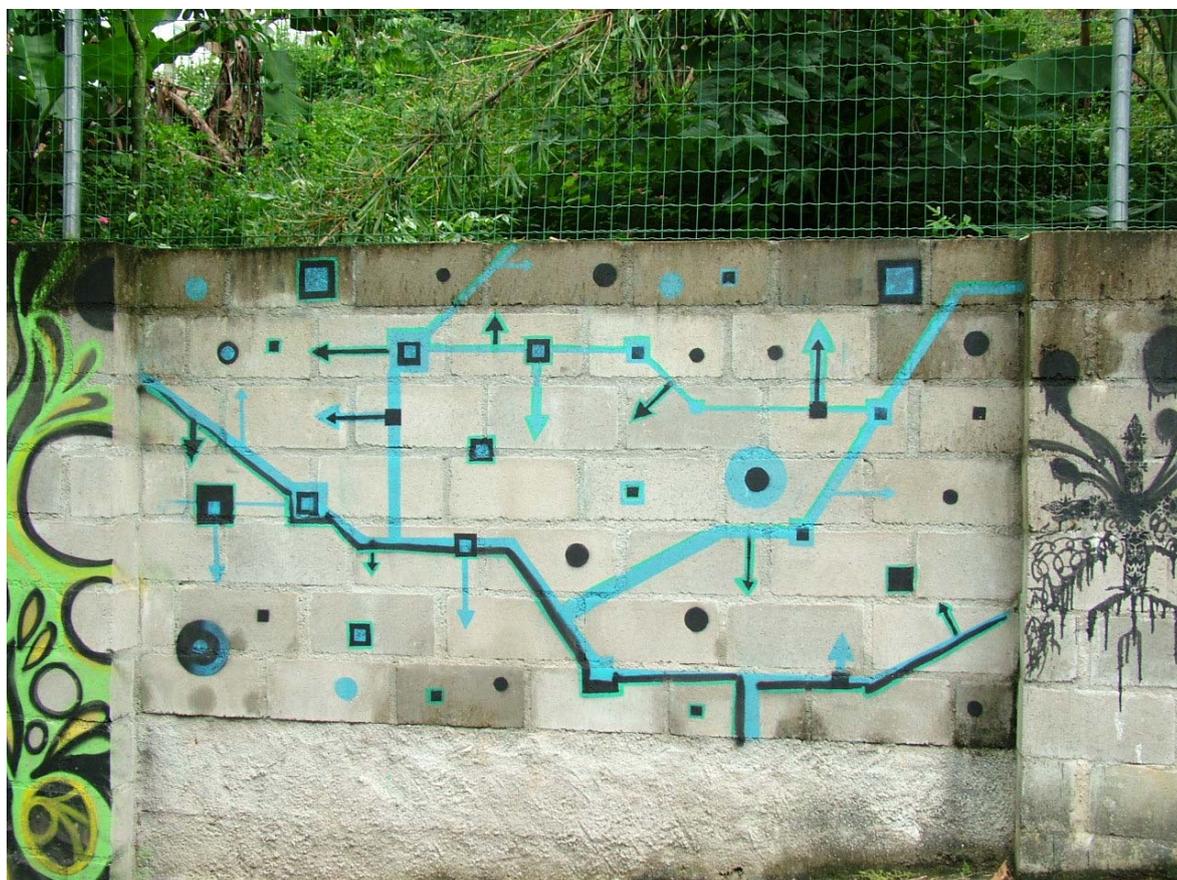


Foto 1: Graffiti em via pública da cidade de Florianópolis, SC.

Redes e redes com pontos de variadas dimensões e formatos, interligados por vias de intensidades também variadas e que são continuamente reinventadas e transformadas. Redes em processo, tal

ZANELLA, A. V. Arte(s), Tecnologia(s), Cidade(s): Processos de Sujeição e Resistências Inventivas. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

como se visualiza no graffiti da foto 1, na arte efêmera também em processo de contínua transformação. Redes como emaranhados de contatos possíveis que expandem indefinidamente a possibilidade de novos e novos. O que interessa à psicologia esse emaranhado virtual de relações?

Interessa em muito, posto que é nesse terreno poroso, efêmero e volátil que as relações entre pessoas se reinventam e ao mesmo tempo as pessoas reinventam a si mesmas, nas relações que estabelecem com esses tantos outros ‘virtuais’ e igualmente voláteis. Cada pessoa, afirma Vygotski (2000, p.33), “é um agregado de relações sociais encarnado num indivíduo”. Se as relações entre pessoas se transformam mediadas pelas tecnologias da informação e da comunicação e os novos possíveis que com a mediação destas são engendrados; se cada pessoa é um agregado dessas relações com outros, presentes e ausentes, com a própria cultura; então é possível compreender que cada corpo se torna carne que encarna as complexas transformações na esfera do vivido e ao mesmo tempo se apresenta como abertura a novos possíveis.

Assenta-se essa discussão na compreensão de que cada pessoa somente é singular a partir de muitas outras, de relações sociais que a instituem enquanto tal.

Ainda que única, essa pessoa, esse pressuposto “eu” é sempre e necessariamente marcado pelo encontro permanente com os outros presentes e infindáveis ausentes que caracterizam a coletividade anônima fundante da própria realidade. Outro distante e próximo, exterior e interior, presença constante na atividade humana que afirma a pluralidade do aparentemente uno¹.

Transformam-se, pois, com as tecnologias da informação e da comunicação, as relações entre pessoas, seja pela presença dos aparelhos de televisão que são encontrados em 98% dos lares brasileiros, ou pelos recursos da internet e suas possibilidades de comunicação: o próximo

¹ Sobre o tema ver Zanella (2005).

ZANELLA, A. V. Arte(s), Tecnologia(s), Cidade(s): Processos de Sujeição e Resistências Inventivas. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

hoje geralmente não é mais o vizinho, mas aquele que se encontra a milhares de quilômetros e que é possível contatar com a pressão de um botão on/off ou os movimentos do mouse. Distante próximo e próximo distante, sociabilidades reinventadas que se apresentam como desafios à psicologia social, que também precisa se reinventar para compreender os complexos efeitos dessas mudanças e o que anunciam tanto em termos de convivialidades como para cada pessoa em particular.

Se em relação à convivência com outros se evidenciam significativas mudanças, nem sempre consideradas nas análises psicológicas posto a defasagem das teorias de grupos, o que estas explicavam e as variadas formas com que contemporaneamente as *crews*, tribos e coletivos se configuram, também chama a atenção as modificações nas próprias pessoas e nos modos como se apresentam ao outro. Algumas mudanças são facilmente visualizadas e se fazem possíveis com intervenções de maior ou menor intensidade. Argolas a dilatar orifícios auriculares, mais e mais; peircings e tatuagens que proliferam em locais variados e reinventam o próprio corpo; cirurgias que modificam semblantes em resposta a imperativos estéticos, sejam hegemônicos ou que a estes se contrapõem; corpos esvaziados, preenchidos, modelados...

A essas transformações visíveis, somam-se outras viabilizadas pela comunicação em rede: com a mediação tecnológica é possível reinventar a si mesmo e apresentar-se a um outro via imagem modelada que pode com outro outro ser transfigurada, tantas vezes quantas se puder imaginar, em um insistente e inesgotável movimento. Processo de transfiguração de si nas relações com outros que também se transfiguram nas intrincadas e imprevisíveis vias do virtual.

“No cyberspaço nos estendemos em máscaras que nós mesmos geramos”, afirmam Bardainne e Susca (2008, p.50). Máscaras que são duplos de si e podem se multiplicar, se transformar em duplos dos duplos, e novamente se fragmentar, diluindo quaisquer resquícios de fronteiras entre o que se é e o que se pode ser. Revolução silenciosa nas

subjetividades, a afirmar a multiplicidade do eu, sua fragmentação e pulverização.

Identidade como metamorfose, identificações em curso, identidades múltiplas, constituição do sujeito, sujeito como multiplicidade, multi-divíduo²... São vários os conceitos que buscam explicitar o movimento que vem caracterizando as reflexões sobre o tema nas últimas décadas. Ao mesmo tempo, essa diversidade conceitual explicita a dificuldade de se cunhar novos e móveis conceitos que possam fazer jus à mutabilidade e diversidade das condições das pessoas que vivem nestes novos tempos, balizados pela velocidade das tecnologias da informação e da comunicação que transmutam as possibilidades afetivas, cognitivas, sensitivas e, de modo geral, as relações que pessoas instituem entre si e consigo mesmas.

Orkut, Facebook, Second Life, Club Penguin, são vários os dispositivos à disposição de internautas que se reinventam sem limites, que projetam para muitos outros e para si mesmos imagens de si a balizar as relações com as imagens de muitos outros, também reinventadas. Relações cujos efeitos são tão imprecisos quanto o são as imagens de seus protagonistas, e que, para serem compreendidas, requerem ferramentas analíticas abertas, consoantes com os próprios movimentos que analisam. Diante desse cenário, fica evidente que

(...) a tecnologia não se apresenta mais como uma mera panacéia de instrumentos para resolver problemas, absorver funções ou adaptar ambientes, assumindo ao contrário as semelhanças de uma tecnomagia apta a reunir subjetividades sociais em torno de vibrações emotivas, prazeres info-estéticos e pulsações lúdicas (Bardainne e Susca, 2008, p.51).

Suspendo neste momento a discussão sobre as tecnologias da informação e comunicação atuais, sintonizadas com o desenvolvimento

² Embora alguma consonância possa haver entre esses conceitos considerando a realidade a que se referem, há significativas diferenças que é preciso levar em conta. Os trabalhos desenvolvidos por Sawaia (1998), Hall (2004), Silva (2000), Pélbart (2003), Guareschi e Bruschi (2003), Zanella (2005), Souza Santos (2006), Canevacci (2008), entre outros, são exemplos das discussões apresentadas nesse campo.

ZANELLA, A. V. Arte(s), Tecnologia(s), Cidade(s): Processos de Sujeição e Resistências Inventivas. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

tecnológico da net, das leds, palms e outros, para chamar a atenção para tecnologias que também informam e comunicam, mas que em virtude de sua familiaridade tendemos a não considerar em sua potência inventiva.

Considerando *Techno* como arte, relembro aqui a escrita como tecnologia e sua potência na reinvenção do outro e de si:

escrever é (re)criar o vivido e, com o distanciamento possibilitado pela leitura do que se objetivou em palavras, ressignificá-lo, sempre e sempre. A escrita é assim entendida como tecnologia, como importante ferramenta que permite inscrever em um tempo e para um tempo outro um acontecimento que, uma vez objetivado em um discurso, está aberto a infinitas possibilidades de novos discursos e novos tempos (Zanella, 2008, p.34).

Escritas se inscrevem em superfícies variadas que de certo modo oferecem ao leitor algumas chaves para sua leitura. Livros, apostilas, jornais, e-books, e-mails, diários... Diferentes suportes que suportam diferenças e as apresentam a leitores que, alfabetizados para ler as estratégias estilísticas que os conotam, disponibilizam-se a estabelecer relações cognitivas, afetivas e sensíveis diferenciadas com o que nesses suportes se inscreve.

Entre a variedade do que se apresenta a leitores incautos, os graffitis, pichações, stencils e lambe-lambes se destacam: inscritos nas superfícies das cidades, nos seus interstícios, impõem aos transeuntes pautas efêmeras para leitura que transformam a paisagem urbana e que são transformadas sob o efeito do tempo e de outras inscrições que a estas venham se sobrepor. Sejam via profusão de cores e imagens, ou investindo na potencialidade estética do preto e branco, essas inscrições se espraiam pelos interstícios das cidades intempestivamente, apresentando aos transeuntes uma outra paisagem urbana.

Essas inscrições comunicam, ainda que sua potencialidade comunicativa não seja facilmente compreendida, ou até mesmo recusada. Algumas fazem uso de imagens figurativas de certo modo conhecidas, como se observa na foto 2: as mãos que seguram a caixa despejam diante do olhar incauto de quem por ali passa uma profusão de imagens sob

fundo vermelho, objetos nominados e presentes no cotidiano das pessoas.

Mas junto com essas imagens conhecidas há outras, uma mescla indescritível de branco, lilás e roxo delineada por linhas pretas sob verde que lhe serve de fundo.

Formas de difícil leitura, a compor com as demais imagens uma tessitura plural de variadas cores e formatos, que requerem dos transeuntes um esforço para a leitura que lhes atribua algum sentido. Imagem também se lê, relembra Ramalho (2007), destacando a complexidade da relação entre signo, significante e referente que nega a compreensão ligeira de imediata conexão entre um e outro. Essa discussão também é presente em Foucault (2009), no texto em que dialoga com a obra de Magritte para explicitar o jogo entre palavras e imagens e a potência da pintura em não afirmar, mas fundamentalmente provocar.



Foto 2: Graffiti em via pública da cidade de Florianópolis, SC.

Imagens como as que se observam nas fotos 1 e 2, que ao invés de afirmar provocam, vem se espalhando pelas cidades brasileiras e povoam blogs na internet, interconectando nossos artistas que inscrevem suas artes nas ruas com outros que também o fazem em espaços urbanos de países e continentes variados. Comunicação em rede que (di)funde as artes daqui com as artes de tantos outros tempos e espaços, compondo dialogicamente uma cyberpolifonia.

Mas mesmo quem não esteja antenado a essas interconexões comunicativas que transgridem limites espaço-temporais e reinventam as possibilidades estéticas dessas artes na cidade, de algum modo com estas convivem e a estas reagem. São artes que não pedem permissão, que resistem a territorializações e políticas de controle da vida. Artes profanas³ que dessacralizam os espaços privatizados da cidade e a devolvem ao uso comum, sendo nesse sentido configuradas como práticas políticas.

Essas artes irrompem intempestivamente e desnudam aos transeuntes a própria cidade como espaço de inscrição, afirmando-se como textos que requerem esforços analíticos para sua leitura. Textos que, assim como toda produção escrita, remetem a tantos outros, a palavras alheias tornadas próprias e cuja autoria, apesar de não referenciada, pode se apresentar a um leitor atento que vê, no lambe-lambe da foto 3, mais que a imagem de um homem com chapéu colada em um banco à margem da lagoa.

O chapéu desse homem que pode vir a lembrar algum personagem revela-se como o não chapéu do Pequeno Príncipe, citação homenagem a Saint-Exupéry que leva a literatura para a praça através dessa imagem/paisagem.

³ O conceito de profanação é resgatado de Giorgio Agambem (2007). Para este autor, “se consagrar (sacrare) era o termo que designava a saída das coisas da esfera do direito humano, profanar significava restitui-las ao livre uso dos homens” (p.65). A profanação “desativa os dispositivos do poder e devolve ao uso comum os espaços que ele havia confiscado” (p.68).

ZANELLA, A. V. Arte(s), Tecnologia(s), Cidade(s): Processos de Sujeição e Resistências Inventivas. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.



Foto 3: Lambe-lambe em banco na cidade de Florianópolis, SC.

A imagem que se vê na foto 3, assim como tantas outras que se espalham pelas vias das cidades, em muros, bancos, edificações, em seus interstícios, requer para sua leitura um tempo outro que não o da passagem. São inscrições urbanas que se contrapõem ao intenso fluxo da cidade renovando a paisagem e apresentando aos olhos de quem por ali transita algo a ser lido, a demandar alguma paragem. A provocar uma diminuição no ritmo frenético da urbe, ainda que por breves momentos, mas que já se fazem suficientes para que as reconheçamos como intervenção que reinventa a própria urbe, ao mesmo tempo em que reinventa àqueles que com essas escritas imagéticas se dispõem a dialogar.

Constituem-se, portanto, essas artes urbanas, profanas, potentes dispositivos que possibilitam a reinvenção das relações que as pessoas

estabelecem com a cidade. Como foco de pesquisas em psicologia social⁴⁵, por sua vez, vem possibilitando compreender a complexa trama entre objetivação estética e modos de subjetivação na urbe, trama esta que reinventa as práticas políticas e os modos de estar em relação com outros e consigo mesmo.

⁴ Pesquisas como as desenvolvidas por Furtado e Zanella (2009a; 2009b), Zanella (2009) entre outras.

ZANELLA, A. V. Arte(s), Tecnologia(s), Cidade(s): Processos de Sujeição e Resistências Inventivas. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

Referências

- AGAMBEN, G. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- AGUIAR, F.; GUIMARÃES, B. (Orgs.). *Interfaces em psicanálise e escrita*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- BAKHTIN, M. *Problemáticas da Poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BARDAINNE, C.; SUSCA, V. *Ricreazioni: galassie dell'immaginario postmoderno*. Milano/Roma: Bevivino Editore, 2008.
- CANEVACCI, Máximo. *Fetichismos Visuais: corpos erópticos e metrópole comunicacional*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- FOUCAULT, M. Isto não é um cachimbo. Em: Michel Foucault. *Estética: literatura e pintura, música e cinema. Coleção Ditos & Escritos III*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FURTADO, J. R.; ZANELLA, A.V. Graffiti e Pichação: Relações estéticas e intervenções urbanas. *Visualidades* (UFG), v. 7, p. 140-158, 2009a.
- FURTADO, J. R ; ZANELLA, A.V. . Graffiti e cidade: sentidos da intervenção urbana e o processo de constituição dos sujeitos. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, v. 9, p. p.1279-p.1302, 2009b.
- GUARESCHI, N. M. de F.; BRUSCHI, E.M.E. (Orgs.). *Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- PÉLBART, P. P. *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- RAMALHO, S. Imagem também se lê. Em: Sílvia Zanatta Da Ros; Andréa Vieira Zanella; Kátia Maheirie. (Org.). *Relações estéticas, atividade criadora e imaginação: sujeitos e/em experiência*. Florianópolis: Editora da UFSC: NUP/CED/UFSC, 2006.
- SAWAIA, B. B. A crítica ético-epistemológica da psicologia social pela questão do sujeito. *Psicologia & Sociedade*, São Paulo, v. 1, 1998.
- SILVA, T.T. (org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis/RJ: Ed.Vozes, 2000.
- SOUZA SANTOS, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

ZANELLA, A. V. Arte(s), Tecnologia(s), Cidade(s): Processos de Sujeição e Resistências Inventivas. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs.). *Psicologia Social: desafios e ações*.

VYGOTSKI, L.S. Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, XXI (71), Campinas: Papirus, 2000, p. 23-44.

ZANELLA, A. V. Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia historicocultural. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre/RS, 2005, v. 17, p. 99-104.

ZANELLA, A.V. Reflexões sobre a escrita da pesquisa como tecnologia de (re)criação de si. *Informática na educação: teoria & prática*, v. 11, p. 28-37, 2008.

ZANELLA, A. V. Arte(s), Tecnologia(s), Cidade(s): Processos de Sujeição e Resistências Inventivas. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

Capítulo 3.2

Superfícies usadas para mentir

Rafael Diehl

Esses dias comprei no supermercado um pote de queijo minas frescal que, por não conseguir visualizar seu conteúdo, coloquei no meu carrinho confiante na informação que a superfície da embalagem mostrava. Para minha surpresa e revolta, quando abri a embalagem, não se tratava de queijo minas frescal, mas de um queijo processado ao qual, entre outros ingredientes, era adicionada gelatina. Esse episódio me fez pensar no quanto estamos afastados dos processos de fabricação dos produtos que consumimos e no quanto somos dependentes das superfícies que nos informam sobre a composição de tais produtos. Existe, assim, tanto um desconhecimento sobre a fabricação e as novas técnicas desenvolvidas pela engenharia de alimentos, como uma mudança em nossa interação com tais produtos, pois o que antes servia como índice de um determinado produto, sua aparência e a certeza compartilhada sobre o modo como ele foi produzido, agora serve como embalagem e suporte para mentir sobre o conteúdo que compramos.

Essa diferença na interação com os objetos produzidos nos leva a perguntar sobre a relação entre um saber compartilhado e a técnica, pois hoje não basta que a aparência de um produto ou seu nome, que nos fazem lembrar seu sabor ou seu modo de produção, indiquem que se trata efetivamente daquele produto, pois se atentarmos para as inscrições impressas na sua embalagem podemos confirmar, se não for mentira, que foram adicionados outros ingredientes e substâncias que sequer conhecemos. Podemos identificar ao menos dois movimentos nessa relação entre saber e técnica: de um lado, temos uma modificação na valorização de procedimentos e conhecimentos técnicos, que emergem de

novos modos de organização produtiva, visando a diminuição de custos e o aumento das vendas. Por outro, temos a possibilidade de utilizar as superfícies das embalagens para informar sobre o produto apostando no total desconhecimento do consumidor e na condição de que a superfície da embalagem não coloca nenhuma limitação quanto à veracidade do que vai escrito sobre ela, a não ser que uma agência de fiscalização intervenha.

Outrora, o nome e a aparência de um produto nos davam um tipo de conhecimento sobre sua composição que estava baseado no compartilhamento de práticas e processos de produção que, geralmente, muitos haviam presenciado. O processo de fabricação de um queijo permitia que a partir de sua aparência, sua textura e seu odor, um comprador tivesse uma maior certeza da composição do produto e de sua qualidade, pois além de poder visualizar a aparência do queijo, e quem sabe prová-lo, seu conhecimento compartilhado permitia também saber que se tratava de um bom queijo para seu consumo. Com a disseminação de embalagens e processos industriais que desconhecemos, as superfícies tornam-se suporte para informações que não precisam se referir a nossa experiência comum de compartilhamento de processos de produção e, quando o fazem, muitas vezes é com o intuito de dizer que o produto é natural, apesar de, em sua composição, não constarem os ingredientes tradicionais.

Essa possibilidade das superfícies serem usadas para mentir define uma particularidade que tem implicações no fazer da psicologia social. As limitações para o que pode ser escrito numa embalagem dependem em grande parte de um contexto político, ou seja, definida a materialidade do suporte, seja um papel, um plástico ou uma lata com que é feita a embalagem, os traços inscritos podem, em termos gráficos, comunicar qualquer coisa. A limitação advém do que compartilhamos na linguagem sobre aquele produto e o gênero textual da embalagem, além das agências fiscalizadoras que precisam testar se o que é dito na superfície corresponde ao produto. A particularidade de inscrições numa superfície é

3.2 DIEHL, R. Superfícies usadas para mentir. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

a de que suas limitações gráficas e discursivas não estão relacionadas univocamente aos objetos e ações a que fazem referência, o que abre a possibilidade da mentira mas, também, da criação simbólica. Dessa forma, a coerência das superfícies que informam, como as chama Flusser (2007), depende de um consenso entre ações, técnicas e instituições que determinam, em parte, os limites do que está inscrito e seu valor comunicativo.

Interessa à psicologia social as superfícies usadas para mentir porque elas são o ponto nodal das ciências humanas pois, já que não se trata de buscar representar de maneira cada vez mais apurada os fenômenos sociais ou psíquicos, devemos trazer para o centro da cena os modos de representação. Nesse sentido, não basta apontar que o modelo da ciência moderna continua suscetível de reproduzir discursos relacionados a gênero, mérito individual ou à separação mente-corpo, mas precisamos trazer para a representação a posição encarnada do conhecer e suas consequências. Uma delas é, justamente, ter que se perguntar sobre a posição de quem está diante do quadro representativo e qual seu poder em termos enunciativos, pois nem todos as pessoas estão em condições de produzirem enunciados considerados verdadeiros. Essa condição não invalida o campo experimental, mas o subordina ao consenso entre observadores e à possibilidade de manipulação deliberada das inscrições para enganar. Isso não quer dizer que devemos assumir uma postura mais paranoica quanto aos enunciados inscritos em superfícies, mas que devemos nos perguntar sobre suas condições de produção. Dessa forma, diante do funcionamento de determinado engenho, não basta verificar se ele corresponde ao modelo abstrato representado em alguma superfície, mas verificar se todas as pessoas envolvidas tem condições de avaliar se tal engenho funciona conforme os critérios estabelecidos por um coletivo humano.

As críticas ao modelo positivista de ciência e à aplicação de modelos teóricos estranhos à realidade social brasileira estão no histórico da Abrapso e marcaram uma postura crucial em termos de questionar uma

3.2 DIEHL, R. Superfícies usadas para mentir. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

transposição de procedimentos que deixava de considerar as particularidades tanto da psicologia, como do país que habitamos. Mas essa crítica traz em consequência a colocação do método da psicologia como questionamento recorrente na área, pois mesmo a ênfase no fazer do psicólogo, como postura ética e política, não pode deixar de lado a dimensão técnica envolvida em tais fazeres. Podemos dizer que as críticas às técnicas tradicionais da psicologia levaram a um enfoque na ética e na prática implicada dos psicólogos sociais, mas esse enfoque também precisa considerar a dimensão técnica do que chamo *superfícies de inscrições*, que são as superfícies que, além de poderem ser usadas para mentir, servem para compartilhar e explicar.

É justificável o cuidado da psicologia social com um enfoque tecnicista que pode reduzir as práticas da psicologia a uma mera aplicação de um procedimento padrão, mas esse cuidado não deve evitar a dimensão técnica envolvida em qualquer atividade humana. Essa dimensão técnica fica explícita na hora de delinear um método que possa ser compartilhado por colegas de pesquisa e constituir um *corpus* de conhecimento, pois mesmo que evitemos a reprodução de procedimentos marcados discursivamente, isso não nos livra de pensar um método e as implicações técnicas decorrentes de sua aplicação. Assim, a técnica ocupa um espaço no delineamento de práticas da psicologia social de uma maneira diferenciada em relação às ciências duras, pois a função das superfícies de inscrição é distinta e coloca diferentes desafios à pesquisa.

Enquanto as ciências duras estabilizaram as condições de experimentação para testar se um modelo funciona ou não, as ciências humanas não podem se concentrar somente no funcionamento de mecanismos experimentais, pois a posição dos humanos frente aos quadros representativos, nos quais os modelos são construídos, interferem de maneira importante na configuração de tais modelos. Nesse sentido, se as inscrições numa superfície podem ser usadas para mentir, no sentido de que não coincidem com uma experiência compartilhada sobre determinada materialidade ou procedimento, elas devem ser

trazidas para o centro da questão do conhecimento e, no caso das ciências humanas, se perguntar porque qualquer um, diante de tal superfície, pode ou não mentir. Isso nos leva às condições de produção de conhecimento e à posição dos sujeitos frente a tais superfícies, no sentido de que enquanto nas ciências duras a pressuposição de um observador-padrão valida o experimento na medida em que todos os humanos possam ser observadores e aprovarem tal condição experimental, nas ciências humanas, pelo fato de os limites do objeto se misturarem com os sujeitos, nem todos podem enunciar com o mesmo grau de desprendimento e muitos, na prática, sequer podem utilizar tais superfícies. Assim, a validade do conhecimento na psicologia precisa considerar a particularidade de tais superfícies para que a dimensão técnica não fique reduzida à aplicação de procedimentos considerados independentes do campo discursivo.

Se pensamos a técnica como o saber sobre os procedimentos e materialidades com as quais trabalhamos, devemos atentar para a presença constante de inscrições em todo o trabalho de formação e ação dos psicólogos sociais. Isso leva a uma necessidade de trazer a dimensão técnica de tais superfícies para a questão do fazer. Um exemplo é o caso do uso da máquina fotográfica na pesquisa em psicologia social. Ao pensar a pesquisa, a dimensão técnica não pode se restringir aos procedimentos adotados pelo pesquisador e o contexto de consenso entre pares, mas deve inserir a dimensão técnicas das materialidades com as quais lida. No caso de usar uma máquina fotográfica, por exemplo, é necessário atentar para a particularidade das superfícies de inscrição que uma máquina pode produzir e ter em mente os programas dessa máquina, no sentido de que ela é a cristalização de gestos técnicos que funcionam sempre articulados com ações humanas. Assim, a máquina fotográfica não permite ver melhor determinado objeto de estudo, mas coloca como ponto central do conhecimento a forma como usamos representações bidimensionais para compartilhar e explicar um mundo considerado como realidade.

Nesse sentido, não basta uma pergunta sobre a ação, mas também

uma pergunta sobre a particularidade técnica das materialidades com as quais o psicólogo social trabalha. Isso tem uma importância fundamental para a pesquisa e a intervenção, pois não se trata de apenas fazer funcionar ou produzir um produto desejável, mas situar a condição técnica das superfícies relacionadas às nossas ações, pois podemos muito bem agir de acordo com nossos ideais éticos e estéticos, mas se não conseguimos nos apropriar de tais superfícies e utilizá-las como estratégia política na psicologia social não conseguiremos intervenções efetivas que considerem a particularidade das tecnologias e a dimensão do compartilhamento.

A assunção da dimensão técnica das superfícies de inscrição no fazer da psicologia social é não apenas uma resistência frente a uma concentração de poder enunciativo em determinados grupos com poder econômico, mas também uma estratégia contra a crítica superficial, que acaba por reproduzir modelos de representação quando não se pergunta sobre as materialidades efetivas com as quais se faz a crítica e, concomitantemente, se produzem modos de enunciação.

Referência

FLUSSER, V. *O mundo codificado*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

Capítulo 4.1

Por uma Psicologia do Estranho: Identidades fronteiriças, territórios marginais, vontade de poder

Aline Hernandez

Teresa Cristina Bruel dos Santos

A idéia deste ensaio é falar de uma epistemologia do estranho, do diferente, a partir de uma interlocução entre áreas das ciências humanas e sociais (psicologia, filosofia, sociologia e antropologia). O estranho será considerado aqui como um sinônimo de “minorias ativas”, conceito caro à psicologia social e que merece estudo e atenção. Assim, falaremos do estranho como possibilidade de pensar, visibilizar e lutar por uma psicologia outra. Caberá falar do polifacético que é o estranho: verbo, adjetivo, pronome, “*razão corpórea*”, pessoas e grupos estranhos que, geralmente, entram pela porta dos fundos ou nem sequer são convidados. O estranho é também o lugar estrangeiro, alvo de críticas, diagnósticos, normas, espaços circunscritos: o estranho constituído e constituinte enquanto tal. O estranho pode ser o considerado marginal, que ocupa o lugar da margem, da fronteira; pessoas, grupos, territórios ocupados por identidades fronteiriças, transitórias ou, ainda, o sujeito estranho, do território estranho, do estranho como força política, e ainda, da crise de estrangeiramentos que anestesia a psicologia no auge de uma modernidade tardia à espera de uma melhor definição. E, sem nenhuma pretensão de entendimento, mas movidas por uma necessidade pulsante e um vínculo irrevogável com o diferente abordaremos o estranho como conceito e fenômeno psicossocial.

Apontaremos o estranho que é para a psicologia falar do estranho. Uma psicologia do estranho é quase inexistente, ao menos como a

percebemos, pois há uma crise de estranhamentos/rupturas no interior da psicologia atual, esta psicologia científica tão bem constituída, tão cercada de si mesma e, muitas vezes, isolada do cotidiano. O estranho é uma provocação de estranhamentos, pois já é hora de produzir uma problematização a partir do próprio “olhar” (olhar-para-o-estranho), pois para problematizar é preciso colocar em evidência e abordar o estranho nas ciências humanas: o sujeito estranho, o território estranho, uma psicologia estranha e a possibilidade do estranho como vontade de poder e tempo de devir. Neste sentido, o estranho é entendido como argumento e instrumento político de manifestação de desejos outros, antagonismos, rupturas, resistências e existências. Para que algo exista no interior de uma ciência é preciso falar disso, deixar estes registros, pois como assegurou Barthes (1987) a linguagem não é nem libertária nem autoritária, mas fascista: obriga a dizer.

O poder/saber da psicologia social ou os saberes silenciados da psicologia

Pensar o estranho no interior da psicologia é uma necessidade de ir situando e registrando algumas ausências, vazios de conhecimento, vácuos de “psicologias” outras. Também serve para argumentar sobre uma psicologia do fora, do diferente, do *ex-cêntrico*, do estranho. Qual seria a psicologia da dissolução da essência? Qual seria este conhecimento por ser inventado? Como disse Bachelard (1996) não são as verdades, mas as perguntas que fazem a ciência funcionar, já que os conceitos, as teorias, os modelos podem ser facilmente enganosos e impedir o mergulho no mundo, esta interação radical que nos faz sentir.

Nenhuma teoria é neutra.

Detrás de cada caverna, uma caverna mais profunda ainda – um mundo mais amplo, mais estranho, mais rico, situado além da superfície, um abismo detrás de cada fundamentação (...) Toda filosofia esconde também uma filosofia; toda opinião é também um

esconderijo; toda palavra, também uma máscara” (Nietzsche).

As teorias totalizadoras sempre hierarquizam conhecimentos, ou seja, se formam e operam em favor da homogeneização.

Assim, pode-se dizer que o Funcionalismo foi muito mais perverso do que parece, imprimindo uma marca traumática ao desenvolvimento das ciências humanas mediante a visão funcional de consenso, ordenação, controle e conformidade. Este paradigma ignorou a complexidade do humano, a dinâmica da vida, seu fluxo descontínuo e suas possibilidades infinitas de construção. E foi na esteira do paradigma da mente materialista cuja idéia central era a separação, um corte radical, entre o sujeito e o mundo que Descartes inaugura a civilização racional.

Cogito ergo sum (penso, logo existo): se fosse possível localizar o nascimento preciso da era moderna seria provavelmente aqui, nessa sentença. Nenhuma outra afirmativa teve tão forte impacto sobre como nós nos compreendemos e suas consequências são imensas. A própria idéia de mente, de uma distinção entre o físico e o psíquico, como também entre a realidade interior e exterior, estão todas ligadas ao *cogito* cartesiano. A jornada cartesiana e seus principais elementos – da ansiedade da dúvida à certeza do cogito – foram tanto parte dos desafios que permearam a atmosfera cultural emergente da modernidade, como uma tentativa de localizar, dentro da mente individual, tanto o esforço necessário para ter acesso ao mundo, como o critério último que poderia confirmar a realidade desse acesso. Desde a ansiedade presente na dúvida e a certeza do cogito, até a posição de solidão e autonegação, a teoria iniciada por Descartes é mais que uma teoria do conhecimento que procura a exatidão na representação e a certeza como a base da verdade do conhecimento. Ela é também uma teoria da mente e de suas relações com o mundo. Nesse sentido, é perfeitamente compreensível que a filosofia de Descartes esteja profundamente imbricada com a história da psicologia e, em particular, da psicologia social (Marková 1983, 2004; Farr 1991). No cogito, nós encontramos as origens para todos os construtos

fundamentais que conformam nosso pensar sobre a mente para o individualismo, desincorporação e asocialidade que caracterizam o desenvolvimento hegemônico da teoria psicológica desde o século XIX até o século XX.

A separação entre conhecimento e contexto é parte do caminho que “criou” a modernidade e sua psicologia específica. A primazia da razão sobre a existência tentou, assim, derrubar as interpretações místicas do universo, mas os mistérios da humanidade seguem e seguirão em curso. O determinismo demarca suas fronteiras, bordas que separam conhecimentos, mas não existe Filosofia ou Psicologia que dêem conta da complexidade do humano e, tampouco, de seus enigmas. O humano, efêmero, sempre lhe escapa entre os dedos. O conhecimento se torna, pois mais uma invenção, ficção, conjuntos categoriais produzidos pelos sujeitos. As verdades da ciência ou as “mentiras” do conhecimento não são portos seguros. Talvez, tenhamos de pensar o humano não como centro, nem como ponto de chegada, mas como permanente ponto de partida.

Como diz Nietzsche (1998) a moral é uma semiótica, uma sintomatologia, um texto enganador que deve ser lido com cuidado, pois está cheio de armadilhas. Trata-se apenas de uma interpretação de certos fenômenos, “uma interpretação equivocada (...). O juízo moral não deve ser tomado nunca ao pé da letra (...). A moral é meramente um falar por signos, meramente uma sintomatologia”. A ciência, como já afirmamos, está impregnada de valores, crenças, modos, intenções, então, não será também: apenas “uma” interpretação de certos fenômenos, “um” falar por signos, um campo moral? Um campo minado? Uma armadilha de palavras, conceitos, teorias? A ciência, como a moral, não seria esta trama de saberes e costumes instituídos e não questionados?

Quando as tentativas de explicação do mundo partem de uma razão que vê a si mesma como o parâmetro de todo o fenômeno humano, a explicação será necessariamente parcial e limitada. O reconhecimento da

diversidade de lógicas imbricadas nas complexas redes do saber e, sobretudo, o reconhecimento da coexistência de cognições¹ diferentes (emergentes de indivíduos ou grupos) esfacelam boa parte das deformações impostas por construções eurocêntricas e nos fornecem uma concepção mais ampla de razão, uma razão capaz de estabelecer um diálogo com o “seu outro”. É preciso entender a luta da razão consigo mesma. Somente assim poderemos corrigir as limitações de perspectivas cêntricas e criar uma abordagem conceitual mais compreensiva, capaz de explicar não apenas a posição do outro, mas também a posição do centro que fala como nada mais do que aquilo que é: uma, entre as tantas posições que constituem as possibilidades de realização do humano.

Inaugurada a controvérsia, começamos afirmando que toda psicologia é social, pois os processos de conformação/subjetivação de almas acontecem num entrelugar que não é nem individual nem social, mas justo a confluência entre ambos. Este entrelugar sempre inclui o outro, os outros, os objetos, o que está aí e, ainda, o que não está. A relação, neste sentido, se dá mediante o atravessamento da “pele”, este tecido tênue que limita, mas ao mesmo tempo vincula. Neste sentido, a pele que cobre o corpo deixa de ser pensada em sua materialidade fronteiriça, já não separa instância alguma e nada preserva. A pele já não é o limite que envelopa nosso “eu”, essa instância tão “íntima”. Dentro e fora se unificam, se confundem, criam um terceiro lugar: o sujeito. O “eu” torna-se assim um só e múltiplos. Então, toda tentativa de unificar parâmetros reguladores da diversidade humana torna-se falaciosa. Donna Haraway (em Louro, 2001, p.153) questiona: “Por que nossos corpos deveriam terminar na pele? Ou por que além dos seres humanos, deveríamos considerar também como corpos, quando muito, apenas outros seres também encapsulados pela pele?”.

A psicologia se edificou mediante a lógica da deformação do

¹ Entenda-se cognição em sua complexa dimensão: lógica e afetiva (da experiência e das aprendizagens cotidianas).

humano. Seus explícitos interesses de domínio sobre o humano mediante estratégias e modos de classificação, esquadrinhamento, correção e “cura” demonstram o quanto os “saberes” de nossa área constituem poderes normativos e coercitivos. Mas o sujeito, esta terceira margem do rio² não é nem objeto, nem essência. Pensar a partir de uma diversidade de lógicas inclui pensar acerca dos inúmeros efeitos de composição, de combinação de forças e práticas que operam e conspiram na conformação dos sujeitos.

Muito embora, para que uma psicologia do cotidiano fosse validada como “científica” e alcançasse, enfim, um *status* superior dentro das ciências humanas, uma série de conhecimentos foram hierarquizados, verdades foram constituídas e, sintomaticamente, saberes foram excluídos e perguntas negligenciadas. De acordo com Deborah Britzman (1996, p.91) qualquer conhecimento já contém suas próprias ignorâncias, portanto “deveríamos pensar a ignorância não como um acidente do destino, mas um resíduo do conhecimento”. O aperfeiçoamento da psicologia “científica” decifrou as anomalias, os desvios e propôs formas validadas de correção de mentes e corpos dissidentes mediante uma excelente tecnologia, baseada na infalível normatividade biológica e no método clínico.

A psiquiatrização, a exclusão e o diagnóstico de corpos cheios de vontades, desejos, anomalias, loucuras, foram mecanismos excelentes para operar mediante a desordem perigosa que ameaça o que temos de mais humano (o delírio). Enfim, a solução (verdade) aos conflitos subjetivos estava descoberta: corpos e mentes insanos merecem ser excluídos, medicalizados, merecem correção, disciplina, homogeneização. Os sujeitos “descontínuos” e “fora da lógica”, os que não estão em consonância com os padrões culturais de uma determinada sociedade,

² A terceira margem do rio é aqui uma metáfora. Expressão retirada do título de um conto de Guimarães Rosa (1969) onde um homem escolhe (ninguém sabe bem porque) a terceira margem, ou seja, o leito do rio como lugar existencial. Ele não escolhe nenhuma das margens, mas também não está à deriva, pois acompanha o fluxo do rio. Ele é o rio que só existe pelo limite de suas margens e fronteiras.

esbarram constantemente nas versões normativas que pretendem a continuidade de versões moralistas de existências possíveis e das categorias eugenistas de normalização.

Assim, constitui-se um território estável, uma psicologia dominante acerca do “governo da conduta”. Os importantes manuais de psicologia social registram inúmeros estudos norteamericanos clássicos³, todos eles bem esquematizados e esterilizados (realizados no interior de um laboratório afastado do cotidiano). Uma vez isoladas as variáveis incômodas e fechados os espaços para pensar as formas de produção destes conhecimentos o saber científico foi sendo consumido, orientando e estabelecendo lugares e práticas: diagnósticos, procedimentos, técnicas, táticas, manicômios, consultórios, etc. O comportamento humano já podia ser governado, o governo se dava através da verdade psicológica constituída capaz de *normatizar*, evitar, prevenir⁴ o conflito e colocar na ordem.

Porém, a psicologia negligenciou a provisoriedade dos conhecimentos e esqueceu de perguntar-se: Como, por quem e para quem estes conhecimentos foram produzidos? Qual foi seu artefato fundante? Parece que o conseguido até agora está algo equivocado, atravessado de determinismos e convicções demasiado estáticas, conformistas e confusas ante a fluidez de um tempo de multivelocidades e hibridismos. Vivemos, pois há mais de um século falando “prolixamente de (nosso) próprio silêncio, obstinados em detalhar o que não dizemos, denunciando os poderes que exercemos e prometendo liberar-nos das leis que nos fazem funcionar” (Foucault 1993, p.14).

Porém, quando a ciência se materializa em “leis, ordens,

3 Estudos clássicos: Sherif (1936), Asch (1952), Milgram (1963), Tajfel (1971). O importante livro “Social Influence and Social Change” (1981) do psicólogo romeno radicado na França Serge Moscovici foi um divisor de águas neste sentido. Escrito em inglês, para que fosse lido na América do Norte, marca contrapontos interessantes e suscita uma série de indagações à forma unívoca, proclamada pelos estudos clássicos no tratamento e interpretação do poder e do status social minoritário.

4 A lógica da prevenção ainda é dominante nas práticas psicológicas atuais.

HERNANDEZ, A. e SANTOS, T. C. B. dos. Por uma Psicologia do Estranho: Identidades fronteiriças, territórios marginais, vontade de poder. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

diagnósticos” contra a loucura, a anarquia e a subversão, fala em nome de uma maioria silenciosa, indício evidente da conformidade: a sociedade global busca manter o controle, a regularidade das diversas partes que a compõem. Assim, as pessoas que não são silenciosas são desviantes, dissidentes, são as que gritam e “*martelam*” por uma idéia-divergente em meio à coletividade apaziguada. “Se tal como nos qualificam, somos estranhos ou esquisitos, pouco nos importa. É assim mesmo que nos queremos mostrar. Não se preocupem em nos integrar. Abaixo com sua tolerância paternalista e benevolente! Nós a dispensamos. Tolerância é como indulgência” (Louro em Stevens e Swain, 2008, p. 141-142). O coletivo, em todo caso, não está animado por motivações profundas de estranhamentos e mudanças; no máximo aceitará alguns “reparos” aqui e acolá para corrigir erros e excessos.

Para Nietzsche a objeção, a dissidência, a desconfiança, a vontade, são sinais de saúde e tudo o que é homogêneo e absoluto “*pertence à patologia*”. As pessoas “normais” e os comportamentos normais evocam os aspectos mecânicos e rígidos da vida, as sequências ordinárias, previsíveis, automáticas de fatos, gestos e palavras familiares. No sentido inverso, as pessoas e os comportamentos desviantes sugerem a possibilidade de desobediência, convidam à liberação dos movimentos impulsivos, corpóreos e, ainda e mais importante, dão acesso ao desconhecido, ao original, ao surpreendente. Mas, sobretudo, o que atrai no desviante se funde com o que atrai no proibido: sua força de atração.

A psicologia que “nunca” existiu ou a psicologia das minorias: o lugar do fora

Aqueles que foram vistos dançando foram julgados insanos por aqueles que não podiam escutar a música (Nietzsche)

A maioria simboliza a norma e a realidade, enquanto que a minoria

HERNANDEZ, A. e SANTOS, T. C. B. dos. Por uma Psicologia do Estranho: Identidades fronteiriças, territórios marginais, vontade de poder. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

representa a exceção, o anormal. É evidentemente uma maneira muito cômoda de dividir as pessoas de forma dicotômica.

Para que possa haver um sujeito em geral é preciso que exista algo de permanente e fixo, e também muita igualdade e analogia. Uma diversidade absoluta em mudança contínua não poderia ser sustida, não se prenderia a coisa alguma, escorreria como a chuva que cai sobre uma pedra. E sem nada de persistente não haveria nenhum espelho onde se refletissem uma justaposição e uma sucessão; o espelho pressupõe algo de permanente. Mas, então eu creio que o sujeito poderia surgir, ao mesmo tempo, que o erro que estipula a igualdade (Marques, 1989).

Então, esta forma/estratégia de apresentar as alternativas, dividir as pessoas e organizar as relações apresenta alguns problemas. O primeiro deles é que a unidade, a unanimidade, a alegre proclamação de tópicos culturais tranquilizantes, tudo serve para consolidar a tradição e a sabedoria das opções e decisões anteriores. Elas excluem a possibilidade de adotar outras regras, outras normas, que se marcarão como “bárbaras, primitivas, marginais, estrangeiras, extravagantes, delirantes”.

O segundo é que durante muito tempo se catalogou e se segue catalogando a um grande número de pessoas em categorias desviantes, tratando-os como abjetos, pior ainda, como resíduos de uma sociedade “normal”. Desde muito pouco (anos 80 do século XX) estas categorias se transformam em minorias ativas, criam movimentos coletivos ou participam de sua criação. Em outras palavras: certos grupos que eram definidos e se definiam em termos negativos e patológicos ante o código social dominante se converteram em grupos que tem seu próprio código e, além disto, propõem-no aos demais como possibilidade de mudança (Moscovici, 1981).

Neste sentido, as minorias não podem ser entendidas em termos quantitativos nem remetidas a extratos socioeconômicos específicos. A luta das minorias não é uma luta de classe, mas de redefinição de identidades, modos de vida e reconhecimentos outros. A trajetória das margens é, muitas vezes, lenta, subterrânea e silenciosa, mas é sempre uma questão de tempo. Neste sentido, a História testemunha: minorias

HERNANDEZ, A. e SANTOS, T. C. B. dos. Por uma Psicologia do Estranho: Identidades fronteiriças, territórios marginais, vontade de poder. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

consistentes podem revolucionar e inverter lógicas dominantes. Minorias são declarações de guerra, espaços de poder em tensão onde o que está em jogo é, pois, um *status* social superiorizado versus um *status* inferiorizado.

Para garantir a coerência, a solidez e a permanência da norma, são realizados investimentos – continuados, reiterativos, repetidos. Investimentos produzidos a partir de múltiplas instâncias sociais e culturais: postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia ou pelos médicos, com o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam (...). As normas regulatórias voltam-se para os corpos para indicar-lhes limites de sanidade, de legitimidade, de moralidade ou de coerência. Daí porque aqueles que escapam ou atravessam esses limites ficam marcados como corpos – e sujeitos – ilegítimos, imorais ou patológicos (Louro 2004, p.82).

Minorias enunciam o que estava silenciado, o que ninguém disse e ocupam, geralmente, aqueles lugares extra-ordinários, longe do centro, periféricos, lugares estratégicos a elas reservados por aqueles que organizam e classificam o que é normal/patológico, moral/imoral, permitido/proibido, enfim, o que cabe ou não no humano e como deve funcionar a vida social. É importante perceber que o termo inicial é hierarquicamente superior, enquanto que o outro é o seu derivado inferior, subordinado. Essa lógica pode ser abalada mediante um processo de subversão que desestabilize e desordene os pares (Derrida). Desconstruir um discurso é perturbar os termos sobre os quais o discurso se efetiva. As minorias ao se mostrarem descontentes com o disciplinamento e a normatização que lhes é imposta proclamam sua indisciplina, sua ação antinormalizadora diante de práticas discursivas que instauram saberes, que produzem “verdades”.

Numa passeata em Madrid, em comemoração ao dia oito de março de 2003 (Dia da Mulher Trabalhadora) um grupo de mulheres carregava uma faixa que dizia: “A categoria mulher não nos representa! Por uma política *queer*!”. Este enfoque questiona a idéia de que as mulheres são um “grupo natural” e ao mesmo tempo evidencia que esta categoria é uma categoria política, produto de uma relação social (Wittig em Pessah e

Castilhos, 2009). Neste caso, aquelas que resistem as marcas identitárias do feminino, desestabilizando representações e discursos minuciosamente construídos sobre seus corpos, sua aparência e funcionalidade são acusadas de não serem mulheres “verdadeiras”.

Afinal, se o corpo é materialidade biológica, como atestam os essencialistas, nada de desnaturalizações, desconstruções e ambiguidades, hibridismos. Sujeitos masculinos e femininos devem ser educados de forma a fazerem visíveis em si mesmos as marcas identitárias do masculino e do feminino. Sim, masculino e feminino no singular, pois para o essencialismo, impera o olhar universal e biologizante sobre o corpo, onde as singularidades e as diferenças são apagadas, diluídas nas suas dissonâncias” (Goellner em Stevens e Swain, 2008 p. 247).

Encontra-se nos estudos contemporâneos de gênero, oriundos da pedagogia, sociologia e da antropologia⁵ as primeiras idéias interessantes sobre o “estranho” como uma categoria política. Foram algumas ativistas feministas, autodenominadas “*queer*” que se re-apropriaram do termo que servia de insulto contra aquelas pessoas que estavam às margens da sexualidade dominante. Para as pessoas que pensam e vivem a “teoria” *queer* uma idéia é central: a identidade não é uma essência. “*Queer* que traduzo, inicialmente, por estranho ou esquisito, é também viado, bicha, sapatão. A expressão, repetida como xingamento ao longo dos anos, constituiu-se num enunciado performativo que fez e faz existir aqueles e aquelas a quem nomeia. Performativamente instituiu a posição marginalizada e execrada. A posição que teria de ser indesejada” (Louro em Steves e Swain, 2008 p. 142). A diversidade e heterogeneidade que caracteriza aqueles e aquelas que assumiram o *queer* constitui a marca de uma posição que, paradoxalmente, não pretende ser fixa. *Queer*, neste sentido, indica um movimento, uma disposição. Admite a ambiguidade, a dúvida, o não-lugar, o estar-entre.

⁵ Em muitas das bibliografias pesquisadas relacionadas à Psicologia o tratamento do “estranho” está associado a algum desvio ou patologia ou serve de adjetivo a algum comportamento inusitado dentro da escola ou ambiente social. Em alguns estudos antropológicos o estranho é tratado com exótico, algo bastante peculiar de um lugar particular/local.

Assim, o *queer* é o raro, o esquisito, o sujeito da sexualidade desviante (lésbicas, homossexuais, bissexuais, transexuais, transgêneros, *drag queens e kings*, etc.). Exatamente o que diziam aquelas ativistas: é aquilo que não cabe no conceito, que escapa ao familiar. *Queer* é um jeito de pensar e de ser que não quer o lugar do centro como espaço referencial, pois é justo o excêntrico que não deseja ser "integrado" nem "tolerado". São formas alternativas de viver a sexualidade, os gêneros, estratégias de subversão à forma compulsória e binária de estabelecer e viver a heteronormatividade. Uma expressão que reúne o conjunto das pessoas excluídas da posição sexual dominante, alvo recorrente dos questionamentos e análises desconstrutivas.

As formas "políticas" de viver o estranho são formas de produção de estranhamentos que desafiam as normas regulatórias da sociedade. Pessoas diferentes provocam, assumem o desconforto da ambiguidade, do "entre lugares". *Queer* é um corpo individual e social que incomoda, perturba, provoca e fascina. São marcas do corpo, marcas de poder.

No campo da sexualidade, operamos dentro da lógica binária e suportamos estender nosso pensamento a sujeitos e às práticas que se relacionam a esta lógica. Fora desse quadro nos deparamos com obstáculos epistemológicos muito difíceis ou quase impossíveis de ultrapassar. No entanto, se quisermos pensar *queer*, teremos de imaginar formas de atravessar esses limites (...). Isso supõe um movimento de abandono das regras da prudência, da ordem, da sensatez. Isso implica perturbar a familiaridade do pensamento e pensar fora da lógica segura (Louro, 2004, p.71-72).

A idéia central é sublinhar, aqui, a inegável existência de uma episteme da fronteira, do estranho, da minoria capaz de estranhar, problematizar e inovar mediante novos estilos de comportamento. Os sujeitos e grupos estranhos, desviantes, "marginais" são movimentos que mexem na estrutura normativa estável, desarrumam a homeostase do sistema e, paradoxalmente, lhe são necessários, já que servem para circunscrever os parâmetros e contornos dos que são "normais". A margem, apesar de estar afastada do centro é o que permite ao centro sua existência.

HERNANDEZ, A. e SANTOS, T. C. B. dos. Por uma Psicologia do Estranho: Identidades fronteiriças, territórios marginais, vontade de poder. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

Os saberes da margem ou lugares de vontade-de-poder

O estranho é outra coisa, não é o “normal”, nem o adaptado, mas a aparência/evidência de seu avesso, a ruptura com o familiar. Como uma pulsão dionisíaca o estranho cria seus próprios sentidos. As montagens fixas, os lugares estáveis, as moralidades constituintes de ideais politicamente corretos são derrubados pela força da resistência quando ela anuncia o que ninguém se atreve a dizer.

Assim, a verdade até então silenciada é enunciada/anunciada pela **vontade** dos diferentes: atitude, comportamento, estilo, criação, construção e *domínio de si*, autenticidade da vida enquanto ideal estético, pulsão corpórea, luta por afirmação, vontade autêntica de expandir a vida, capacidade de produzir sentidos novos e múltiplos. Estilo se traduz na vontade de criar, na liberdade de exercer uma relação de forças. A produção do estranho é ruptura que produz, sem dúvida, novos conhecimentos.

Questionar os processos de dominação, alargar o poder: eis o empreendimento das minorias ativas. O poder relacional está espalhado na superfície, num mesmo plano: nem margem, nem centro, mas linhas conectadas. O ponto apressado, essencial, em ação rapidamente se transforma em linha. Assim, o poder das minorias é a sua contradição, força convergente em tensão que, por si só, constitui uma forma de saber.

O que parece interessar a Nietzsche não é tanto a organização da experiência com vista à unidade e ao sistema, mas a organização da experiência com vista à tradução o mais rigorosa e o mais próxima possível desse em si, pluralidade de forças singulares inacessível, mas da qual é possível uma informação indireta. Interessa-lhe, principalmente sublinhar o caráter ficcional de todo conceito, o seu caráter essencialmente distante daquele ser que é constante mudança e indestrutível singularidade (Marques, 1989 p.55).

Acessar, decodificar e reconhecer as condições, contextos e o conhecimento produzido às margens da ciência oficial (credencial

HERNANDEZ, A. e SANTOS, T. C. B. dos. Por uma Psicologia do Estranho: Identidades fronteiriças, territórios marginais, vontade de poder. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

epistemológica) é um trabalho intelectual, reflexivo que se dá neste entrelugar, proximal, da experiência da cotidiana em si.

Ousarei me opor a uma imprópria e funesta inversão hierárquica que, de modo totalmente despercebido e como que de consciência tranquila, ameaça hoje estabelecer-se entre a ciência e a filosofia. Acho que apenas a partir da experiência (...) adquirimos o direito de opinar sobre essa elevada questão da hierarquia: de outro modo se falará das cores como um cego (...) (Nietzsche, 2005, p. 93).

Neste sentido, empreender um esforço dialógico a fim de localizar o saber produzido nas margens é vontade intencional, talvez um antídoto à paralisia da vontade: onde não se encontra hoje esse aleijão? E com frequência enfeitado! Sedutoramente enfeitado! Para se engalanar e enganar, essa doença dispõe dos mais belos trajes; e a maior parte, por exemplo, daquilo que hoje se expõe nas vitrines como “objetividade”, “cientificidade” (Nietzsche, 2005, p.100).

Uma vontade de saber é, também, uma vontade de poder/querer. Como força dionisiaca, talvez embriagada, mas visceral e pulsante, esta vontade permite questionar, duvidar das lógicas hegemônicas cristalizadas em constituições e ladainhas morais que negam a vida. Dar a conhecer o estranho é, neste sentido, trabalho intelectual orgânico e força vital, autodeterminação. Esta vontade/desejo caminha na contramão da razão científica moderna que desperdiça a experiência, pois seu projeto impede a emergência de inúmeras outras formas de experiências incompatíveis com a idéia de tempo linear e desenvolvimento progressivo. Mas, resistir é, neste sentido, capacidade de existir/sobreviver, suportar o contraponto, considerando esta multiplicidade de forças que combatem umas às outras. “Certamente, trago em mim uma força invulnerável, incoercível, capaz de fazer estalar rochedos; é o meu querer. Ele avança em silêncio, imutável ao longo dos anos” (Nietzsche, 2002).

Se o jargão de nossos tempos – pós-modernidade, pós-colonialidade, pós-feminismo – tem algum significado, este não está no uso popular do “pós” para indicar sequencialidade (...) Esses termos que apontam insistentemente para o além só poderão incorporar a energia inquieta e revisionária deste se transformarem o presente em um lugar expandido de **experiência e aquisição de poder**. Por exemplo, se o interesse no pós-modernismo limitar-se a

uma celebração da fragmentação das “grandes narrativas” do racionalismo pós-iluminista, então, apesar de toda sua efervescência intelectual, ele permanecerá um empreendimento profundamente provinciano. A significação mais ampla da condição pós-moderna reside na consciência de que os “limites” epistemológicos daquelas idéias etnocêntricas são também as fronteiras enunciativas de uma gama de outras vozes e histórias dissonantes, até dissidentes – mulheres, colonizados, grupos minoritários, os portadores de sexualidades policiadas [...] É nesse sentido que a **fronteira se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente** em um movimento não dissimilar ao da articulação ambulante, ambivalente, do além (Bhaba, 1998, p.23-24 – o grifo é nosso).

Só as idéias e os fatos que se apóiam numa percepção e sensibilidade renovadas podem nos levar a compreender verdadeiramente e valorizar nosso conhecimento, nossa vida. Uma psicologia contemporânea efetivamente preocupada com a defesa de uma existência íntegra que minimize o sofrimento psíquico assume, como inevitável, o surgimento de novos problemas, novos atores, novos projetos e novas formas de ação, enfim, o surgimento emergente de uma epistemologia do “fora”, do lado de lá, avesso aos esquadrinhamentos de ordem simbólica e material. Pois “no mundo social, fora do laboratório, existem inovações, há revoluções, há lutas simbólicas entre maiorias e minorias, etc. E não conheço ninguém que possa realizar a proeza intelectual de demonstrar que inovar, lutar, etc. se reduz a mesma estrutura de respeitar a ordem, manter a uniformidade de condutas e opiniões” (Moscovici, 1981).

Cabe à psicologia atual desconstruir algumas categorias por ela criadas, além de inventar “instrumentos de tradução” (Santos, 2002) que permitam a emergência e visibilidade de formas de saber consideradas inexistentes (por invisíveis que são), mas intrínsecas à existência humana: formas de produção da diferença.

O mundo tornou-se novamente “infinito” para nós: na medida em que não podemos rejeitar a possibilidade de que ele encerre infinitas interpretações (...). Ah, estão incluídas demasiadas possibilidades não divinas de interpretação nesse desconhecido, demasiada diabrura, estupidez, tolice de interpretação – a nossa própria humana, demasiado humana (Nietzsche, 2001 p. 278 – aforismo 374).

Localizar o “saber do fora” é uma pretensão de descolonizar uma parcela de saber/poder considerando os sujeitos diferentes como produtores de racionalidades e subjetividades e não mais como meros objetos de estudo. É preciso, como o *queer*, inverter a lógica, os valores (transvalorar) e operar a partir de um trabalho intelectual que também é político, lugar de tensão e dissenso. Como diz Nietzsche (2007) em “O Anticristo”:

ouvidos novos para uma música nova. Olhos novos para o mais longínquo. Uma consciência nova para verdades que até agora permanecem mudas. E a vontade de economia de grande estilo: guardar unida a força própria, o entusiasmo próprio. O respeito a si mesmo; o amor a si mesmo; a liberdade incondicional frente a si próprio.

Animadas pela vontade seguiremos nosso empreendimento: não abriremos mão da vontade de pensar nem do direito de duvidar.

Diante da escassez de palavras...

Longe de pretender formular uma teoria ou epistemologia do estranho, tarefa que carece ainda de muito estudo e pesquisa este ensaio é um esforço intelectual de resistência e subversão ante os modelos simplificadores do humano e sua capacidade potencial de expansão. Preocupa-nos, ainda, a expressão de uma psicologia necessária, urgente do “espaço proximal”, uma psicologia da hibridização entre a rigorosa epistemologia da ciência moderna e as formas parciais e distintas de conhecimento, cujo trabalho teórico e epistemológico subverta certos conceitos e sistemas teóricos “colonizadores”. Falamos, pois de uma ruptura epistemológica que tensione os limites de epistemes dominantes a partir do interior da própria psicologia, das ciências humanas que reproduzem em suas interpretações e conceitualizações as hierarquizações e domínios do mundo moderno/colonial. Tão importante quanto questionar porque um saber se constitui é questionar porque outro não se constitui. Não sejamos ingênuos/as: ali onde existem saberes silenciados

HERNANDEZ, A. e SANTOS, T. C. B. dos. Por uma Psicologia do Estranho: Identidades fronteiriças, territórios marginais, vontade de poder. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

existem poderes silenciando-os. Como este ensaio, todo conhecimento é incompleto, parcial, perspectivista. Não existe uma leitura neutra, um sentido único. Nada na ciência é final e definitivo.

Referências

- BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAHBA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BARTHES, R. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1987.
- FARR, R. *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FOUCAULT, M. (1993). *A história da sexualidade 1: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- LOURO, G. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.
- LOURO, G. *Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2004.
- MARQUES, A. *Sujeito e perspectivismo*. Trad. Rafael Gomes Filipe. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.
- MARKOVÁ, I. *Paradigms, Thought and Language*. Chichester: John Wiley & Sons, 1983.
- MOSCOVICI, S. *Psicología de las minorias activas*. Madrid: Ed. Morata, 1981.
- NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal. Prelúdio a uma filosofia do futuro*. Trad. Paulo César de Souza. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia de bolso, 2005. NIETZSCHE, F. *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- NIETZSCHE, F. *Ecce Homo: como alguém se torna o que é*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NIETZSCHE, F. *O anticristo e ditirambos de Dionísio*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- NIETZSCHE, F. *Gaia ciência*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NIETZSCHE, F. *Assim falava Zaratustra. Um livro para todos e para ninguém*. www.eBooksBrasil.org - Digitalização de edição em papel, 2002.
- SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v.63, 2002.

Capítulo 4.2
Psicologia, Diversidade Sexual e Políticas Públicas de
Educação:
um novo dispositivo da sexualidade?

Henrique Caetano Nardi

Este texto tem por objetivo apresentar de forma breve uma análise dos avanços e impasses nas formas de incorporação da dimensão da diversidade sexual nas políticas públicas de educação no Brasil e no cenário internacional. A Psicologia, como disciplina e como campo de produção científica, se faz presente de forma paradoxal¹ no jogo de verdades² contemporâneo. No que tange à produção acadêmica brasileira utilizada como base de sustentação às políticas públicas neste campo, a antropologia e a educação tem uma presença maior e podemos mesmo afirmar que existe

¹ Ao utilizar o termo paradoxal, remetemos à ideia de uma tensão interna à Psicologia, a qual é marcada por uma disputa entre enunciados que reforçam a hierarquia das sexualidades, a divisão do normal-patológico e um caráter de verdade essencializada sobre o sujeito identificável a partir das expressões da sexualidade e que caracteriza a hegemonia das práticas (uma clínica centrada na sexualidade e nas práticas divisórias, por exemplo) e uma posição de parte do meio acadêmico e institucional (posição do Conselho Federal de Psicologia e determinados Núcleos de Pesquisa, por exemplo) que defende a liberdade de exercício da sexualidade e busca compreender as sexualidades no contexto histórico e social de sua produção. No que se refere às publicações recentes no campo da Psicologia, destacamos o dossiê sobre Homofobia e Educação da Revista de Psicologia Política (vol. 8(16) de 2008) e o dossiê Psicologia e Sexualidade no século XXI da Revista Estudos em Psicologia (vol. 13(4) de 2008).

² Por jogo de verdades entendemos a maneira como os saberes se legitimam como verdadeiros a partir das suas formas de enunciação, dos seus suportes materiais e institucionais, dos procedimentos para sua explicitação e do seu engate nas redes enunciativas (Foucault, 1994a).

uma resistência política e acadêmica à presença da psicologia em razão da heteronormatividade³ que marcou e ainda marca a constituição da disciplina no que diz respeito à normalização das formas de exercício da sexualidade.

As conclusões das pesquisas⁴ que temos desenvolvido no Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX-UFRGS) indicam que as políticas de educação que anunciam uma educação não discriminatória nas sociedades ocidentais democráticas e laicas são recentes e derivam das ações dos movimentos sociais dos últimos 40 anos, os quais conquistaram legitimidade política na relação com os governos democráticos, muitas vezes se associando às esferas institucionais em alianças para o desenvolvimento das ações (Nardi, 2008; Nardi e Quartiero, 2008). Embora a visibilidade seja crescente, o preço da conquista de legitimidade dos movimentos LGBTT⁵ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis) remete para os riscos de uma nova normalização identitária (Butler, 2004). No Brasil e no cenário internacional ocidental, encontramos impasses para a implantação de programas educacionais, os quais invariavelmente se deparam com a inexistência/déficit de formação de professoras e professores e com o preconceito que se articula com questões relativas à religião, à classe

³ Por heteronormatividade entendemos a forma como a heterossexualidade se impõe como a norma a partir da qual as outras expressões da sexualidade são julgadas e hierarquizadas.

⁴ Agradecemos ao CNPQ e à SEDH pelo suporte financeiro que tem garantido as atividades do Núcleo.

⁵ Trata-se de uma sigla com diversas versões (podendo incluir transgêneros, intersexuais e o termo *queer*) e que, se por um lado marca a diversidade da sexualidade e das expressões ou identidades de gênero, por outro, demonstra a dificuldade de caracterizar este campo a partir de referentes identitários, pois sempre existem adendos ou exceções à lista de letras que compõem a sigla. Estaríamos aqui tentando classificar o que Deleuze e Guattari (2010[1972]) nomearam como os “n” sexos/sexualidades possíveis da experiência humana.

NARDI, H. C. Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

social, à racialização⁶ das relações sociais e a uma estrutura e dinâmicas sociais constituídas a partir da heteronormatividade.

Em face destas conclusões apresentamos a seguir a hipótese de uma flexão/transformação do dispositivo⁷ da sexualidade tal como descrito por Michel Foucault (Foucault, 1976). Esta transformação indicaria a possibilidade da legitimação de ações que buscam reverter o preconceito e a discriminação associados à diversidade sexual e de gênero no campo das políticas públicas de educação.

Vivemos uma nova apresentação do dispositivo da sexualidade? O jogo de verdades contemporâneo

Podemos afirmar de forma sintética (Nardi, 2008) que as condições contemporâneas para a emergência da inclusão de um debate em torno da diversidade sexual na educação (no contexto brasileiro) estão associadas à ação dos movimentos sociais LGBTT que nasceram ou renasceram no Brasil⁸ no final da década de 1980 em relação direta ou indireta com a epidemia da aids e com a redemocratização do país. O Programa Brasileiro de combate à aids emerge no mesmo ambiente que alimenta o contexto institucional idealizado pela constituição de 1988 (dita cidadã), cujo marco para as políticas públicas foi a criação do SUS (Sistema Único de Saúde) e a universalização do direito à atenção.

⁶ Por racialização entendemos com Fassin (2006), a reificação dos sujeitos a partir de uma matriz racial, isto é, a redução das possibilidades de inserção nas redes sociais a partir de uma marca originada de sua cor ou origem.

⁷ “Um conjunto heterogêneo, comportando discursos, instituições, conjuntos arquiteturais, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, enfim: o dito como o não dito (...) o dispositivo, nele mesmo, é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (Foucault, 1994c, p. 299).

⁸ Podemos situar esta emergência no final dos anos 1960 nos EUA, França e outros países do mundo industrializado.

Neste cenário social e político, a ação dos movimentos sociais foi fundamental para reverter a lógica estigmatizante dos chamados “grupos de risco” na primeira fase da epidemia. Esta reação demonstrou a necessidade de abertura do diálogo público sobre a diversidade sexual como forma de combate à epidemia que se alastrava para muito além dos denominados grupos e que fez com que a sexualidade entrasse no debate político de uma forma distinta daquela da patologização/categorização que marcou a afirmação do dispositivo da sexualidade a partir do século XIX (Foucault, 1976).

A aids permitiu que se discutisse a pluralidade das expressões da sexualidade, pois a epidemia foi enfrentada pelos movimentos sociais que assumiram um papel fundamental na definição das políticas públicas e, de certa forma, fizeram com se retomassem discussões originadas na revolução sexual dos anos 1960⁹. A luta pela afirmação do direito a uma “sexualidade plena” defendida pelo feminismo e a defesa do direito a uma homossexualidade vivida fora do armário defendida pelo movimento LGBTT¹⁰ caracterizaram os embates internos relativos às formas de luta contra a epidemia. No campo da saúde mental, temos como marcas das transformações neste campo a retirada da homossexualidade da lista das patologias mentais pela Associação Psiquiátrica Americana em 1973 (fruto da conjugação de esforços de cunho científico internos à associação e dos movimentos sociais) e pela Organização Mundial da Saúde em 17/05/1990. Dia este que se tornou, a partir de 2005, por iniciativa da ONG IDAHO - *International Day Against Homophobia* - a data que marca a luta mundial

⁹ E também em uma fase anterior, durante a chamada “belle époque” para alguns e “anos loucos” para outros, na década de 1920, até que a onda fascista dos anos 1930 e a moralização posterior à II guerra mundial encerrassem momentaneamente este debate.

¹⁰ O qual tem como marco histórico a resistência emblemática dos freqüentadores do bar Stonewall em Nova Iorque a mais uma incursão da polícia em 1969 e cuja data é comemorada em boa parte do mundo por ocasião das paradas “gay”.

NARDI, H. C. Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

contra a homofobia. No Brasil, cabe ressaltar a decisão do Conselho Federal de Psicologia de condenar tratamentos que prometem a “cura” da homossexualidade.

A aceitação legal da diversidade sexual e da afirmação dos direitos sexuais (Rios, 2006) tem avançado no contexto brasileiro, mais por meio da jurisprudência (reconhecimento do direito à pensão e à adoção por casais do mesmo sexo, etc.) e por ações do executivo mais que na esfera legislativa. Assim, em 2004 o governo brasileiro lançou o programa “Brasil sem Homofobia¹¹” do qual fazem parte ações no campo do direito e da educação, principalmente, e que buscam a afirmação da igualdade de direitos e a proteção das minorias sexuais contra efeitos do preconceito e do estigma. Na continuidade deste movimento de legitimação, em 2008, o Governo Lula convoca a I Conferência GLBT, e, em 2009, lança o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e de Direitos Humanos LGBT. Além desta ação no plano do executivo, em 2009 a Câmara dos Deputados promove uma Audiência Pública sobre a Homofobia nas Escolas e publica o conteúdo dos debates em 2010. Neste mesmo ano o Senado também convoca uma audiência. O MEC tem financiado projetos de formação de professores/as (47 projetos no período 2005-2008) e tem publicado materiais e livros, dentre os quais destacamos a coletânea “Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas” (Junqueira, 2009). Destacamos ainda a inclusão da temática na Conferência Nacional de Educação Básica e na Conferência Nacional de Educação¹². No cenário

¹¹ O nome completo do programa é “Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual”, podemos bem ver como a questão da “democracia sexual” se insere no programa governamental.

¹² Destacamos a seguir as metas e objetivos do Plano Nacional LGBT e das Conferências Nacionais de Educação e de Educação Básica:

- Plano Nacional LGBT: Produzir, apoiar e divulgar pesquisas que analisem concepções pedagógicas, currículos, rotinas, atitudes e práticas adotadas no

NARDI, H. C. Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

Internacional podemos destacar a publicação dos Princípios de Yogyakarta em 2007, documento que busca balizar a legislação internacional de direitos humanos em relação a sexualidade e identidade de gênero e a realização do Colóquio Internacional “Homofobia e Educação, uma forma de discriminação no sistema educativo: estado da arte, ações e suportes de ações”, realizado em Besançon na França com a participação de pesquisadores e militantes de 17 países.

ambiente escolar diante da diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero, para contribuir para a implementação de políticas educacionais voltadas para a superação do preconceito, da discriminação e da violência sexista e homofóbica; Estruturar metodologia que permita categorizar as questões de orientação sexual e identidade de gênero no sistema de coletas de dados educacionais, para o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas de educação, incluindo indicadores de violência por motivo de orientação sexual e de identidade de gênero.

- Conferência Nacional de Educação: Ampliar os editais voltados para a pesquisa de gênero, incluindo neles a discussão da diversidade e orientação sexual, e dotando-os de mais financiamento. Estimular, no contexto das ações didático-metodológicas das instituições escolares, o uso dos instrumentos de direito que tenham como foco a questão de gênero e diversidade sexual; Estimular, junto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a criação de linha de pesquisa, voltada para as temáticas de gênero e diversidade sexual, nos cursos de pós-graduação do Brasil; Incluir nos levantamentos de dados e censos escolares informações sobre evasão escolar causada por homofobia, racismo, sexismo e outras formas de discriminação individual e social.

- Conferência Nacional de Educação Básica: Quanto à diversidade sexual, as políticas de inclusão e diversidade na educação básica deverão: 1. Realizar constantemente a análise de livros didáticos e paradidáticos utilizados nas escolas - conteúdos e imagens, para evitar as discriminações de gênero e de diversidade sexual e, quando isso for constatado, retirá-los de circulação; 2. Desenvolver e ampliar programas de formação inicial e continuada em sexualidade e diversidade, visando a superar preconceitos, discriminação, violência sexista e homofóbica no ambiente escolar, e assegurar que a escola seja um espaço pedagógico, livre e seguro para todos/todas, garantindo a inclusão e a qualidade de vida; 3. Rever e implementar diretrizes, legislações e medidas administrativas para os sistemas de ensino promoverem a cultura do reconhecimento da diversidade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual no cotidiano escolar; 4. Garantir que a produção de todo e qualquer material didático-pedagógico incorpore a categoria “gênero” como instrumento de análise, e que não se utilize de linguagem sexista, homofóbica e discriminatória; 5. Inserir os estudos de gênero e diversidade sexual no currículo das licenciaturas.

NARDI, H. C. Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

Do ponto de vista da sustentação teórica destas transformações discursivo-políticas, os saberes associados ao campo da Psicologia também estão presentes, mesmo que os saberes oriundos da Antropologia, Sociologia e Educação tenham maior influência pelas razões já apontadas na primeira parte deste texto. O “aval” da Psicologia se faz presente no que diz respeito às questões relativas aos limites e definições do normal e do patológico referentes à diversidade de expressões da sexualidade; assim como na argumentação a favor ou contrária à igualdade de direitos no que diz respeito à legitimidade de casais do mesmo sexo para adotar crianças ou para fazer uso da reprodução assistida (Uziel, 2006; Zambrano, 2006). Embora, como assinalamos anteriormente, a dimensão da diversidade sexual e de gênero se trata se uma questão de disputa no interior do campo.

O campo discursivo no qual se situam os programas, os projetos e ações que buscam incluir o debate em torno da diversidade sexual na escola é amplo e interdisciplinar, além de ser marcado por uma produção de pesquisa explicitamente politizada. Parte importante dos autores deste campo assume uma postura ao mesmo tempo acadêmica e militante. Poderíamos compreender esta postura no sentido de Foucault, ou seja, uma postura intelectual que se propõe a apontar os riscos do presente e de se mobilizar para agir sobre a dinâmica social estabelecendo parcerias com os movimentos sociais, assim como institucionais, encontrando aliados no seio do governo. Muitos dos conceitos criados no interior deste campo se construíram em oposição e/ou conjugados aos enunciados que marcaram a emergência do dispositivo da sexualidade e sua lógica classificatória e normalizadora.

É no interior deste jogo de verdades - que por uma via instaura a igualdade de direitos na abstração “neutra” (o que equivale, na sociedade contemporânea, à imposição das formas consagradas da dominação masculina e da heteronormatividade) e, pela outra, que busca a igualdade de

NARDI, H. C. Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

direitos respeitando as diferenças - que se dão os embates em torno da introdução de programas de educação para a sexualidade que contemplem a diversidade sexual.

Butler sugere que a construção no espaço público da legitimidade de um saber que integre a diversidade sexual em nossas culturas pode nos ajudar a ultrapassar o modo de assujeitamento melancólico de incorporação da homossexualidade. Ela afirma que:

quando certos tipos de perdas são constrangidos por um conjunto de interditos culturalmente prevalentes, nós podemos esperar a emergência de uma forma de melancolia culturalmente prevalente que marca a interiorização do luto ausente e a impossível ligação homossexual. E lá, onde não existe nem reconhecimento, nem público suscetível de nomear e portar tal luto, a melancolia produz graves conseqüências culturais. Não nos espantemos, evidentemente, do fato de que quanto mais a identificação masculina é hiperbólica e defensiva, mais violenta é a ligação homossexual privada do luto. Neste sentido, nós podemos compreender tanto a 'masculinidade' como a 'feminilidade' como sendo formadas e consolidadas por meio de identificações que derivam em parte de um luto negado. Quando o interdito da homossexualidade é culturalmente dominante, a 'perda' do amor homossexual é apagada do fato de um interdito reiterado e ritualizado em toda a cultura (Butler, 2002, p. 208-9).

Se seguirmos a análise de Butler, podemos afirmar que a partir do momento que o não reconhecimento do sofrimento dos jovens LGBTTT na escola (e para além dela) deriva deste interdito cultural; no momento em que as políticas públicas reconhecem a homofobia/heterossexismo como fonte deste sofrimento culturalmente negado, podemos vislumbrar a emergência de condições sociais para a afirmação do que Didier Fassin (2005) chamou da biolegitimidade¹³ de um grupo face à intervenção protetora das instituições públicas.

¹³ Para Didier Fassin (2005), a biolegitimidade é o reconhecimento político do corpo e das origens do sofrimento a ele associado. Este reconhecimento social permite ultrapassar as fronteiras do físico e do psíquico assim como do sanitário e do social.

A explosão discursiva que marca o dispositivo da sexualidade na modernidade produziu uma série de conceitos que transformaram práticas em identidades, a partir de um esquadramento que traçou as linhas divisórias do normal e do patológico. A psicologia como discurso e como disciplina nasceu de fontes que constituíram o dispositivo por ocasião de sua emergência e, a partir de sua dinâmica interna, a própria disciplina passa a compor o dispositivo. Objeto privilegiado do dispositivo, a sexualidade também se torna objeto privilegiado da Psicologia. No decorrer do século XX vimos que, a partir dos termos que inicialmente designavam patologias, emergiram formas identitárias binárias. Assim, o termo homossexualidade passou a identificar certa “identidade homossexual”, o termo produziu seu oposto ao nomear *a posteriori* “o sujeito heterossexual” e, neste jogo no qual os discursos constituem os objetos dos quais falamos, fomos colocados frente a definições que nos interpelam: “ser homossexual” (o que implica em assumir *o que se é*) ou “ser heterossexual” (que é dado como pressuposto), sendo a bissexualidade (uma oscilação presa a binariedade) mantida como objeto de suspeita de todos/as aqueles/as que se identificam com estas categorias pólo (homo ou hetero).

Com a emergência da democracia sexual (Fassin, 2006) – a qual pode ser entendida como efeito político da pressão dos movimentos sociais pelo direito à livre expressão da sexualidade e que ganhou força institucional após a epidemia da aids ao buscar a igualdade de direitos independente da posição dos sujeitos no espectro da diversidade sexual ou de gênero – vemos uma tentativa de flexão da ação do dispositivo com o surgimento de termos que denunciam a opressão da lógica binária e seus efeitos políticos e de sofrimento psíquico. Estes termos são marcados por uma origem/sentido de caráter psicológico.

O termo homofobia foi inicialmente usado pelo psicólogo George

NARDI, H. C. Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

Weinberg e adquiriu notoriedade após ser citado na revista *Time* em 1969 (portanto, no mesmo ano da revolta de Stonewall em Nova Iorque), o conceito foi retomado no seu livro *Society and the Healthy Homosexual* de 1972. O termo designa o medo irracional da homossexualidade que produz reações irracionais e o desejo de destruir o estímulo da fobia ou tudo que possa se relacionar a ela. Hoje o termo tem definições e usos múltiplos, podendo significar medo, aversão, discriminação, preconceito, etc. Daniel Borillo (2000), por exemplo, com já afirmamos, define homofobia como uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal. Estamos aqui distantes, portanto, da definição clássica de fobia. Uma das críticas ao termo é de que ele pode dar a entender que a ação discriminatória ou a violência contra homossexuais (o termo também instituiu variantes que incluem a longa versão das siglas do campo como, por exemplo, LGBTTFobia) seja derivada de um impulso irracional que se situa no campo da psicopatologia individual e não um preconceito reiterado socialmente (Herek, 2004). O termo que se apresenta como substituto ou complemento à homofobia é “heterossexismo”. Este deriva de sexismo (associado na sua origem à perspectiva feminista) e implica na concepção essencialista/naturalizada de que a heterossexualidade é superior do ponto de vista social, moral e do desenvolvimento psicológico às outras formas de expressão da sexualidade, pois a masculinidade e a feminilidade seriam necessariamente complementares. O heterossexismo seria a explicação e a base para uma estrutura e dinâmica sociais que privilegiam a heterossexualidade do ponto de vista institucional e político.

Neste jogo discursivo é importante compreender a linha divisória nos argumentos que parecem ser centrais no debate político em torno da democracia sexual e das ações de “combate à homofobia” na educação. Um deles se refere à igualdade de direitos e, vai buscar a extensão dos direitos

até agora restritos à família composta por um casal de sexos distintos (em nome do desenvolvimento normal da criança, por exemplo, no caso da adoção). Cabe salientar que para a construção da igualdade de direitos foi fundamental a retirada da homossexualidade do campo da patologia (o que não é o caso da transexualidade). O outro argumento se refere ao sofrimento psíquico associado à homofobia que se evidencia por altas taxas de suicídio em jovens homossexuais e por comportamentos de risco (sexo não protegido, abuso de álcool e drogas, etc.) que estariam relacionados ao preconceito derivado da homofobia e da falta de modelos identificatórios positivos presentes na escola e na mídia (Verdier e Firdion, 2003; Hershberger e D'Augelli, 1995; Savin-Williams, 1994). A referência permanente às taxas elevadas de suicídio nos jovens e dos comportamentos de risco serve de argumento central para as demandas feitas aos governos de diversos países. Entretanto, cabe salientar que mesmo que estes dados e esta constatação sejam importantes como alerta e como estratégia de convencimento das instituições públicas, a reiteração de um discurso psico-medicalizado pode contribuir para uma imagem estigmatizada da juventude LGBTT, como já advertiu Mayberry (2006).

Nos argumentos que denunciam os efeitos deletérios do preconceito e da hostilidade contra a sexualidade não-heterossexual e a não conformidade de gênero, os saberes ligados à Psicologia são invocados. Entretanto, não se deve esquecer que neste jogo de verdades no qual a construção da legitimidade é uma disputa permanente, existem contra-argumentos, também derivados do campo da Psicologia e que fazem alusão a uma perspectiva essencialista dos comportamentos e das identidades de gênero e sexuais, que justificam uma hierarquização entre as sexualidades e sua patologização e restrição de direitos (Marques, 2010).

NARDI, H. C. Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

Breve nota final

Sucintamente podemos resumir o embate discursivo presente neste momento que estamos identificando como de transformação do dispositivo da sexualidade a partir do reconhecimento e legitimidade dos direitos sexuais como direitos humanos e de uma transformação da legitimidade moral e científica no campo institucional. Neste novo jogo os termos pecado, doença, comportamento contra-natureza, inversão, imoralidade, abominação para se referir à diversidade sexual e de identidade de gênero são excluídos do campo da ciência e dos discursos governamentais e os termos homofobia, direitos sexuais, direitos humanos, heterossexismo, heteronormatividade são introduzidos como recursos discursivos para a reversão das práticas de discriminação e preconceito. Ou seja, as formas de desqualificação das sexualidades não heterossexuais que nutriam a rede enunciativa que circulava no interior do dispositivo de forma legitimada até os anos 1960/1970 são alteradas com a introdução de termos e conceitos que denunciam os efeitos do preconceito baseado nas práticas divisórias que alimentavam o preconceito e a discriminação.

Entretanto, o campo de disputas está aberto, nas eleições presidenciais de 2010, pudemos ver o recrudescimento do discurso religioso conservador e a impossibilidade de afirmação do Estado Laico nos discursos de campanha. Vimos também o crescimento em 65% da bancada evangélica no Congresso Nacional. Estas são ameaças que não devem ser negligenciadas para o avanço das políticas que reconhecem a igualdade de direitos e para a sobrevivência da democracia. Cabe lembrar que a separação do Estado e da Religião é condição fundamental para as possibilidades do exercício da democracia nas disputas de legitimação em torno das possibilidades de viver em liberdade com respeito à diversidade que constitui o humano. Não

NARDI, H. C. Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

esqueçamos: ciência é debate, política é debate, religião é dogma!

Referências

- ABRAMOVAY, M; CUNHA, C. e CALAF, P. P. *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Brasília: RITLA/Sec. Educação Distrito Federal, 2009.
- ARÁN, M. e CORRÊA, M. V. Sexualidade e Política na Cultura Contemporânea: o reconhecimento social e jurídico do casal homossexual. *Physis*, 14 (2): 329-341, 2004.
- BORILLO, D. *L'homophobie. Que sais je?* Paris: PUF, 2000.
- BRITZMAN, B. P. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. *Educação & Realidade*, 21(1): 71-96, 1996.
- BUTLER, J. *Undoing Gender*. New York, Routledge, 2004.
- BUTLER, J. Le genre de la mélancolie/l'identification refusée. In : *La vie psychique du pouvoir : l'assujettissement en théories*. Paris: Ed. Leon Scherer, 2002.
- DALEY, A. et al. Traversing the margins: intersectionalities in the bullying of lesbian, gay, bisexual and transgender youth. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, Vol. 19(3/4): 9-30, 2007.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 2010 [1972].
- FIPE. *Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar*. São Paulo/Brasília: MEC/INEP, 2009.
- DORAIS, M. e VERDIER, E. *Petit manuel de gayrilla, ou comme lutter contre l'homophobie au quotidien*. Paris : H&O Ed., 2005.
- FASSIN, D. Biopouvoir ou Biolégitimité: splendeurs et misères de la santé publique. In: GRANJON, M.C. (org) *Penser avec Michel Foucault : théories critiques et pratiques politiques*. Paris: Karthala, 2005.
- FASSIN, D. Nommer, interpréter. Le sens commun de la question sociale. In: FASSIN, D. e FASSIN, E. (org.) (2006). *De la question sociale à la question raciale: représenter la société française*. Paris: La Découverte.
- FASSIN, E. La démocratie sexuelle et le conflit des civilisations. *Multitudes* 26 :123-131, 2006.
- FASSIN, E. Genre et Sexualité. In: GRANJON, M.C. (org) *Penser avec Michel Foucault : théories critiques et pratiques politiques*. Paris, Karthala, 2005b.
- FOUCAULT, M. Entretien avec Michel Foucault. In: FOUCAULT, M. *Dits et Ecrits*, Vol. IV. Paris : Gallimard.1994.
-
- NARDI, H. C. Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

- FOUCAULT, M. *Histoire de La Sexualité I: la volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Rosa Luxemburg Stiftung, 2008.
- HEREK, G.M. Beyond "homophobia": Thinking about sexual stigma and prejudice in the twenty-first century. *Sexuality Research and Social Policy*, 1(2), 6-24. 2004.
- HEREK, G.M. The context of anti-gay violence: notes on cultural and psychological heterosexism. *Journal of interpersonal violence*, (5): 316-333, 1990.
- HERSHBERGER, S. e D'AUGELLI, A.R. The impact of victimization on the mental health and suicidality of lesbian, gay and bisexual youth. *Developmental Psychology*, 37(1): 65-74, 1995.
- LELIÈVRE, C. e LEC, F. *Les Profs, L'école et la sexualité*. Paris, Odile Jacob, 2005.
- LERT, F. Traiter de l'homosexualité en milieu scolaire. In: BROQUA, C.; LERT, F. e SOUTEYRAND, Y. (org) *Homosexualités au temps du sida: tensions sociales et identitaires*. Paris, ANRS/CRIPS, 2003.
- LOREA, R. A. Acesso ao aborto e liberdades laicas. *Horiz. antropol.*12(26): 185-201, 2006
- LOURO, G. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. (org) *O corpo educado: pedagogias da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- MARQUES, D. M. A(s) Clínica(s) Psicológica(s) e a Diversidade Sexual: percorrendo trajetórias de vida. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2010.
- MAYBERRY, M. The story of a Salt Lake City Gay-Straight Alliance: identity work and LGBT youth. *JGLIE*, 4(1): 13-31, 2006.
- NARDI, H. C. Youth Subjectivity in Brazilian Cultural and Educational Context. *Journal of Gay and Lesbian Issues in Education*. 3(2-3): 127-133, 2006.
- NARDI, H. C. O estatuto da diversidade sexual nas políticas de educação no Brasil e na França: a comparação como ferramenta de desnaturalização do cotidiano de pesquisa. *Psicologia e Sociedade*, V. 20(n esp.): 12-23, 2008.
- NARDI, H. C. e QUARTIERO, E. T. Subjetividade e sexualidade no cotidiano das práticas escolares. In: PASINI, E. (Org.). *Educando para a Diversidade*. Porto Alegre: Nuances, 2008.

NARDI, H. C. Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

- NARDI, H. C. e POCAHY, F. LGTB Youth and Issues in South America. In: SEARS, J. T. (org.) *Youth, Education and Sexualities: an international encyclopedia*. Vol. II. Westport: Greenwood Press, 2005.
- PAIVA, V. Cenas Sexuais, Roteiros de Gênero e Sujeito Sexual. In: BARBOSA, R. e PARKER, R. *Sexualidade pelo Averso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: IMSUERJ/São Paulo: Ed. 34, 1999.
- RICH, A. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs*, 5(4):631-60, 1980.
- RIOS, R. R. Para um direito democrático da sexualidade. *Horiz. antropol.*, 12(26):71-100, 2006.
- SAVIN-WILLIAMS, R.C. Verbal and physical abuse as stressors in the lives of lesbian, gay male and bisexual youth. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 62(2):261-269, 1994.
- SEARS, J. T. Introduction. In: SEARS, J. T. (org.) *Youth, Education and Sexualities: an International encyclopaedia*. Vol. I. Westport: Greenwood Press, 2005.
- UZIEL, A. P. et al. Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual. *Horiz. antropol.*, 12(26):203-227, 2006.
- VERDIER,É. e FIRDION, J-M. *Homosexualités & suicide. Les jeunes face à l'homophobie. Études, témoignages et analyse*. Paris: H & O Ed., 2003.
- ZAMBRANO, E. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horiz. antropol.* 12(26):123-147, 2006.
- WEINBERG, G. *Society and the Healthy Homosexual*. New York: St. Martin's Press, 1972.

Capítulo 4.3

Contra-sexualidades e trans-contemporaneidade: a emergência de novos desejos, práticas e prazeres

William S. Peres

Para problematizar a respeito do complexo sexo/gênero/desejo/práticas sexuais trazido por Judith Butler (2003) no contemporâneo há que se relevar a respeito das estruturas de pensamentos que definem os modos pelas quais as pessoas se apropriam e reproduzem os discursos normativos que se efetuam na perspectiva binária, sedentária e universal.

A história da sexualidade realizada por Michel Foucault (1985) tem contribuído para que possamos situar sócio-historicamente os modos pelos quais os processos de subjetivação, desde o século XIX até os dias atuais, vêm produzindo os sujeitos, de como uma ordem de discursos atuam junto às referências e impõe auto-referências que se materializam nos corpos, tornando-os dóceis, úteis e subordinados às regras normativas, às instituições disciplinares e à heteronormatividade contratual.

Michel Foucault (2006), ao mapear a ordem discursiva que atua nos processos de normatização, destaca uma série de discursos que denomina “discursos imperativos”; para ele

el discurso imperativo, en el orden de la teoria consiste en decir “quiera esto, deteste aquello, esto está bien, aquello está malo, inclínese por esto, desconfie de aquello”. Eses imperativos que indica a las personas pelear contra isso o hacerlo de otra manera se torna más liviano cuando se emite desde una institución de enseñanza, o desde una hoja de papel. Esas dimensiones solamente pueden manifestarse dentro de un campo de fuerzas reales donde un sujeto hablante jamás puede crear por si solo a partir de su palabras; es un campo de fuerzas que no se puede controlar de manera alguna ni hacer valer dentro de ese discurso. (Foucault,

2006:17)

De modo bastante abrangente, o discurso imperativo surge como instituinte de modos de existencialização padronizados pelas determinações de bio-políticas, considerando que o mesmo

define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seus efeitos sobre aqueles aos quais se dirigem os limites de seu valor de coerção. (Foucault, 2006b: p. 39)

Como estratégia de imposição normativa a heterossexualidade é apresentada de forma obrigatória, de modo que qualquer expressão sexual e/ou de gênero que escape de suas modelizações será estigmatizada, discriminada, violentada, excluída, mas também, desqualificada, diagnosticada, classificada, esquadrinhada, tratada, trancafiada, aprisionada, podendo em muitos casos ser assassinada.

Veja por exemplo, os mapeamentos realizados por Luiz Mott (2010), que afirmam que a cada dois dias uma pessoa LGBTTTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexuais) é assassinada no Brasil, na maioria dos casos com requintes de crueldades, assim como as diversas pesquisas que indicam os altos índices de agressões físicas e emocionais, muitas das vezes seguida por assassinatos de mulheres que ousam ser livres, autônomas e independentes, vitimizadas pelo machismo e pela misoginia.

Em consonância com as práticas classificatórias, regulatórias e de contenção dos desejos e prazeres dissidentes, a manutenção de regimes de verdades universais contribui para o fechamento das pessoas em valores conservadores e excludentes que as impedem de conectar-se com outros possíveis que difiram de si mesmos. Entre tantos sistemas regulatórios e normativos presentes no cotidiano, talvez o sistema sexo/gênero possa ser visto como um dos sistemas mais complexos presentes nos processos de subjetivação submissa.

Para Judith Butler (2003) à regulação e ao controle dos corpos e

prazeres realizados pelo sistema sexo/gênero seriam agregadas outras dimensões de regulação que caracterizam o sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais e que seria regido por uma matriz heterossexual, entendida como “grade de inteligibilidade cultural por meio dos quais corpos, gênero e desejos são naturalizados”. (Butler, 2003, 215-16).

De modo clarificador o sexo remeteria à ordem biológica de composição dos órgãos genitais internos e externos, na maioria das vezes atrelada à filosofia moral, enquanto o gênero diria respeito à “estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”. (BUTLER, 2003:59), o que por sua vez determinaria os modos desejantes e as práticas sexuais restritas ao universo heteronormativo.

Através dessa determinação imposta por esse sistema todo um conjunto de inteligibilidade se faz preciso para determinar padrões de corporalidades, figurações e discursos reconhecidos como verdadeiros e absolutos, caso contrario, não há reconhecimento de legitimidade enquanto marca do humano. Haverá que se ter reconhecimento e inteligibilidade diante das marcas de sexo, gênero, desejo e práticas sexuais.

Seguindo a reflexão dada por Judith Butler (2003:38) “gêneros inteligíveis são aquele que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejos”. Seguindo essa lógica qualquer expressão de dissidência dessas determinações,

são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituídos e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual. (Butler, 2003:38)

Como efeito do sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais uma pessoa ao nascer com sexo genital de macho, seu gênero será masculino,

seu desejo será heterossexual e sua prática sexual ativa, caso nasça com sexo genital fêmea, seu gênero será feminino, seu desejo heterossexual e sua prática sexual passiva; qualquer expressão sexual e/ou de gênero que escape a essas determinações não será reconhecida por esse sistema e será mantida na invisibilidade, como abjeta, e se acaso for percebida como existente dificilmente ganhará status de humano e ocupará o lugar de monstruosidade, massacrado por estigmas e discriminações, violências e exclusão.

A abjeção se incumbe da desapropriação de qualquer reconhecimento ou direito que um ser humano possa ter devido inexistir para a inteligibilidade lógica das compreensões normativas, ou seja, sem visibilidade ele não é reconhecido como sujeito, se não é sujeito não existe, logo, não pode ser tomado como ser de direitos. Situa as pessoas no interstício entre corpos que parece não ter importância devido a suas dissidências frente ao normativo, e corpos que importam enquanto marcadores das fronteiras da normalidade.

Em concomitância com os processos de subjetivação normatizadores, que fabricam indivíduos em série e em escala fabril, encontramos outros modos de subjetivação que favorecem a emergência de sujeitos potentes e criativos, configurados por outras dimensões da vida que fluem por outras lógicas e que demarcam singularidades.

Trata-se de pessoas que apresentam posições diferenciadas diante do caldo normativo e que ousam inventar outros possíveis, outras formas de existir, evidenciando que o ser humano não é uma unidade acabada e totalizada, mas, múltiplo, polifônico, diverso e habitado por um infinito leque de possibilidades que demarcam expressões sexuais e de gêneros nos seus mais diversos matizes de beleza, cores e brilhos. A subjetividade se produz e é produzida no registro do social, ora de modo normatizada, ora de modo singularizada.

Diante da configuração exposta e da emergência de novas posições de sujeitos e suas expressões sexuais e de gênero que tentam ganhar

visibilidades no contemporâneo, assim como das imagens e discursos que emergem como potências humanas criativas em oposição aos sistemas binário e sedentário de pensamentos e de regulação e disciplina do corpo/sexo/gênero/desejo/práticas sexuais, talvez fosse mais interessante falarmos de trans-contemporaneidade, dada a velocidade do tempo e a expressão de devires sexuais e de gênero em sua intempestividade.

Como tentativa para escapar da lógica binária, do falocentrismo e da heteronormatividade buscamos no *Manifesto contra-sexual* de Beatriz Preciado (2002), algumas pistas para problematizar o efêmero e múltiplo mundo trans-contemporâneo.

Seja nas mídias, nas escolas, nos bares, nos exércitos, nas igrejas, nas famílias, mas também nas percepções, sensações, pensamentos e modos de ação, vêm-se corporalidades, imagens e discursos descontínuos e intempestivos, que não solicitam lugares fixos e nem identidades acabadas; tudo se associa a mudanças, variações, trânsitos, deslocamentos, que escapam das biopolíticas e se situam no fluxo, na intensidade.

Como modo de resistência ao “sexo/gênero” instituído pelas normas, contratos e instituições, que impõe um modelo único de concepção da sexualidade de modo essencialista, das práticas sexuais reduzidas meramente à função reprodutiva, da ausência da dimensão do prazer como referência nos processos de subjetivação, Beatriz Preciado (2002) propõe como nova referência de problematização sobre sexualidade, sexo e gênero, a categoria “contra-sexualidade”.

A contra-sexualidade anuncia seu distanciamento com uma natureza que legitima a sujeição de alguns corpos diante de outros, propondo

en primer lugar: un análisis crítico de la diferencia de género y de sexo, producto del contrato social heterocentrado, cuyas performatividades normativas, han sido inscritas en los cuerpos como verdades biológicas (Judith Butler, 2001). En segundo lugar:

PERES, W. S. Contra-sexualidade e trans-contemporaneidade: a emergência de novos desejos, práticas e prazeres. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

la contra-sexualidad apunta a sustituir este contrato social que denominamos naturaleza por un contrato contra-sexual. En el marco del contrato contra-sexual, los cuerpos se reconocen a sí mismos no como hombres o mujeres, sino como cuerpos parlantes, y reconocen a los otros como cuerpos parlantes. (Preciado, 2002:18)

Nesta perspectiva a expressão sexo/gênero e as práticas sexuais emergem como acaso do jogo de forças que arranjam encontros entre corpos que afetam e são afetados em decorrência do próprio encontro. A sexualidade, assim como, gênero, desejos e as praticas sexuais não podem ser tomados e/ou associados com as estruturas acabadas de identidades fixas, com papéis definidos que delimitam o campo de possíveis dos agenciamentos amorosos, afetivos e sexuais, ou ainda, com as formas possíveis de prazeres autorizadas e incentivadas como absolutas pela estrutura binária e totalitária de formação do pensamento sedentário. A sexualidade, nos diriam Gilles Deleuze e Claire Parnet (1998) – eu acrescentaria o gênero – só pode ser pensada como um fluxo entre outros fluxos,

entrando em conjunção com outros fluxos, emitindo partículas que entram elas próprias sob esta ou aquela relação de velocidade e lentidão na vizinhança de outras partículas. Agenciamento nenhum pode ser qualificado segundo um fluxo exclusivo. (...) A questão da sexualidade é: com o que mais ela entra em vizinhança para formar determinada hecceidade, determinadas relações de velocidade e repouso? Ela continuará sendo ainda mais sexualidade, pura e simples sexualidade, longe de qualquer sublimação idealizante, quanto se conjugar com outros fluxos. Ela será ainda mais sexualidade por si só, inventiva, maravilhada, sem fantasias que dá voltas, nem idealização que salta no ar. (Deleuze e Parnet, 1998:117-118)

Na trans-contemporaneidade as fixações identitárias perdem valor e importância para problematizar as expressões sexuais e de gênero, suas referencias caducam diante da emergência de novas expressões sexuais e de gênero que não se adéquam aos modos de significação existentes, solicitando trans-valoração de todos os valores.

As práticas contra-sexuais, na perspectiva da contra-sexualidade de Beatriz Preciado (2002), devem ser problematizadas como tecnologias de

PERES, W. S. Contra-sexualidade e trans-contemporaneidade: a emergência de novos desejos, práticas e prazeres. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

resistências, como estratégias de contra-disciplina sexual. Neste sentido, a sexualidade como tecnologia, tecnologias do sexo e do gênero considera que os diferentes elementos do sistema sexo/gênero, denominados homem, mulher, homossexual, heterossexual, lésbica, travesti, transexual, suas estéticas, práticas e expressões nada mais são que máquinas, produtos, aparelhos, próteses, redes, aplicações, programas, conexões, chaves, leis de circulação, fronteiras, acidentes, mecanismos, usos, desvios.

Da mesma forma, a contra-sexualidade, aponta Beatriz Preciado (2002:20) “afirma que el deseo, la excitación sexual y el orgasmo no son sino los productos retrospectivos de cierta tecnologia sexual que identifica los órganos reproductivos como órganos sexuales, en detrimento de una sexualización de la totalidad del cuerpo”.

De modo crítico Beatriz Preciado (2002) apresenta o sexo como sendo uma tecnologia de dominação heterosocial que reduz o corpo a certas zonas erógenas em função da distribuição assimétrica de poder entre os gêneros, inscrevendo certas sensações a determinados órgãos/partes do corpo, redutores de prazeres produzidos pelas tecnologias de sexo e de gênero; esse reducionismo cristaliza expressões em identidades fixas, como re-inscrição das práticas de sexo e de gênero nos corpos.

Na vertente da sexualidade, do sexo, do corpo e do gênero imposto pela disciplina do bio-poder e pelas regulações das bio-políticas, a designação de certas partes do corpo como não sexuais (prazeres interditos) surge como operação básica da fixação que naturaliza as práticas sexuais e expressão de gênero em consonância com a procriação e/ou alguns poucos contatos físicos dentro de uma assepsia moral e higienista.

Gilles Deleuze e Feliz Guattari (1985) tem assinalado que o primeiro de todos os órgãos a ser privatizado foi o cu, colocado fora do campo social, fora do espaço público, para ser tratado como referencia de fórum

PERES, W. S. Contra-sexualidade e trans-contemporaneidade: a emergência de novos desejos, práticas e prazeres. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

intimo e privado. Inspirada por essa constatação, Beatriz Preciado (2002) se apropria da idéia de cu e aponta três características fundamentais que podem ser associadas ao trabalho de desconstrução contra-sexual. De acordo com suas proposições

Uno: El ano es un centro erógeno universal situado más allá de los límites anatómicos impuestos por la diferencia sexual, donde los roles y los registros aparecen como universalmente reversibles (quién no tiene ano?). Dos: el ano es una zona de pasividad primordial, un centro de excitación y de placer que no figura en la lista de puntos prescritos como orgásmicos. Tres: el ano constituye un espacio de trabajo tecnológico; es una fábrica de reelaboración del cuerpo contra-sexual posthumano. El trabajo del ano no apunta a la reproducción ni se funda en el establecimiento de un nexo romántico. Genera beneficios que no pueden medirse dentro de una economía hetero-centrada. Por el ano, el sistema tradicional de la representación sexo/género se caga. (PRECIADO, 2002:27)

Assim como o cu, outras partes do corpo foram sendo privatizadas ao longo da história, construindo uma hierarquia da arquitetura corporal, dando determinados valores positivos para algumas partes corporais em detrimento de outras partes que devem ser preservadas, ocultadas e desinvestidas de interesse e prazer.

Da mesma forma certa estética corporal será mais valorada em detrimento de outras estéticas não globalizadas pelo sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais, que define cores, tamanhos, formas e práticas sexuais como normas para uma sexualidade útil, correta e saudável. As pessoas passam a valer no mercado dos prazeres de acordo com seus genitais e siluetas corporais, suas potencialidades orgásticas e suas criatividades eróticas.

Como ilustração, pensamos nas negociações realizadas entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres quando de suas relações sexuais, definindo partes do corpo que podem ser tocadas ou não, penetradas ou não, chupadas ou não; da mesma forma o cardápio sexual apresentados pelas e pelos profissionais do sexo, que determinam valores diferenciais para o desfrute de determinadas partes do corpo e/ou modos de prazeres (vaginal, anal, oral, masturbação, tecno-penetração,

PERES, W. S. Contra-sexualidade e trans-contemporaneidade: a emergência de novos desejos, práticas e prazeres. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

práticas sados-masoquistas, bandagens, inversão sexual).

Na perspectiva da contra-sexualidade as referências de doença, perversão, crime e pecado não tem importância e nem valor, pois seus regimes de verdades se mostram caduco diante da trans-contemporaneidade, o que implica em uma revisão urgente de teorias e metodologias que se restringem ao modelo do homem – branco – heterossexual - classe média – macho - viril e da mulher – branca – heterossexual - classe média – fêmea – passiva - submissa, complementadas, por exemplo, pelas referências da sexologia e da psicopatologia que se orientam ainda hoje pelas premissas e proposições do século XIX.

Na leitura da contra-sexualidade, o sexo, assim como, o gênero seria antes de tudo prostético, uma materialização que se incide sobre o corpo e que fabrica corpos sexuais; esses corpos não teriam modelos ou a priori dos modos de sua fabricação, mas, como processualidades se inserem em modos de subjetivação que indicam descontinuidades e variações que mostram as corporalidades, as sexualidades, os sexos, os gêneros, enfim, a feitura dos sujeitos sempre em construção permanente.

Dentro dessa lógica Beatriz Preciado (2008) nos fala de programações de gêneros através dos quais se produzem percepções sensoriais que se traduzem em afetos, pensamentos, desejos e ações, mas também, crenças e posições de sujeitos no mundo, compondo esquemas de subjetivação programados, produzindo saberes sobre si mesmo, determinados por discursos imperativos que afirmam e nos levam a afirmar expressões tais como “sou homem”, “sou mulher”; “sou heterossexual”, “sou homossexual”, que atuam como núcleos bio-políticos em torno dos quais é processado todo um conjunto de práticas e discursos.

A emergência de novas expressões sexuais e de gênero tem permitido a Beatriz Preciado (2008) falar em bio-mulher e tecno-mulher; bio-homem e tecno-homem, de acordo com as instalações tecnológicas que

se apropriam dos corpos e os modulam dentro de uma perspectiva da heteronormatividade e do falocentrismo, constituindo assim aquilo que Felix Guattari (1986) denominou “subjetividade maquínica”, ou ainda, seguindo as proposições de Donna Haraway (1991) quando aponta para a emergência de um sujeito ciborg.

Todo esse engendramento dos discursos normativos determinantes das expressões sexuais e de gênero que se materializam nos corpos se daria, de acordo com Beatriz Preciado (2008), através de programações de gênero, sendo entendida pela mesma como

uma tecnologia psicopolítica de modelização da subjetividade que permite produzir sujeitos que pensam e atuam como corpos individuais, que se auto compreendem como espaços e propriedades privadas, com uma identidade de gênero e uma sexualidade fixa. A programação de gênero parte da seguinte premissa: um indivíduo = um corpo = um sexo = um gênero = uma sexualidade. Desmontar essas programações de gênero (...) implica um conjunto de operações de desnaturalização e desidentificação”. (Preciado, 2008:90)

Na trans-contemporaneidade podemos perceber a existência de diversos modelos de programação de sexo e de gênero, marcados pelo momento sócio-histórico, político e cultural que se atualizam de acordo com as negociações de saber poder que aproximam e/ou distanciam suas atrizes e atores envolvidos nos processos de emancipação.

Ao mesmo tempo podemos perceber a existência de programadores diversos que atuam sobre os corpos e suas modulações de sexo, gênero, raça, orientação sexual, geração, etc., e, em especial os programadores “psi” que não só resistem a atualizar suas referências teóricas e metodológicas, como insistem em reificar práticas ultrapassadas e leituras totalmente descontextualizadas de seu tempo, o que em linhas gerais pode parecer suspeito de perversidade.

Dentro da lógica foucaultiana que todo poder traz consigo um contra poder, ou seja uma resistência, pode-se falar em reprogramação sexual e de gênero em consonância com a proposta de Beatriz Preciado (2002) de se promover um manifesto contra sexual, ou seja, de reverter todas as

PERES, W. S. Contra-sexualidade e trans-contemporaneidade: a emergência de novos desejos, práticas e prazeres. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

estratégias que atuam sobre o corpo no sentido de cristalizar a crença e a defesa da idéia de um sexo, um gênero, um desejo.

Dada a variação e descontinuidade do sexo e do gênero que emerge na trans-contemporaneidade urge a necessidade da apropriação da idéia de Gilles Deleuze de que o ser humano se compõe pela multiplicidade, sempre rizomático e descontinuo, ficando complicado continuarmos a nos orientar por uma idéia do UNO e dos conceitos universais.

Mais do que necessário, se faz urgente uma revisão crítica dos postulados teóricos “psi” no sentido de ampliar a visão sobre os sujeitos do sistema sexo/gênero/desejo de modo a abandonar a idéia de patologia e ou perversão que se abate sobre as expressões sexuais e de gêneros dissidentes para nos aproximarmos da idéia de estilística da existência proposta por Michel Foucault, e quem sabe assim, promover mais respeito para com as diferenças e as dissidências do sistema heteronormativo falocentrado.

Referências

- BUTLER, J. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *El Anti Édipo: capitalismo y esquizofrenia*. Barcelona: Paidós, 1985.
- DELEUZE, G. e PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. V.1. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Editoras Loyola, 2006.
- FOUCAULT, M. *Seguridad, Territorio, Población*. Buenos Aires: Fondo del Cultura Economica, 2006b.
- GUATTARI, F. e RONIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HARAWAY, D. *Ciência, Cyborgs y Mujeres: La reinvencción de la naturaleza*. Valencia/Madrid: Ediciones Cátedra, 1991.
- MOTT, L. Pesquisa sobre assassinatos de LGBT no Brasil em 2009. *Boletim epidemiológico do Programa Nacional de DST/AIDS e HEPATITE* do Ministério da Saúde do Brasil. Clipping internet. 2010
- PRECIADO, B. *Manifiesto contra-sexual*. Madrid: Editorial Opera Prima, 2002.
- PRECIADO, B. *Texto Yonqui*. Barcelona: Editorial Espasa, 2008.

Capítulo 5.1

Arranjos sociais e produções discursivas sobre juventudes e violências: desafios da Psicologia Social

Irme Salete Bonamigo

Introdução

Vou iniciar a discussão com o relato de uma cena ocorrida no grupo de orientação da Prática Acompanhada em Psicologia Social Comunitária, em 2009, no Curso de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, com sua sede em Chapecó, cidade localizada no oeste de Santa Catarina.

Duas estudantes realizaram sua prática vinculada ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O objetivo era acompanhar jovens em conflito com a lei, cumprindo a medida socioeducativa Liberdade Assistida (LA) buscando, quando necessário, mediar suas relações com a família, a comunidade, o trabalho, a escola, em atividades de lazer, na regularização da documentação, dentre outros. Um dos jovens acompanhados (vamos chamar de Francisco) tinha 17 anos, estava em medida socioeducativa por tentativa de furto junto com amigos. Era casado, trabalhava como pedreiro e não frequentava a escola. O primeiro contato das estudantes com o jovem foi no CREAS, o segundo foi marcado em sua casa. O planejamento deste segundo encontro foi permeado de tensão, pois havia muitos preconceitos relacionados à região onde ele morava, a qual é considerada perigosa. Na orientação grupal, uma das estudantes narrou que sua família estava muito preocupada e pensava em acionar a polícia para a sua proteção na ida a campo.

A proposição provocou choque e indignação e potencializou várias

discussões nos encontros grupais que permitiram problematizar a associação naturalizante entre periculosidade e pobreza, ainda muito presente no nosso cotidiano, e que colocaram em análise a possibilidade de, em nossas práticas profissionais, produzirmos violências e opressão.

É importante tomarmos esta cena como um **analisador** dos atravessamentos que perpassam as nossas práticas e desafios acadêmicos. Ou seja, este acontecimento realiza a análise, ao revelar instituições presentes, como a associação naturalizada entre juventude, pobreza e periculosidade. O analisador pode ser compreendido como “acontecimento, indivíduo, prática ou dispositivo que revela em seu próprio funcionamento, o impensado de uma estrutura social” (Rodrigues e Souza, 1991, p. 39).

Nesse caso, o mais interessante é que o acontecimento denunciou a reprodução de preconceitos que a prática pretendia romper. Buscávamos romper com a imagem naturalizada do adolescente em conflito com a lei como “bandido em potencial”, por meio de dispositivos de inserção na comunidade, a partir de vinculações com família, escola, trabalho, lazer e programas sociais. Mas, como as jovens estudantes de psicologia poderiam contribuir, se o medo e a suspeição permeavam a relação com o Francisco e com a sua gente?

Francisco carregava marcas resultantes de sua condição de estar “em conflito com a lei” e de sua residência em um território de exclusão. Exclusão determinada pela pobreza, pela periculosidade e pela “cor”. No caso da região de Chapecó em análise, a maioria dos moradores não eram negros, mas também não eram brancos. Como descreve Caetano Veloso (1993), na letra da música Haiti, eles eram “quase brancos tratados como pretos”. E todos sabem “como é que pretos, pobres e mulatos, e quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados”.

Portanto, para discutirmos juventude e violências, devemos considerar que historicamente foi produzida uma associação, que ainda hoje continua fortemente presente, entre juventude, pobreza e

periculosidade. Essa associação produz a exclusão de jovens pobres, ao serem considerados naturalmente perigosos, algumas vezes até inumanos, e aciona movimentos de controle, punição e exclusão. Um exemplo é a tentativa contemporânea de redução da maioria penal e os argumentos que a acompanham¹.

Não é por acaso que um candidato da região oeste de Santa Catarina, eleito deputado federal, defendeu explicitamente na campanha: a) a redução da idade penal; b) a prisão perpétua; c) o fim da progressão de pena ; d) o debate sobre a pena de morte. Ele foi eleito por 134.558 mil votos de Santa Catarina, 47,9 mil votos só de Chapecó.

Arranjos sociais e produções discursivas sobre juventude

Pelos padrões das Nações Unidas, jovem é a pessoa com idade entre 15 e 24 anos. No Brasil, a Secretaria Nacional de Juventude define o período de 15 a 29 anos como marco etário da juventude, pela incorporação da noção de adulto jovem.

Segundo Waiselfisz (2010, p. 12), juventude é uma “categoria essencialmente sociológica, que indicaria o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel de adultos na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional”.

Podemos analisar a inclusão da categoria juventude e jovem na legislação brasileira, nos últimos 5 anos, como sujeito de políticas públicas.

A Emenda Constitucional nº. 65, publicada no Diário Oficial em 14 de julho de 2010, incluiu a juventude. onde antes havia referências apenas a crianças e adolescentes, tornando obrigatória a adoção, pelo Estado, de políticas públicas de assistência integral à saúde do jovem; de integração social do jovem portador de deficiência; de garantia do acesso

¹ Sugiro ver as publicações referentes à Campanha do Conselho Federal e Psicologia contra a redução da maioria penal, que estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.pol.org.br>>.

do trabalhador jovem à escola e de prevenção e atendimento especializado ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

Em 2005, foi criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, por Medida Provisória em fevereiro de 2005, e transformada posteriormente na Lei 11.129, de 30 de junho de 2005. Conforme a SNJ (s/d, não paginado):

a SNJ surgiu após a formação de um Grupo de Trabalho (GT) Interministerial, instituído em 2004, com a participação de 19 Ministérios. O GT realizou um diagnóstico da juventude brasileira e relacionou os programas federais existentes para a população jovem. O Grupo, coordenado pela Secretaria-Geral, recomendou a criação da Secretaria e do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), além do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).

Deste modo, ainda em 2005, foi criado o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil. Suas atribuições são: a) formular e propor diretrizes da ação governamental voltada à promoção de políticas públicas para a juventude; b) fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil; c) fazer o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.

Em setembro de 2006, foi publicada a “Política Nacional da Juventude: diretrizes e perspectiva”, pelo CONJUVE. O documento foi produzido pelo trabalho dos conselheiros em reuniões plenárias, câmaras temáticas e comissões. A justificativa para a implantação desta política foi:

a urgência contemporânea de compreender a juventude como segmento social específico, e o jovem, como sujeito portador de direitos. A nova visão pressupõe reconhecer que a juventude não é única, mas sim heterogênea, com características distintas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos, territoriais. (SNJ, s/d, não paginado).

Em junho de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.692/2008, a qual dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), coordenado pela SNJ, com mecanismos de atuação do Poder Público para inclusão social dos jovens, em especial no mercado de trabalho. Distingue as modalidades: projovem adolescente - serviço socioeducativo (15 a 17

anos); projuvem urbano (15 a 29 anos); projuvem campo (18 a 29 anos) e projuvem trabalhador (18 a 29 anos).

Esses acontecimentos recentes evidenciam o fortalecimento das categorias juventude e jovem, que surgem na legislação e textos das políticas públicas, como possibilidade de oferecer oportunidades e garantir direitos a uma parcela antes não claramente identificada.

Noção de juventude como dispositivo de subversão da categoria adolescência

Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) sugerem utilizarmos a noção de juventude como uma possível estratégia de enfrentamento da lógica desenvolvimentista do conceito de adolescência, a qual serve aos propósitos dominantes de homogeneização e padronização das práticas sociais e dos modos de existências:

entendemos que a noção de adolescência necessita ser questionada precisamente pelos instituídos que carrega. Na contemporaneidade, a figura do adolescente costuma remeter a uma tendência ditada pelos teens estadunidenses - modelo de todo um estilo de vida a ser consumido pelo restante do mundo -, tendência essa presente em anúncios, conversas e notícias. Isto instaura uma determinada forma de ser adolescente como a única reconhecida, a qual conta com o apoio de algumas práticas da própria psicologia - ainda hoje hegemônicas - na propagação e fortalecimento de tal modelo. (Coimbra, Bocco e Nascimento, 2010, p. 3).

Esta noção de adolescência tem consonância com a lógica capitalística porque fortalece a massificação e a individualização e é rentável aos profissionais especializados e ao comércio que produz uma diversidade de objetos de consumo, especialmente para adolescentes.

O que devemos colocar em questão é que a produção de uma “identidade adolescente” afirma um determinado jeito de ser e de estar no mundo, própria dessa fase do desenvolvimento humano. Esta etiqueta se sustenta por discursos científicos que criam um território limitado para o jovem, que o aprisiona, dificultando possíveis movimentos.

Deste modo, é preferível usar os termos jovem e juventude em vez de adolescente e adolescência, “uma vez que podem não se referir estritamente a uma faixa etária específica, nem a uma série de comportamentos reconhecidos como pertencendo a tal categoria” (Coimbra, Bocco e Nascimento, 2005, p. 6).

No entanto, há também toda uma produção sócio-histórica sobre a categoria juventude Segundo Trassi e Malvasi (2010), desde os primórdios de nossa civilização, a juventude é objeto de admiração, enaltecida pelo seu vigor, beleza física e saúde; especialmente, a partir de meados do século XX, ganha espaço significativo no imaginário social como objeto de reflexão e, desde o final do século XIX, emerge como objeto de preocupação em alguns países do mundo.

No que se refere à juventude como objeto de preocupação, historicamente podem ser percebidos os discursos que ressaltam os contrastes entre comportamento juvenil e padrões vigentes e as práticas que distinguem as expressões de jovens das diferentes classes sociais. Trassi e Malvasi (2010) destacam que os mais ricos são considerados “excêntricos”, “rebeldes”, “contestadores”. Têm oportunidades de acesso à educação de qualidade, usufruem de bens culturais e de participações culturais artísticas e políticas. Os seus “atos infracionais” são mais tolerados e suas condutas são mais compreendidas nas práticas de repressão. Já os mais pobres são considerados “delinquentes”, suas produções e formas de participação sociais são subestimadas, suas condutas são criminalizadas, os mecanismos de repressão e punição são mais rigorosos e são representados como perigosos ou potencialmente perigosos, encarcerados ou exterminados.

Direito à vida ameaçado?

O Mapa da violência 2010 (Waiselfisz, 2010) demonstra que a taxa de homicídio entre os jovens (15 a 24 anos) passou de 30,0 (em 100.000

jovens) em 1980 para 50,1 no ano 2007. No entanto, entre o restante da população (não jovem), permaneceu relativamente constante, inclusive com leve queda: de 21,2 em 100.000 para 19,6 no mesmo período. Deste modo, os avanços da violência homicida no Brasil das últimas décadas tiveram como motor exclusivo e excludente a morte de jovens.

Considerando o contexto internacional, os Índices de Vitimização Juvenil do Brasil são anormalmente elevados: morrem proporcionalmente 2,6 jovens para cada não jovem. Em metade dos 79 países, analisados por Waiselfisz (2010), morrem, proporcionalmente, a mesma quantidade de jovens que não jovens, ou menos jovens que pessoas fora dessa faixa etária, destacando-se no cenário mundial a América Latina e o Caribe. Portanto, a violência homicida nos jovens tem uma configuração marcadamente social e cultural.

O estudo de Abramovay et al. (2002) sustenta que a violência sofrida pelos jovens latino-americanos possui fortes vínculos com a condição de vulnerabilidade social que se encontram: dificuldade de acesso às estruturas de oportunidades disponíveis nos campos da saúde, educação, trabalho, lazer e cultura. Os autores entendem por vulnerabilidade social o “resultado negativo da relação entre a disponibilidade de recursos materiais ou simbólicos e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provém do Estado, do mercado e da sociedade” (p. 13).

Na direção apontada por Abramovay et al. (2002), também converge o estudo de Waiselfisz (2010), o qual encontrou uma elevada correlação entre os indicadores de concentração/distribuição da renda e os índices de homicídio total de jovens. O autor conclui que “mais do que a pobreza absoluta ou generalizada, é a pobreza dentro da riqueza, são os contrastes entre ambas, com sua seqüela de maximização e visibilidade das diferenças, a que teria maior poder de determinação dos níveis de homicídio de um país” (p. 148).

Outra informação que integra e a fortalece a análise de que a violência homicida nos jovens tem uma configuração marcadamente social e cultural, é a relação entre homicídio e cor. Os índices analisados no período de 2002 a 2007 evidenciam um aumento de morte dos negros: em 2002, morriam proporcionalmente 45,8% mais negros que brancos; em 2004, essa proporção eleva-se para 73,1%, em 2007, chega à casa de 107,6%.

Outro ponto a ser considerado é a relação entre homicídio e gênero: em torno ou acima de 90% das vítimas de homicídio do Brasil são homens, com escassa variação de estado para estado, ou de região para região (Waiselfisz, 2010).

Também podemos analisar os Índices de Homicídios na Adolescência (LAV/UERJ et al. 2009), os quais destacam que 13 adolescentes (12 a 17 anos) são assassinados por dia no Brasil, geralmente por arma de fogo, e mais de 90% são do sexo masculino.

É importante considerar que as estatísticas produzem visibilidades e invisibilidades. Os índices aqui apresentados mostram claramente uma grande contradição: são os jovens pobres os considerados perigosos, mas também são os jovens pobres negros ou “quase brancos, quase pretos” os que mais sofrem homicídios. Como podemos compreender esta contradição? E o que escondem as estatísticas? Escondem as histórias dos jovens brasileiros que se tornaram/tornam coeficientes estatísticos: seus sofrimentos, suas tentativas, suas buscas, suas lutas, seus movimentos de resistência e criação.

Linhas de Fuga

Apesar das condições e produções até aqui discutidas, estas forças sociais, políticas, econômicas, afetivas, disciplinares, dentre outras, não são intransponíveis e linhas de fuga são possíveis

Assim é que, muitas vezes, os jovens operam na diferença, afirmando outras formas de funcionamento e de organização que fogem às práticas consumistas que lhes são impostas. Essa

BONAMIGO, I. S. Arranjos sociais e produções discursivas sobre juventudes e violências: desafios da Psicologia Social. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

juventude, em muitos momentos, cria e inventa mecanismos, conseguindo, por vezes, escapar da lógica do capital, tomada como inexorável e imutável. (Coimbra, Bocco e Nascimento, 2010, p. 5).

Escapes das nossas tentativas de definições e enquadramentos também são possíveis, e encontram-se muito bem ilustrados pela música “Capítulo 4, versículo 3”, dos Racionais MC’s (1997)²:

Talvez eu seja um sádico, um anjo, um mágico
Juiz ou réu, um bandido do céu
Malandro ou otário, padre sanguinário
Franco atirador se for necessário
Revolucionário, insano ou marginal
Antigo e moderno, imortal
Fronteira do céu com o inferno, astral imprevisível, como um ataque cardíaco no verso
Violentamente pacífico, verídico
Vim pra sabotar seu raciocínio
Vim pra abalar o seu sistema nervoso e sanguíneo

Desafios da Psicologia Social

A discussão realizada contribui para listarmos alguns desafios para a Psicologia Social e também para a Psicologia, como ciência e profissão. Entendemos a importância de analisarmos os efeitos das produções discursivas sobre determinadas idades, para que não aprisionem fluxos e devires. Ressaltar as multiplicidades e diferenças que constituem o ser humano vai permitir à psicologia uma intervenção mais aberta para que “possamos criar outras vias de relação com a vida e com nós mesmos”. Torna-se importante enfatizar “as forças que atravessam e constituem os sujeitos, em vez das formas com que se tenta defini-los” (Coimbra, Bocco e Nascimento, 2010, p. 7).

Enfatizamos a importância de produzirmos e/ou ocuparmos espaços de intervenções que entrelacem atores (escolas, serviços de saúde, serviços da assistência social, comunidade, governo, organizações, entre outros) envolvidos na reflexão e no enfrentamento de situações que produzem violências.

² Escrita por Mano Brown.

Outro desafio bastante importante é a necessidade de concebermos os jovens como protagonistas, mas sem deixarmos de com eles problematizar discursos e práticas, pois, segundo Sposito e Carrano (2003): a) os jovens são atores, impõem significados que traduzem modos diversos de pensar a si mesmos e a seus pares; b) expressam diferentemente suas demandas; c) estabelecem projetos pessoais ou coletivos; d) entretanto, muitas vezes, também reproduzem discursos hegemônicos, de adultos, socialmente dominantes.

Outro grande desafio é o de ficarmos atentos para os efeitos das políticas públicas de juventude e interrogarmos cotidianamente: como pessoas, coletividades, instituições, movimentos sociais e governos são afetados e afetam, mediante a apropriação e recirculação dos sentidos, dos arranjos sociais e dos discursos construídos pelas políticas da juventude?

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G.; PINHEIRO, Leonardo; LIMA, Fabiano; MARTINELLI, Claudia. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafio para as políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.
- COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Lívia. Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, vol. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.
- LABORATÓRIO de Análise da Violência (LAV/UERJ); Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Observatório de Favelas, UNICEF. *Índice de Homicídios na Adolescência*. Brasília: SEDH, 2009.
- LOURAU, René. *Análise Institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- RODRIGUES, Eliana de Barros; SOUZA, Vera Lúcia. A análise Institucional e a profissionalização do psicólogo. In: KAMKHAGI, Vida Raquel; SAIDON, Osvaldo. *Análise Institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.
- SECRETARIA Nacional de Juventude. *Atribuições*. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/Juventude/ Acesso em: 02 nov. 2010.
- SECRETARIA Nacional de Juventude. *Política Nacional de Juventude*. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/Juventude/pol/ Acesso em: 02 nov. 2010.
- SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, set./out./nov./dez., 2003.
- TRASSI, Maria de Lourdes; MALVASI, Paulo Artur. *Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência*. São Paulo: Cortez, 2010.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil*, São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

Capítulo 5.2

Imagens de uma infância nômade

Betina Hillesheim

Lílian Rodrigues da Cruz

Para iniciar este texto, perguntamos: o que são nômades? Entretanto, antes de seguir, gostaríamos de realizar algumas considerações sobre esta forma de indagação, marcada pelo *o que é isso?* Como colocam Wortmann e Veiga-Neto (2001), questões deste tipo indicam uma falta de clareza ou um incômodo sobre *isso*, visto que não podem ser respondidas, na medida em que há uma insuficiência do conceito. O equívoco está na própria noção de conceito, pois nenhum conceito pode ser reduzido a uma proposição. Portanto, quando nos propomos a pensar o que são nômades, não pretendemos capturar este conceito a partir de uma definição, o que seria uma promessa impossível de ser cumprida. Porém, procuramos, a partir do deslocamento desta pergunta, fornecer alguns indícios, alguns sinais, mediante contrastes ou aproximações, para, mesmo que parcialmente ou, às vezes, sem muita nitidez, pensar algumas questões relativas à infância, a partir da ideia de nomadismo. Não se trata, assim, de responder à questão, mas, ao modo deleuziano, sair dela.

Assim, voltamos à pergunta: o que são nômades? E uma primeira aproximação, entre tantas outras possibilidades de entrada, é buscar seu sentido etimológico. Com isto, não estamos afirmando uma suposta origem do conceito que remeta a uma essência primeira, mas, simplesmente, buscamos algumas pistas que nos auxiliem a combinar alguns conceitos sobre o nomadismo. A partir desta entrada, vemos, assim, que a palavra nômade origina-se do latim – *nomas* –, estando associada a um povo errante pastoral. O termo foi emprestado do grego –

nomás –, significando errante, aquele que vaga em busca de novas pastagens para o rebanho.

Se recorrermos aos dicionários, encontramos os seguintes níveis de significados¹: 1) tribos e raças humanas que não têm sede fixa e vagueiam errantes e sem cultura, 2) o que não tem residência fixa, vagabundo e cuja atividade é desconhecida, 3) povos pastores sem domicílio fixo, 4) aquele que leva um gênero de vida não sedentária.

Talvez, neste ponto, seja necessário um primeiro deslocamento: ao invés de perguntar *o que são nômades*, podemos indagar *quem são eles*. Errantes, sem residência fixa: temos aqui grupos pastoris, ciganos, tribos indígenas, trabalhadores de circo e parques de diversões, entre outros. Aos nômades, são associados atributos negativos: vagabundos que deixam rastros de destruição e abandono por onde passam. Assim, temos inúmeros exemplos de discriminação e rechaço aos grupos nômades, sendo que um dos mais recentes é o caso da expulsão dos ciganos romenos da França, relacionando-se nomadismo e criminalidade. Neste sentido, é significativa a fala do porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, Bernard Valero, ao lembrar que a Comissão Européia deve ‘apoiar os programas de reintegração’ dos ciganos em seus países de origem e enfatizando a existência de uma diretriz da União Européia que permite a restrição da livre circulação por razões de ordem, segurança ou saúde pública². Podemos assinalar ainda o extermínio dos ciganos pelo regime nazista, fato geralmente pouco lembrado. Ou ainda situações como relatadas pela pesquisadora Verônica Tamaoki³, envolvendo acusações a trabalhadores de circo em casos de desaparecimento de crianças ou cães nas cidades nas quais estes se apresentavam.

¹ Significados retirados a partir de uma busca nos dicionários Michaelis (2009) e Aurélio (2010).

² Notícia veiculada na versão online de DN Globo, em 19 de agosto de 2010 (http://dn.sapo.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1643938&seccao=Euro pa)

³ Entrevista publicada em <http://www.ubci.com.br/node/39> (acesso em 30 de setembro de 2010).

A partir disto, evidenciamos que os nômades são estranhos, forasteiros, ameaçadores, desconhecidos, perigosos... Não se fixam, dificultam nossa compreensão, não se enquadram nas normas sedentárias. Diferentes, não pedem tolerância, respeito ou boa vontade, mas, desrespeitosamente, simplesmente diferem (cf. SILVA, 2002).

Quais aproximações são possíveis entre nômades e infância? Sugerimos, assim, um novo deslocamento: compreendemos o nomadismo não só como um modo de vida de alguns grupos sociais, mas também como um conceito que pode nos auxiliar a problematizar algumas questões. Deleuze e Guattari (1997), ao discorrerem sobre o nomadismo, salientam que o nômade possui um território, seguindo trajetos costumeiros que vão de um ponto a outro. Porém, embora os pontos determinem os trajetos, um trajeto está sempre entre dois pontos, sendo que o ponto somente existe como alternância. “A vida do nômade é *intermezzo*” (p. 51). Deste modo, são criados espaços, passagens, a partir dos quais o nômade vai de um ponto a outro, deixando rastros. O nômade reinventa as fronteiras e determina os trajetos.

Em nossa pesquisa⁴, temos nos aproximado de crianças nômades para pensar questões relativas à educação. Se entendermos o nomadismo como um movimento que subverte a identidade, isto é, os nômades como aqueles que introduzem a diferença, podemos indagar: como as crianças nômades desestabilizam as identidades de aluno ou professor? Afinal, os nômades *misturam* as identidades, *contaminando-as* em sua pretensa pureza: ao carregarem traços de vários lugares, as crianças nômades embaralham as fronteiras já estabelecidas.

As crianças que integram a pesquisa são filhas de trabalhadores de circos ou parques de diversões. Sua passagem pelas cidades é rápida,

⁴ Trata-se de um estudo em andamento, intitulado ‘Infância, educação e nomadismo’, realizado junto a escolas de Santa Cruz do Sul e Santa Maria (RS), que recebem crianças filhas de trabalhadores(as) de circo e/ou parque de diversões. A pesquisa visa investigar como se dá a inclusão à escola dessas crianças, como também de que forma estas significam o processo da educação escolar.

especialmente no primeiro caso, que permanece em torno de duas semanas em cada lugar. A lei⁵ lhes garante a matrícula nas escolas. Ao final do ano, necessitam ser avaliadas. Nômades, mas sujeitas a normas: há regras para transitar, mas também para se fixar (locais determinados, exigências a cumprir, autorizações, taxas, alvarás, matrículas, transferências). Entre as escolas, transitam as crianças e também papéis, notas, conteúdos. Formas de captura do outro? Tentativas de fixação da diferença?

Ao mesmo tempo, há poucos registros destas passagens pelas escolas. Fugazes, vão e vêm, parecendo escapar às tentativas de captura: os professores questionam sobre suas aprendizagens, queixam-se de não ter dados suficientes para avaliação, reclamam das condutas. Crianças artistas, distraem os outros alunos com seus malabarismos, acrobacias, truques de mágicas, ofertas de visitas ao circo ou ao parque, ou, simplesmente, histórias. A escola se transforma, por um rápido instante, em um picadeiro circense: as outras crianças se dispersam, agitam-se, pais reclamam, *essas crianças atrapalham a concentração da turma*.

Quase invisíveis, ao se defrontarem com os espaços escolares, ganham, por alguns momentos, contornos nítidos. Porém, logo desaparecem nas sombras da vida nômade: mudam-se, despedem-se, talvez retornem em outro ano, talvez não. Embora numerosos, quase não são vistos ou falados; a escola pouco modifica sua rotina, os conteúdos são os mesmos, as avaliações seguem seu ritmo. Ficam alguns incômodos: será que aprendem? O que aprendem? Como aprendem?

⁵ A lei federal 6.533/78, Art. 29, estabelece que *os filhos dos profissionais de que trata esta Lei, cuja atividade seja itinerante, terão assegurada a transferência da matrícula e conseqüente vaga nas escolas públicas locais de 1º e 2º Graus, e autorizada nas escolas particulares desses níveis, mediante apresentação de certificado da escola de origem* (BRASIL, 1978). Por sua vez, para a Constituição Federal de 1988, “a educação é direito de todos e dever do Estado” (artigo 205), sendo que o artigo 206, que trata sobre os princípios que regem o ensino, determina, em seu inciso I, “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Além disto, o artigo 208 (inciso III) estabelece o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Os nômades são avaliados a partir do parâmetro de uma vida sedentária: uma pesquisa desenvolvida por Xavier e Santos (2009), com crianças circenses, aponta situações diversas de discriminação. De acordo com esse estudo, essas crianças, muitas vezes, não recebem os livros didáticos ou uniformes escolares, sob a alegação que não costumam devolvê-los. Assinalam, ainda, a existência, no ambiente escolar, de uma noção de que essas crianças não têm condições de aprender, sendo-lhes reservado um lugar de *ouvintes*, sem um compromisso maior da escola com sua aprendizagem. Outro aspecto discutido pelos autores refere-se à repetição ou lacuna de determinados conteúdos, visto que há pouca preocupação em conhecer o que já foi visto por esses alunos nas outras escolas.

Percebemos, assim, uma constante tensão entre os estilos de vida nômade e sedentário. A escola, com sua lógica disciplinar, de delimitação de tempos e espaços, pode ser entendida apenas como um ponto. Assinala-se que, para os nômades, o que importa não são os pontos, mas o trajeto. Para Deleuze e Guattari (1997), é preciso distinguir o que é princípio e o que é somente consequência da vida nômade: para estes, “ainda que os pontos determinem trajetos, estão estritamente subordinados aos trajetos que eles determinam, ao contrário do que sucede no caso do sedentário” (p. 50). Diferente do migrante, que passa de um ponto a outro com a intenção de fixidez, para o nômade os pontos apenas constituem-se como alternância do trajeto. Assim, no caso das crianças de circos ou parques de diversões, as escolas só adquirem sentido na medida em que se configuram como pontos do trajeto percorrido: os elementos de seu *habitat* (os locais de acampamento, os serviços de saúde, as escolas...) são concebidos a partir de um trajeto que está sempre a se modificar.

A escola preocupa-se com os pontos de chegada e partida, sendo que os instrumentos de avaliação buscam medir a distância entre um e outro. Uma das questões que surgiram no contato com escolas, traz a avaliação dessas crianças como um problema: se à última escola do período letivo

cabe avaliar – como fazê-lo? Há pouco interesse pelo meio: o que acontece no processo escolar destas crianças? Entretanto, no caso do nomadismo, como assinalam Deleuze e Parnet (1998), não se trata de início ou de fim. O interessante é o que se passa *entre*, o trajeto, e não os pontos. Deleuze (2006) diz que, em nossos regimes, os nômades são infelizes, visto que têm dificuldade de viver diante das constantes tentativas de fixá-los. As escolas aceitam a matrícula dessas crianças, por força de lei, mas a todo instante lamentam sua não submissão às regras sedentárias. Oportuno apontar que uma das falas de professores, ao comparar crianças de circo e de parques de diversões, aponta como vantajoso o fato dessas últimas, em geral, terem um maior tempo de permanência na mesma escola.

Além disto, enquanto a escola busca a distribuição das pessoas em um espaço fechado, o trajeto nômade realiza uma distribuição dos homens de um modo muito especial, num espaço aberto, indefinido, não cercado. Há, portanto, como pontuam Deleuze e Guattari (1997), uma grande diferença de espaço: enquanto o espaço sedentário (que aqui identificamos como a escola) é um espaço estriado, ou seja, marcado por muros, fronteiras, caminhos pré-determinados, o espaço nômade é liso, isto é, caracteriza-se somente por traços que se apagam ainda no trajeto.

Porém, conforme esses autores, embora às vezes possamos realizar uma oposição simples entre os espaços liso e estriado, noutras indica-se uma diferença muito mais complexa: devemos lembrar que os dois espaços só existem misturados. “O espaço liso não pára de ser traduzido, transvertido num espaço estriado; o espaço estriado é constantemente revertido, devolvido a um espaço liso” (Ibidem, p. 180). Pontuam também que o Estado tem como uma de suas principais tarefas estriar o espaço ou então utilizar os espaços lisos como formas de comunicação que servem a um espaço estriado. Para o Estado, é fundamental superar o nomadismo e capturar os fluxos, determinando trajetos e direções, regulando a velocidade e limitando o movimento.

As crianças nômades modificam a velocidade da escola, produzindo aceleração, condensando o ano escolar em poucos dias ou semanas. Há,

assim, uma articulação entre infância e nomadismo, sendo que, a exemplo deste último, a infância também nos ameaça. Afinal, Platão já alertava que o homem é habitado por feras e que a infância deveria ser material de política, uma vez que “a criança é a mais difícil de manejar de todas as bestas” (Fuentes, 2006, p. 223). Temos aqui a noção de uma infância selvagem, incontrollável, repleta de vigor, que enfrenta o mundo adulto, interrogando-o incessantemente, em sua ladainha de porquês, suas birras, seus irracionalismos, suas paixões. E fazemos aqui um terceiro deslocamento, desta vez saindo dos grupos nômades propriamente ditos e nos detendo na infância contemporânea, mais especificamente em uma questão que tem se delineado como objeto de preocupação na relação com as crianças e que os especialistas denominaram *transtorno de déficit de atenção com hiperatividade*.

Façamos, portanto, um paralelo entre nomadismo e hiperatividade: uma das queixas recorrentes no espaço escolar não têm sido que as crianças não se fixam, vagando de um ponto a outro? Interessante apontar que, ao buscar material sobre o nomadismo, localizamos um estudo que assinala que, para os povos nômades, o déficit de atenção seria vantajoso, relacionando-o com melhores condições de saúde⁶. Tal como os nômades, os *hiperativos* parecem resistir às tentativas de captura: em uma busca rápida em uma base de dados⁷, encontramos 187 artigos versando sobre déficit de atenção e hiperatividade, enfocando questões como diagnóstico, prevalência, comorbidade, qualidade de vida, possíveis causas, sintomas associados, manifestações precoces, medicalização, práticas clínicas, desempenho escolar, epidemiologia, traços de personalidade, percurso do desenvolvimento, avaliação cognitiva... Entretanto, apesar dos esforços de apreensão, parece que a hiperatividade nunca está onde se espera, pois imprime velocidade

⁶ *Déficit de atenção seria vantajoso para povos nômades: estudo*, (AFP) – 9 de Jun de 2008. Disponível em: <http://afp.google.com/article/ALeqM5h78-R6GfAn0aQUwMmspXgatDdIIA>

⁷ Busca realizada no site do scielo (<http://www.scielo.br>), em 25 de outubro de 2010.

absoluta aos movimentos, sempre em busca de novas paisagens. Não se trata de um caso isolado, pois os nômades vivem em bandos: também os *hiperativos* proliferam, não são um ou dois, mas dezenas, centenas, milhares, escapando aos controles, às contagens, às regulações, funcionando como máquinas de guerra que implodem a disciplina escolar. Cabe assinalar que, para Deleuze (1992), uma ‘máquina de guerra’ não se define pela guerra, mas por um modo de ocupar o espaço-tempo ou inventar novos espaços-tempos. Podemos pensar que uma *infância hiperativa* pretende liberar a vida, traçando linhas de fuga, respondendo ao intolerável.

E, para finalizar, gostaríamos de marcar que este é um texto nômade. Deste modo, é um texto que, indo de um ponto a outro, preocupa-se mais com a velocidade do que com os pontos. Mais do que reconhecer ou reproduzir, busca criar, sem a intenção de fixar um único sentido. Assim, quem sabe, possamos fazer o pensamento funcionar a partir de outras bases, deixando-nos afetar e introduzindo certo mal-estar, estabelecendo novas conexões entre nós e a infância. Afinal, como lembram Tadeu, Corazza e Zordan (2004), pensar é uma aventura em um espaço aberto, liso, selvagem: pensar é perder-se no deserto. Desta forma, esperamos que os(as) destinatários(as) deste texto tenham se perdido conosco, pois um deserto é necessariamente povoado e o pensar somente se faz em bando, a partir de encontros.

Referências

- BRASIL. *Lei 6.533*, de 24 de maio de 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6533.htm (acesso em 07 jan. 2010)
- BRASIL. *Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia. v.5, São Paulo: Editora 34, 1997.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998.
- DELEUZE, G. Pensamento nômade. In: DELEUZE, G. *A ilha deserta*. São Paulo: Iluminuras, 2006. p. 319-329.
- DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FUENTES, H. S. Os baderneiros, a guerra e os botões. In: TEIXEIRA, I. A. de C.; LARROSA, J.; LOPES, J. de S. M. (Org.) *A infância vai ao cinema*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 209-226.
- SILVA, T. T. da. Identidade e diferença: impertinências. *Educação & Sociedade*. Ano XXIII, n. 79, agosto/2002, p. 65-66.
- TADEU, T.; CORAZZA, S.; ZORDAN, P. *Linhas de escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- WORTMANN, M. L. C.; VEIGA-NETO, A. Estudos Culturais da Ciência: que é isso? In: WORTMANN, M. L. C.; VEIGA-NETO A. *Estudos Culturais da Ciência & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 25-47, 2001.
- XAVIER, G. do C. e SANTOS, A. A. de O. – Exclusão escolar e a criança de circo. *Revista Eletrônica de Educação*. São Carlos, SP: UFSCar, v.3, no. 2, p. 118-129, nov. 2009. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>.

Sobre os autores¹

- Aline Reis Calvo Hernandez* Graduada em Psicologia e Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Doutora em Psicologia Social e Metodologia pela Universidad Autónoma de Madrid e Pós-Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós Graduação em Educação das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), e do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.
- Andrea Vieira Zanella* Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná, Mestre e Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pós-Doutora pela Università Degli Studi di Roma La Sapienza. Professora associada da Universidade Federal de Santa Catarina.
- Angela Maria Pires Caniato (Org.)* Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Professora do Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá.
- Benedito Medrado-Dantas* Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestre e Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com Estágio no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Autônoma de Barcelona. É Professor dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Psicologia da UFPE e Presidente Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO - Gestão 2010-2011).
- Betina Hillesheim* Graduada em Psicologia, Mestre em Psicologia Social e da Personalidade e Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora adjunta e pesquisadora do departamento de Psicologia e do Mestrado em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul.
- Dione Maria Menz* Graduada em Psicologia e em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade Federal do Paraná,

¹ Informações extraídas dos *Curricula* expostos na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Especialista em Saúde Mental Comunitária pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, possui formação em Grupos Operativos e é Mestranda em Psicologia Social Comunitária. Professora titular da Universidade Federal do Paraná, do Setor de Educação Profissional e Tecnológica.

Eduardo Augusto Tomanik (Org.)

Licenciado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Mestre em Psicologia Comunitária pela Universidade Federal da Paraíba e Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Curso de Graduação em Psicologia e dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia (Mestrado) e Ecologia (Mestrado e Doutorado) da Universidade Estadual de Maringá.

Fernando Luis González Rey

Graduado em Psicologia pela Universidade de Havana, Doutor em Psicologia pelo Instituto de Psicologia Geral e Pedagógica de Moscou, Pós-Doutor em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Academia de Ciências de Moscou. Professor titular do Centro Universitário de Brasília, professor visitante institucional da Universidade Autônoma de Madri, professor e assessor do Programa de Doutorado em Psicologia da Universidade de San Carlos, na Guatemala.

Henrique Caetano Nardi

Graduado em Medicina, com Residência em Medicina Social, Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pós-Doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Irme Salete Bonamico

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná, Mestre e Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, realizou estágio-sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Professora do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais e do Curso de Psicologia da Universidade Comunitária Regional de Chapecó.

Lilian Rodrigues da Cruz

Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Mestre em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora adjunta e pesquisadora do departamento

de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul.

*Magda do Canto
Zurba*

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestre em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora adjunta da Universidade Federal de Santa Catarina.

*Massimo
Canevacci*

Doutor em Letras e Filosofia pela Università degli Studi di Roma La Sapienza. Atualmente é Professor de Antropologia Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina.

Rafael Diehl

Graduado em Psicologia, Mestre em Psicologia Social e Institucional, Doutor em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizou estágio-sanduiche no Grup dEstudis Socials de la Ciència i la Tecnologia da Universitat Autònoma de Barcelona. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

*Teresa Cristina
Bruel dos Santos*

Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Doutora em Psicologia Social e Metodologia pela Universidade Autônoma de Madri. Participa como pesquisadora colaboradora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Vera Lucia Pasini

Graduada em Psicologia pela Universidade de Passo Fundo, Mestre em Psicologia Social e da Personalidade e Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É Psicóloga do Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A e trabalha vinculada a uma das Unidades de Saúde do Serviço de Saúde Comunitária.

*William Siqueira
Peres*

Graduado em Psicologia, Especialista em Psicologia Clínica e Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Pós-Doutor pela Facultat de Psicologia da Universidad de Buenos Aires. Professor assistente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.